

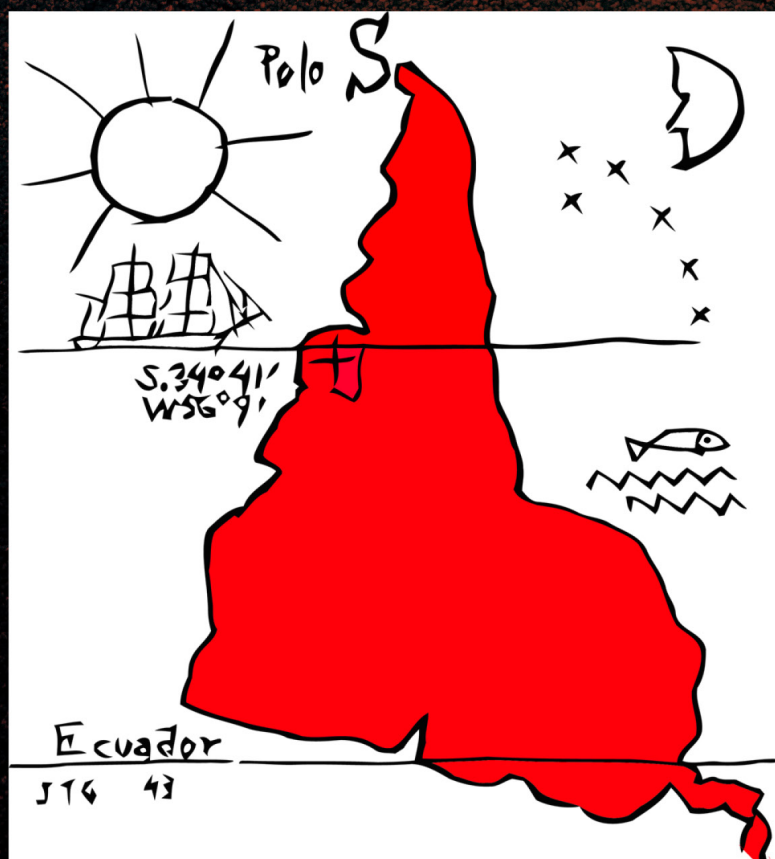


**NÚCLEO PRÁXIS**

de PESQUISA, EDUCAÇÃO POPULAR e POLÍTICA  
da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

# VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do  
pensamento crítico marxista



n. 2 | 2022

# **VEIAS ABERTAS**

**revista de debate e difusão do  
pensamento crítico marxista**

# VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do pensamento crítico marxista

São Paulo | 2022 | Número 2

**Editores;**

Yuri Martins-Fontes L., Paulo Alves Junior, Solange Struwka.

**Conselho Editorial:**

Eduardo Januário, Felipe Santos Deveza, Joana Aparecida Coutinho, Paulo Alves Junior, Pedro Rocha Fleury Curado, Solange Struwka, Yuri Martins-Fontes L.

**Conselho Consultivo:**

Ândrea Francine Batista, Argus Romero Abreu de Moraes, Carlos Alberto Borba, Givanildo Manuel da Silva, Gustavo Koszeniewski Rolim, Gustavo Velloso, Jean-Ganesh Faria Leblanc, John Kennedy Ferreira, Marcos Vinícius Pansardi, Mateus Fiorentini, Maurício Orestes Parisi, Natalia Tahara, Paulo Iannone, Paulo Yasha da Fonseca, Renato Cesar Fernandes, Rita Matos Coitinho, Roberto Pasquale, Rogério Vincent Perito, Wanderson Fabio de Melo, Yodenis Guirola.

**Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:**

Yuri Martins-Fontes e Manuela Sanchez (@contextos\_criticos).

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | P. 7

## ARTIGOS

AS INTERNACIONAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA por Ândrea Francine Batista | P. 11

NATUREZA E ARTIFICIALIDADE NO PROJETO SOCIALISTA DE NAÇÃO DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI por Jean-Ganesh Faria Leblanc | P. 48

O DISCURSO POLÍTICO DA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA NA ATUALIDADE por Argus Romero Abreu de Moraes | P. 68

EL ANARQUISMO PERUANO Y EL NACIMIENTO DEL “COMUNISMO INCA” por Alfredo Gómez-Muller | P. 97

## ENSAIOS E DEBATES

MUDANÇA DE CENÁRIO: DA UNIPOLARIDADE À MULTIPOLARIDADE GEOPOLÍTICA por Yuri Martins-Fontes L. | P. 118

O MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO E OS IMPACTOS DA COVID-19: REFLEXÃO PARA GERAR AÇÃO por Eduardo Januário | P. 127

A TRIBO, O ESTADO E A GUERRILHA NO AFGANISTÃO por Pedro Curado | P. 135

PRECISAMOS FALAR SOBRE PAGU por Paulo Alves Junior | P. 147

NO SETE DE SETEMBRO (2021), UMA VITÓRIA DE BOLSONARO por John Kennedy Ferreira e Joana A. Coutinho | P. 150

ACERCA DE MARCELO FREIXO: DO PSOL AO PSB por Wanderson Fabio de Melo | P. 155

TAIGUARA, HOMENAGEM AOS 75 ANOS DE SEU NASCIMENTO: “EU GRITO SIM... MEU GRITO VAI SANAR MINHAS FERIDAS” por Gustavo K. Rolim | P. 163

## RESENHA

O DIA EM QUE CAIO PRADO APORTOU EM BUENOS AIRES: RESENHA DO LIVRO HISTORIA Y FILOSOFÍA por Joana A. Coutinho | P. 178

# APRESENTAÇÃO

## **VEIAS ABERTAS: DIÁLOGOS SOBRE O PENSAMENTO-LUTA CONTEMPORÂNEO**

A revista **Veias Abertas** é uma publicação teórica crítica fundamentada no pensamento materialista histórico. É editada pelo Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo, organização tanto política como acadêmica criada no âmbito da FFLCH em meados dos anos 2010 – e que reúne intelectuais-militantes socialistas de várias áreas e atuações, como historiadores, filósofos, sociólogos, escritores, críticos literários, professores, ensaístas e jornalistas.

Publicação iniciada em 2019, como parte das atividades editoriais e de formação política do coletivo, a revista tem por objetivo debater as diversas concepções e temáticas do marxismo, bem como oferecer textos introdutórios e educativos, de modo a difundir a teoria e prática comunistas para um público mais amplo – com vistas a alcançar a realidade das ruas que ferve para além dos muros acadêmicos tantas vezes assépticos e ainda distantes das bases.

### **Marxismo: um pensamento milenar, diverso e contemporâneo**

O materialismo histórico é uma construção milenar que, embora sistematizada e amplamente desenvolvida no século XIX, tem por alicerces o conhecimento universal acumulado ao longo de milênios de história humana.

Ao mesmo tempo *filosófico* e *científico*, o pensamento materialista histórico é o que mais fundo foi na investigação crítica da sociedade, sendo também chamado *marxismo* como homenagem àquele que, a partir de contribuições de muitas épocas, aprofundou os princípios da dialética e da práxis, elaborando conceitos centrais para a análise histórica das sociedades e de sua forma atual, tais como: socialismo, comunismo, materialismo, totalidade, estrutura, democracia, lutas de classe, contradição etc).

Examinado historicamente, o marxismo não se reduz ao âmbito da Modernidade – período aliás erroneamente visto como uma construção sobretudo “ocidental”. Teoria indissociável da prática, e que se desenvolve dialeticamente por meio de análises das contradições sociais, o marxismo vai bem além do tecnicismo e rigidez moderna, consolidando-se como um pensamento efetivamente *contemporâneo*: fruto não apenas do pensamento moderno, mas de conhecimentos que remontam a diversos povos antigos. Um resultado do intercâmbio entre saberes que se opera entre as tantas culturas humanas desde a Antiguidade, num percurso histórico que desde há milênios entrelaça as histórias da África, Ásia e Europa e, ainda, a partir do século XV interage com os conhecimentos das civilizações da América (também elas em interação interna). E em mundo ainda tão eurocêntrico, é importante aqui destacar que os conhecimentos e recursos materiais destes povos americanos, pilhados pelos europeus após a invasão de meados do milênio passado, viriam a ser um dos pilares do desenvolvimento capitalista – tornando a até então periférica Europa o centro da Modernidade.

### **Eixos temáticos**

Veias Abertas publica textos sobre variados temas da ampla gama de conhecimentos das ciências históricas (historiografia, economia, sociologia etc), bem como das disciplinas filosóficas (ética, filosofia política, estética etc).

Apesar de a revista estar sempre aberta a novas questões e debates, listamos a seguir alguns grandes eixos cuja reflexão consideramos urgente, ainda que todo tema crítico das contradições sociais que se desenvolva segundo os princípios da práxis e da dialética nos interessem.

### **Crises do Contemporâneo em perspectiva marxista**

- i. crise estrutural capitalista e a questão do trabalho – a teoria marxista hoje e sua aplicação às novas conformações sociais;

- ii. crise ambiental, agroecologia e ecologismo popular – reflexões sobre as lutas de classes contemporâneas, a questão ambiental, urbana e alimentar;
- iii. educação, desinformação e ascensão fascista – desafios da pedagogia crítica socialista para a construção de um novo ser humano mais consciente e livre;
- iv. neocolonialismo, imperialismo e a nova conformação geopolítica não-unipolar após duas décadas de unipolaridade estadunidense;
- v. eurocentrismo, preconceito, racismo, xenofobia, patriarcalismo, miséria cultural, ascensão fascista e formas de hierarquização social humana (étnica e de gênero);
- vi. saberes originários e de povos da terra, crítica descolonial, análises sobre as formas de ocultamento histórico de outros saberes a partir da Modernidade, reflexões sobre a importância de se articular o pensamento contemporâneo marxista com aspectos filosóficos, práticos e sociais dos pensamentos tradicionais.

### **Pioneiros do marxismo na periferia do mundo capitalista (projeto paralelo ao *Dicionário marxismo na América*)**

- i. ensaios sobre a obra e práxis de pensadores marxistas (em especial americanos, africanos ou asiáticos) que escreveram nos séculos XIX e XX, com apontamentos sobre sua vida (conjuntura social, formação, militância) e análise de suas ideias, conceitos e principais debates;
- ii. resenhas ou comentários críticos sobre obras de marxistas dos séculos XIX e
- xx. livros, ensaios ou escritos de destaque.

## **ARTIGOS**

# AS INTERNACIONAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA

Ândrea Francine Batista<sup>1,2</sup>

## Resumo

A organização internacional da classe trabalhadora passou por diversos momentos históricos, e em cada um deles teve desafios e impasses que em grande medida não foram resolvidos, estendendo-se ao longo dos anos e se manifestando em diferentes expressões. Entre eles pode-se citar: a estratégia da luta pela emancipação humana, a questão agrária, e a questão do sujeito revolucionário. Em toda a trajetória da organização internacional dos trabalhadores, os camponeses e a questão da propriedade da terra foram temas de intenso debate. Mais recentemente a organização de um movimento camponês internacional – a Via Campesina –, emergente num contexto de lutas antiglobalização neoliberal, carrega novos desafios, não somente de sua classe em particular, a camponesa, mas parte dos desafios da classe trabalhadora como um todo. Entre estes, a consolidação de uma aliança proletário-camponesa em dimensão internacional que seja capaz de incidir na transformação social em plena crise estrutural do capitalismo.

**Palavras-chave:** Organização; Classe trabalhadora; Movimento camponês internacional; Via Campesina; Crise estrutural do capitalismo.

## LAS INTERNACIONALES Y LA CUESTIÓN AGRARIA

### Resumen

La organización internacional de la clase trabajadora ha pasado por diversos momentos históricos, y en cada uno de ellos ha tenido retos e impasses que en gran medida no se han resuelto, prolongándose a lo largo de los años y manifestándose de diferentes

---

1 Professora do de Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Educação, Campo, Trabalho, Práxis e Questão Agrária (NALUTA), educadora da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e pesquisadora-membro do Núcleo Práxis da USP.

2 Artigo publicado originalmente nos *Anais do Colóquio Marx e o Marxismo* (2019): “Marxismo sem Tabus – enfrentando opressões”, organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Niterói, ago. 2019.

formas. Entre ellos se pueden citar: la estrategia de la lucha por la emancipación humana, la cuestión agraria y la cuestión del sujeto revolucionario. A lo largo de toda la trayectoria de la organización internacional de los trabajadores, los campesinos y la cuestión de la propiedad de la tierra han sido temas de intenso debate. Más recientemente, la organización de un movimiento campesino internacional — La Vía Campesina—, surgido en un contexto de luchas contra la globalización neoliberal, plantea nuevos retos, no solo para su clase en particular, la campesina, sino también para la clase trabajadora en su conjunto. Entre ellos, la consolidación de una alianza proletaria-campesina a escala internacional que sea capaz de influir en la transformación social en plena crisis estructural del capitalismo.

**Palabras clave:** Organización; Clase trabajadora; Movimiento campesino internacional; Vía Campesina; Crisis estructural del capitalismo.

## **INTERNATIONAL ORGANISATIONS AND THE AGRARIAN QUESTION**

### **Abstract**

The international organisation of the working class has gone through several historical moments, each of which presented challenges and impasses that, to a large extent, remain unresolved, extending over the years and manifesting themselves in different ways. Among these, we can mention: the strategy of the struggle for human emancipation, the agrarian question, and the question of the revolutionary subject. Throughout the history of the international organisation of workers, peasants and the issue of land ownership have been topics of intense debate. More recently, the organisation of an international peasant movement – La Via Campesina – emerging in a context of anti-neoliberal globalisation struggles, brings new challenges, not only for its particular class, the peasantry, but also for the working class as a whole. Among these is the consolidation of an international proletarian-peasant alliance capable of influencing social transformation in the midst of capitalism's structural crisis.

**Keywords:** organisation; working class; international peasant movement; Via Campesina; structural crisis of capitalism.

\*

A questão agrária e o papel do camponês nas lutas por transformação social fizeram parte de intensos debates nas organizações internacionais da classe trabalhadora. Essas discussões, articuladas às experiências concretas dos processos revolucionários, carregaram a cada momento histórico desafios peculiares de seu tempo se desenvolvendo a partir da dinâmica da luta de classes, da expressão organizativa da classe camponesa e de sua consciência. Na sequência, apresentamos alguns aspectos que podem aportar para a análise deste tema.

## **Introdução**

Em meados do século XIX, as lutas da classe trabalhadora na Europa se intensificaram a tal ponto da necessidade de construir articulações e uma organização internacional. A primeira experiência nesse sentido é a chamada Liga dos Justos, uma organização operária de caráter conspirativo e de solidariedade que já possuía articulações e sessões em dois países (França e Alemanha) sob o lema “Todos os homens são irmãos”. Na realização de seu I Congresso, sob a influência das discussões puxadas por Marx e Engels, a organização passa a se chamar Liga dos Comunistas (1847) e redefine seu conteúdo programático expressa no Manifesto Comunista, publicado em fevereiro de 1848. O novo lema iria desenhar os próximos anos da luta social: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”.

Quase paralelamente à publicação do Manifesto, desponta na Europa Central e Oriental uma série de Revoluções - Primavera dos Povos, que eclodiram em função das crises econômicas e de governos autocráticos. Foram derrotadas, e o esforço de uma avaliação crítica sobre as causas se expressam num texto de Marx e Engels chamado de Mensagem da Direção Central à Liga (março de 1850)<sup>3</sup>. Entre as questões abordadas destacamos:

---

3 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas. Editorial Avante. Lisboa-Moscovo: Editorial Progresso, 1982. Disp: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>.

a aliança dos trabalhadores com outras frações de classe; a autonomia das organizações da classe no curso de revoluções democráticas; e, sobre o enfraquecimento do movimento revolucionário quando deixa as sociedades secretas bastando-se somente as ações públicas.

Este documento já apontava a necessidade de discutir a propriedade rural e a extinção do feudalismo. Neste sentido, a pequena burguesia, aspirante das condições sociais que a tornassem cômoda na sociedade existente, diante de possíveis alianças, um dos primeiros conflitos seria com relação à supressão do feudalismo. A exemplo da revolução francesa, “os pequenos burgueses entregarão aos camponeses as terras feudais como propriedade livre”<sup>4</sup> criando uma classe camponesa pequeno-burguesa que atravessaria ciclos de empobrecimento e endividamento ao mesmo tempo em que mantém o proletariado rural. Nesse caso, no interesse do proletariado rural e dos operários, a Liga deveria se opor a este plano, exigindo que a propriedade feudal confiscada fosse transformada em propriedade do Estado, onde o proletariado rural associado organize a produção agrícola sob a lógica da propriedade comum. “Tal como os democratas com os camponeses, tem o proletariado de unir-se com o proletariado rural”<sup>5</sup> a partir da organização comunal.

Mais tarde na Revolução Russa, Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924) desenvolve análises sobre a questão agrária a partir da concepção marxista e da experiência revolucionária em curso, afirmando que seria um erro tornar este princípio como norma e não admitir nunca a entrega de parte das terras expropriadas dos grandes proprietários ao pequeno campesinato.

A Liga dos Comunistas se dissolve em 1852. Marx aprofunda seus estudos sobre a economia política e o Capital, nos anos que seguiram, identificando com maior precisão elementos sobre o método que o permitiu compreender

---

4 Ibidem.

5 Ibidem.

o modo de produção capitalista através da crítica a econômica política. O conhecimento concreto do tema somente se daria a partir da articulação das categorias de análise: universalidade, singularidade e particularidade, assim como a contradição e a mediação (NETTO, 2011). Elementos estes que com certeza estiveram presentes na construção de uma nova forma organizativa da classe, a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), ou ainda a chamada I Internacional.

### **A Associação Internacional de Trabalhadores (AIT)**

Fundada em 28 de setembro de 1864, a organização buscava unificar as diferentes tendências existentes no seio do movimento, preocupando-se com a defesa dos direitos de trabalhadores migrantes, assim como, com a solidariedade e fraternidade entre seus pares. Das principais tendências que estavam presentes na organização, foram: o sindicalismo inglês que centrava na luta por direitos econômicos sem questionar o sistema capitalista - em geral reformistas; os mutualistas franceses que, sob a influência de Pierre Joseph Proudhon, defendiam um sistema cooperativo com base federalista onde seria possível modificar o capitalismo mediante o acesso igualitário; os comunistas que junto com a perspectiva de Marx se opunham ao sistema capitalista, defendendo a ação política da classe trabalhadora organizada para a sua derrubada; algumas tendências democráticas sem a tradição da luta socialista; e as correntes utopistas como de Saint Simon e Robert Owen. (MUSTO, 2014).

Árdua foi a tarefa de construir uma síntese dessas perspectivas tão heterogêneas. Entretanto a AIT é considerada por muitos historiadores um marco nas lutas sociais contemporâneas, onde pela primeira vez a classe trabalhadora se propõe à conquista do poder político – perspectiva expressa na Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Redigida por Marx<sup>6</sup> inicia com um balanço da conjuntura e das lutas entre 1848 e 1864 apontando que neste período a miséria das massas populares não havia diminuído. Eram graves os problemas de saúde pública ao mesmo tempo em que havia um aumento dos rendimentos coletáveis. Destaca que, após a derrota de 1848, as organizações e jornais partidários da classe operária foram esmagados num contexto de apatia das massas e de grande migração de trabalhadores para terras transatlânticas. Havia ainda uma “solidariedade de derrota”.

Ao mesmo tempo a mensagem aponta que neste período, de “luta pela existência”, houve “aspectos compensadores” como o caso da “Lei das Dez Horas” (redução da jornada de trabalho), considerada não apenas como uma vitória prática, mas como uma “vitória de princípio” que atingia uma das chaves da forma de exploração capitalista. Outra vitória foi o movimento cooperativo, das fábricas cooperativas (experiências semeadas por Robert Owen), que provaram a possibilidade da produção em larga escala independente do domínio da classe dos patrões. Provou também que o trabalho cooperativo se mantido estritamente aos círculos dos “esforços causais”, sem uma articulação com a transformação societária como um todo nunca será capaz de parar o “crescimento do monopólio e libertar as massas”. Isto porque os senhores da terra e do capital sempre usarão seus privilégios políticos para manter seu domínio econômico<sup>7</sup>.

Portanto, conquistar o “poder político tornou-se o grande dever das classes operárias”. E para isso era necessário unir e combinar as organizações guiadas pelo “conhecimento”. Era necessário que a classe operária dominasse, ela própria, “os mistérios da política internacional”, articulando-se em contra-ataques quando incapazes de realizar “denúncias simultâneas” reivindicando direitos, ou, a “justiça que deveria governar as relações de indivíduos

---

6 MARX, Karl. Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Editorial Avante. Lisboa-Moscovo: Edições Progresso, 1982. Disp: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>.

7 Ibidem.

privados como regras supremas do comércio das nações”. Foi essa a síntese do pensamento dos operários ali reunidos a fundação da I Internacional. O combate à política externa “faz parte da luta geral da emancipação das classes operárias. Proletários de todos os países, uni-vos”<sup>8</sup>.

A AIT realizou cinco congressos entre os anos e 1866 e 1872 que entre tantos temas discutidos podemos ressaltar as questões: das condições e as relações de trabalho na época, a função e importância dos sindicatos; a coletivização da terra e dos meios de produção; e a emancipação da mulher. Entre as resoluções, a construção da solidariedade entre os operários internacionalmente, a redução da jornada de trabalho para 8 horas associado à melhoria das condições de trabalho, e a impulsionar o trabalho cooperativo<sup>9</sup>.

---

8 Ibidem.

9 O I Congresso ocorre em Genebra de 1866 com a presença de 60 delegados. Nele, já se posicionavam em dois blocos, um buscando seguir as diretivas do Comitê Central redigidas por Marx, e outro na perspectiva mutualista de Proudhon. Entre os debates, foi favorável a perspectiva da intervenção do Estado nas relações de trabalho com reivindicações referentes à jornada de trabalho de 8 horas. O II Congresso da Internacional foi realizado em Lausann entre 2 e 8 de setembro de 1867, com a presença de 64 delegados. Teve como temas debatidos: a questão do movimento cooperativo (agenda Proudhoniana); a emancipação das mulheres; e, a guerra e o militarismo. Sobre este último, a formulação estabeleceu que a guerra era inevitável na ordem capitalista como resultado da falta de equilíbrio entre economia e a política, e que na medida que houver classes sociais, haverá guerra (FREYMOND, 1962). O III Congresso ocorreu em Bruxelas entre 6 e 13 de setembro de 1868, contando com 99 delegados. São aprovadas as resoluções sobre a socialização dos meios de produção, da terra e das florestas, assim como a estatização de minas e bens de serviço, como estrada e transporte. Estas resoluções representaram uma vitória da posição do Conselho Geral. (FREYMOND, 1962). O IV Congresso, realizado em Basileia entre 5 a 12 de setembro de 1869, contou com a presença de 78 delegados e reafirmou a resolução do Congresso anterior sobre a propriedade fundiária. O novo texto afirmava sobre “o direito de abolir a propriedade individual do solo” e de entregá-lo à comunidade. Este congresso também é marcado pelo enfraquecimento da influência mutualista (Proudhon) na internacional, e, pela presença de Mikhail Bakunin que seria opositor de Marx, especialmente na questão do direito de herança, do poder político do Estado na sociedade capitalista, e quanto ao caminho para a transformação social. Divergência esta que se agravou no Congresso de Haia, levando a organização à sua cisão em 1872. (MUSTO, 2014; FREYMOND, 1962). O V Congresso (Congresso de Haia) ocorreu após 3 anos por conta da repressão que seguiu a Internacional e pelos acontecimentos da Comuna de Paris (18 de março a 28 de maio de 1871). Realizado entre os dias 2 e 7 de setembro de 1872, teve a participação de 65 delegados com alto nível de antagonismo nas discussões de todos os temas. Entre elas, a resolução de que a Associação Internacional deveria lutar pelo poder político através instrumento – partido operário (MUSTO, 2014). Segundo Musto (2014), outro conflito interno foi a representatividade dos delegados que não espelhava as forças no interior da organização. Também pela primeira vez na história da organização foi aprovada a expulsão de integrantes da AIT, motivada pelo princípio de que a mesma não deveria admitir nenhuma seção burguesa. Foi também aprovada a expulsão de Bakunin e James Guillaume por representarem uma organização secreta com estatuto oposto aos da Internacional (FREYMOND, 1962). Neste Congresso ainda foi aprovada (por apenas três votos de diferença) a transferência da sede do Conselho Geral para Nova Iorque (1873) para evitar a repressão, decisão repulsada por membros que afirmavam que sua força estava na união do partido e no comitê de lideranças que lutava na Europa (MUSTO, 2014; FREYMOND, 1962). A partir deste momento, a AIT se fragmenta em diferentes internacionais: Internacional Centralista, articulados à Federação Americana, que teve seu congresso realizado em 1873, onde pela primeira vez participam duas mulheres. Encerrou suas atividades em 15 de julho de 1876; Internacional Autonomista, onde um dos fundadores, James

As divergências e embates teóricos permaneciam e se aprofundavam a cada Congresso. Entre elas destacamos perspectiva Proudhoniana de que a emancipação econômica dos trabalhadores seria alcançada através da instituição de cooperativas de produção que seriam financiadas por um Banco Popular. Em relação a este tema a perspectiva de Marx e do Conselho Geral era de que as mesmas só seriam libertadoras se estivessem associadas às mudanças sociais gerais (FREYMOND, 1962).

Outra posição polêmica deste grupo mutualista era sua contrariedade em relação à intervenção do/no Estado, atribuindo um papel negativo às greves como forma de luta. A posição de Marx e das próprias teses e diretrizes do Conselho Geral era de que as lutas proletárias através das greves não só poderiam melhorar as condições existentes da classe, mas também para avançar na consciência de classe – questão que acaba convencendo os mutualistas de que era impossível separar as questões econômicas e questões políticas (MUSTO, 2014).

Outro ciclo de divergências ocorre entre Marx e Bakunin (especialmente nos dois últimos congressos), onde as questões centrais giravam em torno da questão do estado, do sujeito revolucionário e do instrumento organizativo. Sobre a questão do Estado, Bakunin defendia imediata abolição, pois as todas as formas de governo poderiam levar à opressão, e por consequência, recusava qualquer mobilização por reformas sociais ou a participação em eleições. Marx afirmava que esta postura de abolir o Estado “por decreto” seria ingênua diante das condições políticas historicamente construídas, e que seria necessário construir as condições sociais para o que mesmo desaparecesse por fim. No caso do sujeito revolucionário, Marx apontava o

---

Guillaume, reuniu opositores a Marx e propôs um pacto de solidariedade e defesa mútua entre as federações, defendendo a autonomia federalista no interior da Internacional. Esta era composta de diversas tendências que reuniam socialistas, anarquistas e progressistas burgueses. Consideravam-se os legítimos continuadores da Internacional. Reuniram-se uma semana antes do Congresso da Internacional Centralista, na mesma cidade, Genebra. Fora aí lançado os princípios básicos do anarco-sindicalismo, e no Congresso de 1874 a definição de que cabia a cada federação determinar a conduta política da transformação, se a anarquia, se o Estado Operário Popular. Seu último congresso foi em setembro de 1877 onde definitivamente se separaram anarquistas e socialistas (MUSTO, 2014; FREYMOND, 1962); Internacional Negra, sob a perspectiva dos anarquistas (1881).

proletário fabril e que as transformações históricas se dariam na relação entre as determinações objetivas da história e de um longo processo de avanço na consciência de classe, já Bakunin, afirmava o sujeito revolucionário como sendo a massa miserável em geral, e que a mesma era dotada de instinto de justiça, fundamental para triunfar nos processos revolucionários. Quanto ao instrumento para a construção do socialismo Bakunin apontava a ação direta, as insurreições preparadas por um grupo de militantes, em geral sob sociedades secretas, já Marx apontava que uma revolução se daria na medida em que o proletariado conquistasse o poder político, o Estado, e que as sociedades secretas contrastavam com o desenvolvimento do movimento operário e “em vez de educar os operários, submetem-nos a leis autoritárias e místicas, que obstaculizam sua autonomia e conduzem sua consciência numa direção equivocada” (MARX; ENGELS, 1986, p. 621).

O período de auge é entre 1870 e 1872 onde o número de adesões à Internacional possa ter superado os 150 mil membros. Somente na Inglaterra com 50 mil filiados, na França e Espanha com 30 mil cada uma, e o restante distribuídos entre Bélgica, Espanha, Itália, Alemanha e EUA. Um número bastante considerável diante de um momento histórico em que havia pouquíssimas organizações efetivamente da classe trabalhadora. Ainda, em alguns países funcionava de maneira ilegal (como o caso de Inglaterra, Suíça, Bélgica e EUA), sendo obrigados a agir na clandestinidade. (MUSTO, 2014)

A Comuna de Paris em 1871, mesmo com uma curta duração foi uma experiência intensa de organização do poder popular que teve a presença de membros da AIT. A partir de uma insurreição foram convocadas eleições na qual foram eleitos 85 representantes ao Conselho da Comuna, dos quais 17 eram membros da Internacional. Com a violenta repressão cerca de 10 mil comuneros foram mortos, e 43 mil foram presos, ou condenados à pena de morte, ou ainda deportados. A Internacional foi responsabilizada e colocada na ilegalidade, pois representava ameaça à burguesia, ao mesmo

tempo em que também representava uma esperança na organização dos trabalhadores, demonstrando algumas debilidades e lições que foram temas de debate nos anos que seguiram.

Entre estes temas, especialmente na análise de Marx e Lênin, foram: a questão do instrumento político; a ausência de aliança entre a classe operária e o campesinato; o isolamento de Paris de outras cidades; a questão do Estado e da máquina estatal.

Para Vieira (2011) a questão agrária e camponesa neste período está expressa nos documentos de Marx (1848) que apontavam um programa agrário com elementos de uma política socialista, onde a transformação de grandes propriedades em propriedades coletivas estatais, a gestão econômica e tecnológica das terras, e a distribuição de terras aos camponeses, por um lado apoiavam os camponeses, mas negavam uma classe de livres proprietários de terra. Durante a I Internacional o debate entre Marx e Proudhon expressava por um lado a nacionalização da terra e a formação de unidades produtivas, e por outro a defesa da propriedade das terras camponesas como garantia da liberdade individual, respectivamente. (VIEIRA, 2011, p. 154)

Quanto à forma organizativa da AIT, tinha como base a autonomia das federações em cada país com seções locais e independentes entre si. Funcionava sob uma base federativa que era dirigida por um Conselho Geral composto por membros de diversos países e se constituía como um órgão de síntese política das diferentes tendências, intervindo em conflitos internos ocasionais, e como órgão impulsor de informações locais (países) para todos os integrantes. Nenhuma organização local era impedida de comunicar-se diretamente com o Conselho Geral. Marx era um dos dirigentes (MUSTO, 2014).

O ano de 1872 marca a desintegração da I Internacional, período que sucede um crescimento do movimento operário de maneira independente em cada país, apenas com algumas ligações pontuais.

## **A Internacional Socialista**

Somente em 1881, durante o Congresso Internacional de Paris realizado no mês de julho, Engels provoca a formação da chamada II Internacional, ou Internacional Socialista, ou ainda chamada de Internacional Operária, que contribuiu para organizar partidos social-democratas nos mais diferentes países. Com um caráter reformista, teve maior incidência até o ano de 1916.

Entre as definições e declarações emitidas pelos Congressos<sup>10</sup> da II Internacional, incluem-se: a do 01 de maio como Dia Internacional do Trabalhador (1889) e do Dia Internacional da Mulher (1910) proposto por Clara Zetkin (na II Conferência de Mulheres Socialistas) como forma de realizar um trabalho de base com mulheres trabalhadoras envolvendo-as na luta política e organizativa, onde na maioria dos países havia sido marcado para o último domingo de fevereiro.

O V Congresso, em setembro de 1900 ocorre em Paris onde se estabelece um bureau Internacional Socialista como órgão composto pela representação dos partidos socialistas em todos os países. Este congresso tem como um dos principais temas debatidos a participação em governos burgueses, baseado no caso de Millerand, onde sem o consentimento do Partido Socialista, e agindo individualmente o deputado Millerand aceita assumir o Ministério do Comércio num governo burguês da França que condensava em sua equipe um dos principais carrascos da Comuna de Paris.

Outro debate importante ocorre no VI Congresso de Amsterdam (1904) quando repudia o “revisionismo” que modifica a política da luta de classes por uma política de concessão à ordem. O Congresso afirmou a confiança nos grupos parlamentares socialistas que necessitam fazer a propaganda do objetivo

---

10 O II Congresso da Internacional Socialista ocorreu em Bruxelas em 1891 unificando as tendências, e foi relatado por Eleanora Marx. O III no ano de 1893 em Zurich, estabelecendo a Federação Internacional de Metalúrgicos em nível mundial O IV Congresso ocorre em Londres afirmando o direito das nações à autodeterminação e oposição ao colonialismo. No VI Congresso realizado em junho de 1905 foi fundado o “Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW) em Chicago. Realizou-se um Congresso extraordinário em novembro de 1912 na Basileia. O Congresso de setembro de 1915 e seu seguimento em abril de 1916, reafirmaram a oposição à guerra. E o Congresso de 1917 em Estocolmo não foi possível devido ao impedimento de seus delegados em comparecer.

final – o socialismo, assim como da necessidade de aumentar o número de membros. Declara também a continuidade da luta contra o militarismo, a política colonial e imperialista, contra exploração e as injustiças<sup>11</sup>.

No VII Congresso realizado em Stuttgart (agosto de 1907), com a presença de 884 delegados (incluindo a Argentina) reafirmam-se as resoluções anteriores antimilitaristas e anti-imperialistas. O congresso declara como dever da classe operária, em especial as representações no parlamento, o de combater toda guerra. E se a guerra de fato se efetivar, é seu dever intervir a favor de sua rápida rescisão utilizando a crise econômica e política criada pela guerra para despertar as massas e apressar a queda do sistema capitalista. Também declara como dever a necessidade de trabalhar pela “educação da juventude da classe trabalhadora no espírito da irmandade das nações e do socialismo enquanto desenvolvem sua consciência de classe”<sup>12</sup>.

É em Stuttgart que ocorre pouco antes da abertura do Congresso, a I Conferência Internacional de Mulheres Socialistas. O relato longo e poético da conferência (da poesia concreta da luta) redigido por Alexandra Kollontai<sup>13</sup> nos dá a dimensão dos debates, dos avanços e desafios da construção da participação das mulheres na luta política e organizativa da classe trabalhadora, estabelecendo dois objetivos centrais: o primeiro de elaborar as bases para uma atividade mais uniforme por parte do movimento socialista na luta pelo direito a voto para mulheres trabalhadoras; e a segunda de estabelecer relações entre organizações de mulheres em todo o mundo.

Uma das principais questões discutidas na conferência foi a questão do direito de voto das mulheres, como princípio para definir as futuras táticas da social-democracia, e que materializaria na esfera da atividade prática da participação política. Esse debate é referendado na forma de resolução no Congresso de Stuttgart e aprovado o direito de voto feminino no interior

---

11 Informações disponíveis em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/1903/dresden-resolution.htm#amsterdam>.

12 Informações disponíveis em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/1907/militarism.htm>.

13 Informações disponíveis em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1907/is-conferences.htm>.

da Internacional Socialista. A proposta vinha da I Conferência das Mulheres Socialistas realizada em 1907, e a resolução foi redigida por Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kolontain.

Na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizado em ocasião do Congresso de 1910 em Copenhague, define-se a adoção do Dia da Mulher. O relatório da conferência, novamente redigido por Alexandra Kolontain recupera a história da organização das mulheres no movimento socialista internacional, assim como um balanço dos avanços e desafios da especificidade da mulher trabalhadora. Nele também destaca que o movimento socialista feminino não luta junto ao movimento burguês das mulheres, mas em estreita cooperação com os partidos socialistas.<sup>14</sup>

A organização das atividades do Dia Internacional da Mulher toma como data definida para 8 de março somente no ano de 1917, quando nos marcos da Revolução Russa (23 de fevereiro no calendário gregoriano), explodiu uma greve espontânea de mulheres tecelãs e costureiras de Petrogrado, que saíram às ruas em manifestação por pão e paz. O Dia Internacional da Mulher, portanto, tem como base impulsionar a participação das mulheres na luta política, econômica, e organizativa com um rumo bem definido, a construção do socialismo, do comunismo (GONZALEZ, 2010).

A II Internacional, ou Internacional Socialista contribui enormemente para a difusão das ideias socialistas em diferentes países, assim como na criação de partidos operários e socialistas. Na América Latina teve duas seções, uma na Argentina e outra no Uruguai. A organização também reflete o longo debate travado no Partido Operário Socialista Alemão entre Rosa Luxemburgo e Eduard Berstein a respeito da “Reforma ou Revolução”. A posição de Rosa e outros lutadores contra o revisionismo levou a criação da Liga Espartaquista onde também atuou Clara Zetkin, Frans Mehring, e Karl Liebknecht. Em 1919, Rosa e Liebknecht foram presos por antigos companheiros da social-democracia e assassinados.

---

14 *Ibidem.*

Sobre a questão camponesa na Internacional Socialista é importante destacar a obra de Karl Kautsky, *A Questão Agrária (1889)*<sup>15</sup>, um estudo sobre as tendências na agricultura moderna e a política agrária da social-democracia. A obra destaca aspectos do caráter capitalista na agricultura moderna e os limites da agricultura capitalista, assim como aspectos da proletarianização dos camponeses e suas diversas formas de ocupação/trabalho para a sobrevivência, inclusive o assalariamento agrícola sazonal. Como perspectivas futuras apontam aspectos de um programa agrário da social-democracia que caminhe no desenvolvimento da agricultura socialista. Este destaca a nacionalização da terra, das águas e bosques, e caráter da propriedade comum nas aldeias. Na defesa do proletariado agrícola aponta o direito de associação, a propriedade social na indústria e agricultura, a proteção das crianças, o trabalho das mulheres, e questões sobre a escola e moradia.

Em 1894, Engels escreve a obra “A Questão Camponesa na França e na Alemanha”. Nela distingue a existência do pequeno, meio e grande camponês, e defende que um programa agrário socialista necessariamente deveria apontar para a expropriação da grande propriedade agrícola e a transferência do trabalho agrícola para cooperativas sobre o controle da comunidade. Reafirma assim, a impossibilidade da repartição de terras para os camponeses (VIEIRA, 2011).

A Internacional Socialista também teve na sua trajetória grandes divergências internas. As grandes tendências no seu interior poderiam ser sintetizadas nos seguintes grupos: o grupo revisionista (com representação de Bernstein), um grupo de marxistas moderados (com representação em Kautsky), e um grupo de marxistas revolucionários liderados por Rosa Luxemburgo e Lênin. Seus últimos anos demonstram aos poucos a definição dessas tendências e sua própria desintegração.

---

15 KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. Ou em espanhol, a obra está disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1899/kautsky-la-cuestion-agraria.pdf>.

Considerando a crítica ao revisionismo, ao reformismo, e a necessidade de desenvolver um programa que recuperasse a centralidade dos ideais comunistas, assim como motivados pelo andamento da Revolução Russa (1917), Lênin propõe a fundação da III Internacional ou Internacional Comunista, chamada também de Comintern.

Segundo Vieira (2011), os bolcheviques (fração do Partido Operário Socialista Russo) já haviam proposto a criação de uma III Internacional entre 1915 e 1916, mas não havia sido aprovado. Foi a partir das bases da revolução de 1917, que em 1919 os bolcheviques conseguem junto com o apoio da Liga Spartacus de Rosa Luxemburgo, fundar a III Internacional (VIEIRA, 2011).

### **A Internacional Comunista e o surgimento da IV Internacional**

Lênin escreve em 15 de abril de 1919, um mês após o Congresso de sua fundação (1 de março de 1919), que a I Internacional tem um lugar na história ao lançar as bases da organização internacional de trabalhadores para o combate revolucionário do capital; a II Internacional organiza internacionalmente o movimento operário que cresceu à custa da redução do nível revolucionário, mas prepara o terreno para a disseminação do movimento de massas em todos os países; e que a III internacional tem o seu gérmen em 1918 durante a luta contra o oportunismo da social democracia e da pequena burguesia levando a formação de partidos comunistas em vários países<sup>16</sup>.

A Internacional Comunista neste sentido nasce com a missão de retomar os preceitos do marxismo na construção do socialismo, e organizar uma aliança entre partidos que estão liderando o movimento revolucionário no mundo, e da construção da democracia proletária (operários e camponeses) em contraposição à democracia burguesa a qual

---

16 Disponível em: LENIN, Vladimir I. A Terceira Internacional e o seu Lugar na História, 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/apr/15.htm>.

Kautsky chama de democracia<sup>17</sup>. Em seu primeiro congresso realizado em Moscou, em março de 1919, tem como principal debate as diferenças entre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado, assim como da necessidade de espalhar mundialmente a forma organizativa dos soviets.

Na obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1889), Lênin afirma que haveria duas vias de desenvolvimento capitalista. Uma delas, chamada via camponesa ou revolucionária onde os camponeses se libertariam de maneira plena dos resquícios feudais e conquistariam a plena liberdade aos se constituírem como pequenos produtores independentes. A segunda via, chamada via prussiana, ou junker, ou latifundiária, onde o ritmo do desenvolvimento capitalista faria avançar o desaparecimento e as restrições à liberdade dos camponeses (VIEIRA, 2011).

A própria Revolução de Outubro constrói um Decreto sobre as Terras<sup>18</sup> no II Congresso dos Sovietes, onde afirma a abolição da propriedade latifundiária ou da Igreja sem qualquer compensação e colocada à disposição das comissões de terras e soviets camponeses. Estes deveriam tomar as medidas necessárias para assegurar a ausência de danos nas terras confiscadas, elaborar inventários dos bens e proteger de forma revolucionária as empresas agrícolas transferidas ao povo.

Acompanhando este decreto, publica-se a Instrução Camponesa sobre a Terra<sup>19</sup>, onde afirma que toda a questão referente à questão agrária deverá ser resolvida pela Assembleia Constituinte de todo o povo. Declara ainda que a propriedade da terra seria abolida e que a mesma não poderia ser vendida ou comprada ou ainda sujeitada a qualquer forma de alienação. Todos os recursos da terra, como minério, petróleo, carvão, florestas e água passariam ao Estado e seriam geridos por órgãos locais de autogoverno. Ainda que a confiscação de bens não atingiria os camponeses possuidores

---

17 *Ibidem*

18 Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/LeninDireitoeMoral261017.htm>.

19 *Ibidem*

de pequenas terras e que o direito de uso da terra seria concedido a todo o cidadão – sem distinção de sexo – que quisesse cultivar por meio de seu próprio trabalho e de sua família ou através de cooperativas.

Esse decreto pode ser considerado um acúmulo dos debates e reflexões a respeito da questão agrária na Rússia e mundial. Podemos citar alguns dos escritos realizados por Lênin que abordam essa questão<sup>20</sup>, como é o caso de: “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1899)<sup>21</sup>; Um passo à frente, dois atrás (1904)<sup>22</sup> onde consta um capítulo sobre o Programa Agrário; O Trabalho da Mulher na Agricultura no regime Capitalista (1913)<sup>23</sup>; Resolução sobre a Questão Agrária (30 de abril de 1917)<sup>24</sup>; Relatório sobre a Questão Agrária (11 de maio de 1917)<sup>25</sup> onde aponta o crescimento do movimento agrário russo, o programa do partido e a construção de propriedades sociais como princípio.

O texto Resolução sobre a Questão Agrária de abril de 1917 faz a crítica à nacionalização de terras sob a perspectiva democrático-burguesa e propondo a abolição da propriedade da terra e confiscação imediata dos latifúndios associada à nacionalização da terra como medida impactante no transcurso de uma transformação social. Este último documento aconselha os camponeses a tomar a terra de maneira organizada evitando a menor deterioração dos bens, e a organização separada e independente do proletariado agrícola que seja na forma de sovietes de operários agrícolas e de sovietes camponeses semiproletários.

---

20 Outro russo que se atenta na discussão da economia camponesa e seu papel é Alexander Chayanov (1888-1937) que escreve a obra “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”, publicada em Moscou em 1925. Para este autor, o caminho do socialismo poderia ser aberto mediante o desenvolvimento de cooperativas na comercialização e no cultivo de produtos agrícolas. Para ele, seria desnecessário a instituição imediata de fazendas coletivas. (CHAYANOV, Alexander. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1974)

21 Disponível em: [https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/lenin\\_desenvolvimento-do-capitalismo-na-russia.pdf](https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/lenin_desenvolvimento-do-capitalismo-na-russia.pdf).

22 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1904/passo/passo.pdf>.

23 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/07/31.htm>.

24 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/13.htm>.

25 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/11.htm>.

No âmbito dos debates na Internacional Comunista, o II Congresso realizado em agosto de 1920 em Moscou, entre tantas questões foi realizada a construção de 21 condições para a adesão na Internacional Comunista, e o debate da Tese Sobre a Questão Agrária<sup>26</sup>, que fazia a crítica explícita ao programa agrário da social democracia.

A tese aponta que as massas trabalhadoras do campo só poderão ser libertadas dos capitalistas e latifundiários se conduzidas pelo Partido Comunista e o proletariado das cidades, que por outro lado não conseguirá realizar sua missão histórica mundial – da emancipação humana – se se limitar aos interesses particulares e corporativos. Seria necessário aliar-se aos camponeses articulados ao Partido Comunista na luta de classes. Também afirma que a massa de camponeses a qual se referem e que é a maioria da população em todos os países capitalistas está representada pelas seguintes categorias: proletariado agrícola; os semiproletários ou camponeses que trabalham ora como operários, ora como camponeses para garantir sua sobrevivência e de sua família; e os pequenos proprietários. São três categorias da população rural que oprimidas e embrutecidas teriam interesse econômico e social na vitória do socialismo.

Quanto aos camponeses médios, o proletariado revolucionário não deveria se limitar a tarefa de uma conquista política como as categorias abordadas há pouco, mas sim atuar em sua neutralização e progressivamente passar a agricultura coletiva. E por fim, em relação aos empresários capitalistas da agricultura deveriam ter suas terras e instrumentos agrícolas confiscados imediatamente e sem qualquer indenização, sendo entregues ao Estado sob a condição de socialização dos mesmos.

Nesse sentido, as mudanças trazidas pela Nova Política Econômica (NEP), foi incorporado no programa agrário internacional a aceitação da liberdade dos camponeses em dispor de seus excedentes. Os partidos, em nível

---

26 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1920/08/questao-agraria.htm>.

internacional, conclamavam as massas camponesas para organizar-se em defesa de melhores condições de vida e políticas democráticas (VIEIRA, 2011).

O III Congresso da Internacional Comunista realizado em Moscou entre 22 de junho e 12 de julho, e toma como definição a importância de incorporar as mulheres trabalhadoras no movimento comunista, assim como sobre as possíveis alianças com partidos social-democratas sob as chamadas “Frentes Únicas”. E no IV Congresso realizado entre 30 de novembro e 5 de dezembro de 1922 ocupou-se em debater as táticas da Frente Única, da questão do trabalho dos comunistas nos sindicatos, assim como da questão do negro.

O IV Congresso também publica um texto denominado “Apelo da Internacional Comunista aos Operários e Camponeses da América do Sul”<sup>27</sup> chamando aos operários e camponeses da América do Sul a se prepararem para a luta de classes e a ação revolucionária. O texto aponta que a I Guerra Mundial anunciou o começo da crise final do capitalismo, mas que ela não pode resolver essa crise, e que em consequência os Estados Unidos tornaram-se a potência imperialista mais forte, tornando-se o centro da reação internacional da burguesia contra o proletariado. Este imperialismo busca estender seu domínio em vários continentes, mas, sobretudo na América Latina quer sob formas econômicas (com empréstimos, investimentos de capitais nas explorações industriais, nas concessões de estrada de ferros e empresas marítimas, assim como na exploração do petróleo), quer sob dominação aberta, procurando na América Latina um mercado seguro para suas mercadorias através da Doutrina Monroe.

Ainda a título de análise da situação, este texto aponta que as burguesias nacionais começam a intervir nas lutas imperialistas, mas na posição de reação contra o proletariado quando estes se levantam contra as medidas criminosas do capitalismo imperialista. O que leva a identificar

---

27 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/apelo-internacional.htm> Acesso em setembro de 2025.

que as burguesias nacionais têm uma “submissão interessada e consciente ao imperialismo do norte”, realizando uma união pan-americana com o propósito de manter seus privilégios de classe.

É nesse sentido que o apelo aos operários e camponeses da América do Sul expresso na carta, convoca a unidade das forças revolucionárias do proletariado em toda a América, inclusive com as organizações comunistas nos EUA, pois os capitalistas de toda a América se unem contra os trabalhadores, “à ofensiva burguesa é necessário opor a unidade proletária”. Portanto, a luta contra a própria burguesia torna-se uma luta contra o imperialismo, e toda a tentativa de guerra deve tornar-se uma luta aberta entre a classe trabalhadora contra a burguesia.

Afirma ainda que a divisão e desorganização dos trabalhadores esmagará as lutas sociais, e que é necessário fortificar os Partidos Comunistas e criar onde ainda não existem, articulando-os em toda a América.

Ainda no cenário mundial, ainda em 1922 é fundada outra Associação Internacional dos Trabalhadores com orientação anarco-sindicalista, com uma representação bem significativa pela adesão de trabalhadores mundialmente.

O V Congresso da III Internacional ocorre entre junho e julho de 1924 em Moscou é marcado pela ascensão de Stalin e pela consigna “Socialismo num só país” adotando a postura de “bolchevização” da organização internacional, o que influencia a construção de táticas e estratégias nos diferentes Partidos Comunistas a nível mundial.

Processo esse que dá continuidade no VI Congresso realizado entre junho e setembro de 1928 em Moscou na aprovação do novo Programa da Internacional. É neste Congresso também que se discute as “Teses acerca do Movimento Revolucionário nos países Coloniais e Semicoloniais”<sup>28</sup>.

Entre as questões apresentadas, o tema da estratégia e tática comunista em países coloniais aponta que devido à presença do baixo desenvolvimento

---

28 Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses\\_comintern.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm).

das forças produtivas juntamente com o domínio estrangeiro e a presença de formas pré-capitalistas, determinando que o movimento revolucionário se encontra na fase da revolução democrático-burguesa, onde os requisitos para a revolução socialista ainda estão a ser preparados. E neste sentido as tarefas da revolução democrático-burguesa deveriam ser: a emancipação do país do jugo do imperialismo (através de nacionalização de concessões estrangeiras); levar a cabo a revolução agrária libertando os camponeses de todas as formas e exploração e opressões coloniais com a nacionalização da terra e melhorando a situação do campesinato com uma política econômica que una campo e cidade; desenvolvimento das indústrias e transportes e com o crescimento do proletariado a extensão dos sindicatos.

Assim, a transição para a fase socialista da revolução exige alguns requisitos mínimos como: o desenvolvimento industrial, a organização sindical e um partido comunista forte com influência nas massas. A revolução democrático burguesa em países coloniais está fortemente ligada à luta pela libertação nacional contra o domínio imperialista e por outro lado a opressão nacional acelera e intensifica as massas e camponeses e operários facilitando sua mobilização e movimentação popular de natureza revolucionária.

Nos países coloniais a burguesia nacional tenta fortalecer sua posição em relação ao imperialismo buscando o apoio especialmente do campesinato, onde é preciso “estimular e acelerar o fermento revolucionário no seio das massas camponesas”, pois este, “como aliado do proletariado – é uma força condutora da revolução”. Mas a emancipação do campesinato só será atingida sob a liderança do proletariado, enquanto que o proletariado só poderá conduzir uma revolução democrático-burguesa se unido aos camponeses. E nesse sentido, onde existir organizações camponesas como organizações de massa, independente do seu caráter, o partido comunista deve tentar penetrar nestas organizações apresentando o papel decisivo da revolução agrária e familiarizando os membros com métodos de agitação, propaganda

e trabalho organizacional entre os camponeses, dando ao movimento camponês uma natureza revolucionária.

Para Vieira (2011), após a morte de Lênin (21 de janeiro de 1924), a constituição do triunvirato, a incidência das divergências internas no país, e a maioria bolcheviques que “dominavam os conselhos e a direção política do Comitern”, foram condições que levaram à “convicção inabalável” de que em todos os países dever-se-ia seguir o modelo soviético. (VIEIRA, 2011, p. 135)

O VII Congresso da Internacional Comunista iria ocorrer somente em agosto de 1935 também em Moscou num contexto de ascensão do fascismo. Um ano mais tarde (em 25 de novembro de 1936), a Alemanha Nazista e o Império Japonês assinam o Pacto Anti-Comintern que se comprometia em tomar medidas de proteção contra a ameaça da Internacional Comunista. A este pacto, a Itália adere em 1937 e em 1939 outros países como Espanha e Hungria. Mais adiante, em 15 de maio de 1943, o comitê executivo da internacional decide dissolvê-la num contexto de II Guerra Mundial, e se estabelece um escritório comunista internacional em Belgrado com a finalidade de intercâmbio de experiências e informações (VIEIRA, 2011).

Segundo Vieira (2011), a política das frentes populares levou a constituição de novas formulações táticas e estratégicas, inclusive no que diz respeito às alianças, para a derrocada do fascismo – uma política que seria o presságio do “caminho nacional para o socialismo”, que vigorou entre 1944 a 1947. Uma conjuntura que deixou o “movimento comunista internacional” diante de contradições e impasses difíceis de serem resolvidos – “construir a luta antifascista internacionalmente e ao mesmo tempo estabelecer um período de relativa paz para a URSS” (VIEIRA, 2011, p. 137-138).

A autora em seus estudos aponta que a III Internacional, diferente da configuração das duas primeiras “não era um órgão coordenador de grupos e sociedades esparsas, nem uma federação descentralizada de partidos e

sindicatos, mas se caracterizou como um partido comunista internacional com seções internacionais”. Sua base programática buscava agregar “núcleos restritos, mas suficientemente homogêneos em seus princípios”. (VIEIRA, 2011, p. 131-132)

A partir da morte de Lênin, muitos foram os conflitos que emergiram, os quais foram mencionados acima. Outro conflito, que vai gerar a IV Internacional vem da oposição trotskista que já em 1928, apresenta um documento “semiclandestino” que iria fazer a crítica ao programa vigente, e no ano seguinte passou a ser constituir como uma “oposição internacional de esquerda”. Somente em 1933, é decidido pelo rompimento com o Comintern, e pela criação da “Liga Comunista Internacional – LCI”. Com a política das frentes populares antifascistas em 1934, alarga-se a influência do Comintern e a dissidência torna-se “vítimas de expulsões, prisões e banimento do movimento operário”, além de condenações à morte. Em reunião realizada em Paris (1938) a LCI promove a fundação da IV internacional, onde Leon Trótsky redige o programa de transição (VIEIRA, 2011).

Esse documento tinha quatro (4) ideias fundamentais, entre elas: reafirmava a teoria econômica consagrada da II Internacional de que as bases materiais do capitalismo não ofereciam possibilidade de progresso e que as condições de vida estavam em franca deterioração, levando à alternativa objetiva de socialismo ou barbárie; constatadas as condições objetivas para a revolução, faltava o fator subjetivo, onde as experiências que se desenvolviam sofriam uma crise de direção revolucionária; afirmava que a burocracia stalinista da URSS havia traído o proletariado e havia se constituído um obstáculo histórico para a revolução (VIEIRA, 2011).

Em alguns de seus congressos foi definida a proposta do “entrismo nos partidos comunistas, social-democratas e nacionalistas anti-imperialistas” como forma de aproximar as seções da IV internacional aos movimentos de massas”. Entre os anos de 1970 e 1980, seus principais debates giraram em

torno da guerrilha (especialmente na América latina), dos movimentos de libertação nacional, da questão da mulher e da ecologia (VIEIRA, 2011).

Paralelamente, o movimento anarquista internacional foi se consolidando. Os estudos de Vieira (2011) apontaram que em seu primeiro período, agindo em colaboração com o socialismo, como vanguardas revolucionárias, agindo e promovendo levantes, e revoltas urbanas. Num segundo momento, após a dissolução da AIT, consideravam eficaz atentados a soberanos, presidentes e generais, um momento em que prevaleceu a corrente “individualista ou stirnerniana” (relativa ao teórico da libertação total do indivíduo). Um terceiro momento com a incidência de práticas anarcossindicalistas influenciou o proletariado em todo o mundo (1919-1939), inclusive nos EUA<sup>29</sup> (VIEIRA, 2011).

## **A Krestintern ou Internacional Camponesa**

A Internacional Comunista no decorrer de sua trajetória, especialmente no início da década de 1920 criou organizações com funções específicas, mas que ao mesmo tempo vinculadas à organização internacional em seu todo. Foram elas: a Internacional Jovem Comunista (KIM), refundada em 1919, pois já existia na II Internacional; a Internacional Sindical Vermelha (Profintern), fundada em 1920; a Confederação Sindical Latino-americana como parte da profintern, criada em 1929; Socorro Vermelho Internacional (MOPR)<sup>30</sup> fundada em 1922; Internacional Desportiva Vermelha (Sportintern), fundada em 1924; e a Internacional Camponesa (Krestintern), fundada em 1923.

---

29 Em 1927, os anarco-sindicalistas italianos imigrantes Sacco e Vanzetti foram presos e condenados à pena de morte por meio de cadeira elétrica nos EUA. Na América Latina o movimento anarco-sindicalista teve uma enorme incidência, e é considerado base fundadora do movimento operário e de partidos comunista sem vários países, onde atuavam dando importância para formação política e a cultura através de teatros, círculos de leitura e escolas operárias. (VIEIRA, 2011)

30 Segundo Vieira (2011), o Socorro Vermelho, como uma espécie de cruz vermelha comunista, conduziu campanhas em apoio a militantes comunistas que eram presos. Entre seus principais dirigentes estavam Clara Zetkin e Tina Modotti. Uma das principais ações do Socorro Vermelho se deu na Guerra Civil Espanhola, com a criação de estruturas humanitárias (cozinhas comunitárias, bibliotecas e escolas para as crianças nos campos de refugiados, logística de transporte entre o front e os hospitais). Na América Latina, a MOPR teve como principais dirigentes Farabundo Martí e Julio Mella (VIEIRA, 2011)

A Internacional Camponesa (Крестьянский Интернационал), conhecida como Krestintern (КРЕСТИНТЕРН) foi constituída no interior da Internacional Comunista ou III Internacional no mês de outubro de 1923 em Moscow. Em sua Conferência de fundação, estavam presentes os dirigentes Zinoviev, Bukarin, Clara Zetkin, Mmirnov, Marchlewski, Teodorovich e Ho Chi Minh.

Segundo Vieira (2011), o documento de fundação apontava a necessidade de unidade e aliança operária e camponesa através das lutas contra a grande propriedade de terra e o capitalismo. Com uma estrutura organizativa similar à III Internacional teve sua sede em Moscow, o congresso como instância política maior, um comitê central e uma secretaria-geral. Embora não tenha realizado nenhum congresso em toda sua existência, sendo realizadas somente as conferências de fundação (1923), uma reunião ampliada em 1925, e em 1927 uma segunda conferência – ano de maior atividade da organização, onde o secretariado-geral publicou um jornal mensal circulando em vários países. Um período de intensa correspondência (telegramas e cartas) entre as seções da organização entre diversos países.

Considerada a contraparte rural da Profintern pretendia estabelecer relações com partidos camponeses radicais na Ásia e Europa Oriental, mas não conseguiu avançar nas iniciativas especialmente na Bulgária, Iugoslávia e China. Foi completamente extinta em 1939.

Para Vieira (2011), na década de 1920, o movimento comunista internacional precisou rivalizar com os Partidos Agrários buscando organizar as massas camponesas. Esse foi um dos elementos que contribuiu para a constituição da Krestintern.

Segundo QUINN-JUDGE (2003), a Krestintern refletia o compromisso da revolução russa com o campesinato, especialmente através da Nova Política Econômica (NEP). Também é considerada um resultado direto da política de Frente Única da Internacional Comunista que assinalava a aliança operário-camponesa.

Somado a isso, atribui-se a iniciativa de constituir uma Internacional Camponesa ao comunista polonês Tomasz Dabal que no dia 19 de junho de 1923 escreve um artigo no Pravda<sup>31</sup> analisando um aumento da popularidade dos partidos políticos camponeses e necessidade e veicular os mesmos às ideias comunistas. A organização possibilitaria estabelecer uma Frente Única entre os partidos comunistas e camponeses na Europa<sup>32</sup>, procurando disputar o apoio do campesinato europeu com o Departamento Agrário Internacional (criado em 1921, pelos Partidos Agrários da Bulgária, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Polônia), também chamada de “I Internacional Verde”.

Diante do contexto da implementação da Nova Política Econômica no processo revolucionário russo e de sua influência na Internacional Comunista, a Internacional Camponesa ganhou certa força institucional. É criada oficialmente durante um congresso fundador que ocorreu em Moscou entre os dias 10 e 16 de outubro de 1923 e que contou com a presença de 158 delegados de 40 países, entre eles: URSS, Polônia, Alemanha, França, Tchecoslováquia, Bulgária, EUA, México, Noruega, Suécia, Finlândia, Indochina, Japão e outros. A maioria da Europa Oriental e Ásia. Neste congresso se estabeleceu um Conselho Internacional de Camponeses que realizaram duas grandes plenárias. A primeira seção plenária ocorre em 17 de outubro de 1923, e a segunda em novembro de 1927.<sup>33</sup>

Outras organizações foram filiando-se como o caso da União Nacional Agrária Búlgara; Partido Camponês Croato (filiado entre 1924-1925); Comitê Irlandês de Agricultores Trabalhando; Confederação Filipina de camponeses (*Katipunan ng mga Anakpawis ng Pilipinas*) filiada em 1929,<sup>34</sup> e as

---

31 Jornal Diário do Partido Comunista Soviético.

32 GILL, GRAME. Peasant International. In: JACKSON, George; DEVLIN, Robert (eds). Dictionary of the Russian Revolution. New York: Greenwood Press, 1989, p. 435-436.

33 Segundo informações veiculadas no site: <http://ciml.250x.com/archive/comintern/krestintern.html> ocorre uma sessão plenária em Moscow entre 9 e 14 de abril de 1925.

34 Informações disponíveis em: <http://ciml.250x.com/archive/comintern/krestintern.html> Acesso em setembro de 2025.

Ligas de Camponeses Mexicanos (sob a representação de Galvan Licono), filiado em 1923, e na II Conferencia com a participação de José Guadalupe Rodriguez (México) - único país latino-americano.

A Krestintern era organizada através de um conselho composto de representantes de organizações agrícolas dos países. O conselho elegia um órgão permanente – a presidência que era chefiada pelo secretário-geral. Essa função foi assumida por Thomas Dombal, Marius Veilles, Buergi, Bukárin e Smirnov até 1928, e posteriormente por Vasil Kolarov (da Bulgária, que assumiu a função de presidente do Comitê executivo da Krestintern até o ano de sua dissolução em 1939.<sup>35</sup>

A função de construção de unidade entre partidos camponeses não comunistas e partidos comunistas através de Frente Únicas não teve muitos avanços, como foi o caso da Bulgária. Em alguns casos acabou atraindo apenas grupos ou facções criadas pelos próprios partidos comunistas nos países, com exceção do Partido Camponês do Povo Croata<sup>36</sup>. A filiação desse à Krestintern provocou a proibição oficial de funcionamento do partido em seu país, assim como a circulação da revista *Radnil* (O Trabalhador) de sua responsabilidade. Com sua principal liderança presa ao retornar para a Iugoslávia, e o comitê central do partido camponês renuncia a decisão de filiação a Krestintern, e alguns meses depois ele e seu partido adere ao governo e apoia a monarquia<sup>37</sup>.

Entre as diferentes ações da Krestintern, uma delas foi a publicação de uma revista chamada *The Peasant International*, que lançada em abril de 1924 publicou artigos entre tantos outros de Ho Chi Minh (Vietnã)<sup>38</sup> enfatizando

---

35 GILL, GRAME. Peasant International. In: JACKSON, George; DEVLIN, Robert (eds). Dictionary of the Russian Revolution. New York: Greenwood Press, 1989.

36 *Ibidem*.

37 CARR, Eduard Hallet. Socialism in on Country. Vol.3 Parte 1. London: Macmillan & co Ltda, 1964, p. 401-405.

38 O líder comunista vietnamita H Chi Minh estava trabalhando no comitê permanente do Krestintern em meados da década de 1920. Esteve presente na fundação da I Conferência Internacional de Camponeses em 1923, projetada para funcionar como uma organização legal incluindo organizações não comunistas. Em sua exposição, Ho Chi Minh relata a situação dos camponeses das colônias francesas e as diferenças em relação ao campesinato europeu. Como característica central, o primeiro é duplamente explorado – “como proletário e como raça conquistada”, onde inclusive aldeias inteiras eram

o objetivo de constituir um movimento agrário radical internacional<sup>39</sup>.

Em 9 de abril de 1925 ocorre em Moscou o segundo plenário ampliado do Conselho Internacional dos Camponeses com a participação de 78 delegados de 39 países.

Entre 1925 e 1926, a Krestintern instala em Moscou o Instituto Internacional Agrário<sup>40</sup> que tinha a finalidade de realizar estudo sobre os problemas agrários e realizar publicações. Instituição que sobreviveu até 1942, após a extinção da Krestintern, encerrando-se por ocasião da invasão alemã durante a segunda guerra mundial.<sup>41</sup>

No ano de 1926, a Krestintern tentou intermediar relações de cooperação entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang publicando uma carta aberta que expressava confiança nesta organização como instrumento que poderia unir e organizar “todas as forças revolucionárias contra a pressão dos reacionários imperialistas”<sup>42</sup>. Esta, foi usada depois para aniquilar o PCC e realizar o massacre de Xangai em 1927.

O segundo Congresso da Krestintern e o Terceiro Plenário do Conselho Internacional de Camponeses ocorrem em Moscou em novembro de 1927. E a crise da NEP com o retorno da coletivização forçada (crise do grão de 1928), leva os esforços de constituir uma internacional camponesa a diminuir intensamente.

Os estudos de Vieira (2011) apontam que a Krestintern, e a política agrária da III Internacional teve enorme influência nos movimentos e revoluções camponesas na América Latina, China e Vietnã. (VIEIRA, 2011)

---

expropriadas. Já o segundo apenas como proletários. A partir de suas intervenções, assegurou que a resolução antiguerra aprovada pelo congresso levantasse a questão da opressão colonial, escrevendo uma emenda que demonstrava que o camponês nas colônias são um fator importante entre a guerra e a paz (QUINN-JUDGE, Sophie. Ho Chi Minh: the missing Years (1919-1941). London: Hurst & Company London, 2003, p. 43-45). Em 1924, Ho Chi Minh encontrou-se em Moscou com Astrogildo Pereira e Rodolfo Coutinho, que buscavam o reconhecimento do Partido Comunista Brasileiro pela III Internacional.

39 CARR, Eduard Hallet. *Socialism in on Contry*. Vol. 3. Parte 2. London: Macmillan & co Ltd, 1968.

40 International Agrarian Institute (IAI).

41 GILL, GRAME. Peasant International. In: JACKSON, George; DEVLIN, Robert (eds). *Dictionary of the Russian Revolution*. New York: Greenwood Press, 1989, p. 435-436.

42 CARR, Eduard Hallet. *Socialism in on Contry*. Vol. 3. Parte 2. London: Macmillan & co Ltd, 1968, p. 784-785.

No ano de 1930, no mês de março ocorre o Congresso dos Camponeses Europeus, onde desponta nova organização agrária apoiada pelos comunistas, chamada Comitê Europeu de Camponeses<sup>43</sup> que também não teve êxito devido à conjuntura da coletivização forçada e da fome de 1932 a 1933.

Publicado anonimamente em setembro de 1930, um documento denominado “A Krestintern e a Liga Anti-imperialista”<sup>44</sup> fazia uma contundente crítica a existência dessa organização. O texto, bastante curto, iniciava com uma interrogante “Que há de novo na Krestintern?”, e afirmava que a era fundada em princípios reacionários. Informa que até mesmo Bukárin, no VI Congresso da Internacional Comunista de 1928 não tinha informes sobre a Krestintern, sugerindo que a mesma deveria ser ajudada a se tornar “uma organização viva”, pois nas regiões camponesas a influência comunista não havia avançado, mas diminuído.

O texto também afirma que o campesinato é a “menos internacional de todas as classes da sociedade burguesa”, e que era necessário liquidar abertamente a Krestintern. Também compara a Krestintern à Liga Anti-imperialista<sup>45</sup> (citado como o idioma das colônias) como projetos do Comintern que desapareceram. E por fim, analisa o fracasso do apoio stalinista ao Kuomitang, relacionando as duas organizações ao Kuomitang no plano internacional, e que deveriam ser dissolvidas como uma “medida urgente de higiene revolucionária”.

---

43 GILL, GRAME. Peasant International. In: JACKSON, George; DEVLIN, Robert (eds). Dictionary of the Russian Revolution. New York: Greenwood Press, 1989, p. 435-436.

44 Versão traduzida ao espanhol disponível em: <https://ceip.org.ar/La-Krestintern-y-la-Liga-Antimperialista> Acesso em setembro de 2025. Documento publicado originalmente no Boletim da Oposição (*Biulleten Opozitsi*), periódico russo iniciado por Trotsky em julho de 1929, quando deportado da Turquia. O Boletim foi impresso em Paris até 1931, logo em Berlim (até 1933), novamente em Paris (1934) e Zurich (até 1935), novamente em Paris (1939) e Nova Iorque (1941, ano em que cessou). Este artigo foi traduzido ao inglês por Jum Burnett para a edição norte-americana sob os números 15-16, nos meses de setembro-outubro de 1930. Outra tradução apareceu no *The Militant* em 16 de novembro de 1930.

45 Um projeto da III Internacional constituído no Congresso de Bruxelas em 1927, com o objetivo de desenvolver políticas de unificação das burguesias nacionais e os trabalhadores nas colônias.

Essas críticas podem também ser percebidas na carta de *Ta Thu Thay* (do Grupo A Luta), um grupo bolchevique-leninista da Indochina, seção vietnamita da IV Internacional a Leon Trótski<sup>46</sup> que, datada de 18 de maio de 1939, faz inicialmente a crítica da aliança das burguesias coloniais com a social-democracia e stalinistas para as eleições. Ressalta o programa da IV Internacional e sua luta contra a teoria e prática do socialismo num só país, da luta contra a Internacional Camponesa e da Liga Anti-Imperialista.

Recentemente, circulou um documento online<sup>47</sup> um documento de refundação, por decisão do Comintern, da Internacional Camponesa Vermelha. Datado de 28 de maio de 2017, o documento apresenta como restabelecimento da organização com o propósito de ganhar os camponeses pobres e trabalhadores agrícolas para a revolução socialista mundial e apresenta-se na unidade junto aos movimentos nas seguintes ações: 8 de Março como Dia Internacional da Mulher; 17 de Abril como Dia Internacional da Luta Camponesa; 10 de setembro como Dia Internacional da Luta contra a OMC em memória a Lee Kyun Hae (agricultor coreano); 16 de outubro como dia Internacional da Ação pela Soberania Alimentar dos Povos e contra as corporações transnacionais; 25 de novembro como Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres; 3 de dezembro como Dia Mundial Sem Uso de Agrotóxicos. Pautas essas que são desenvolvidas originariamente pela Via Campesina.

No mesmo site, encontramos um Decreto Mundial sobre a Terra, datado em 21 de janeiro de 2018 e escrito por Wolfgang Eggers apresenta algumas ideias-chaves da perspectiva desta organização. Uma delas é a de que a propriedade privada da terra deve ser globalmente socializada, sendo devolvida ao seu “estado original de posse”, expropriando as mesmas

---

46 Primeira edição no *Socialist Appeal* (EUA), volume 3, número 58, 11 de agosto de 1939. Republicado na Revista *Revolutionary History*, volume 3, número 2 (1990). Tradução do espanhol e notas realizadas por Alexandre Linares. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ta/1939/05/18.htm>.

47 Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/comintern/krestintern.html>.

dos capitalistas financeiros sem a compensação em todo o setor agrícola globalizado. Toda a terra deve ser compartilhada por todos os povos do mundo para seu benefício mútuo. Outra ideia é que para a implementação do Decreto Mundial sobre a Terra é necessária a “ditadura do proletariado” e a derrubada violenta de todo o sistema capitalista mundial através de revoluções socialistas, e não pelo caminho das reformas agrárias com as quais o poder capitalista permanece intocável.

O texto ainda afirma que a responsabilidade da destruição ambiental e pelo esgotamento dos recursos naturais é responsabilidade dos imperialistas agrários, e que a revolução socialista mundial tem a tarefa de libertar a humanidade da exploração e opressão, mas também de salvar a natureza. Neste caso, a proteção ambiental deve estar correlacionada à luta pela eliminação da forma capitalista de produção.

Não encontramos maiores informações a respeito dessa iniciativa, de sua base, forma organizativa. Aparentemente é algo recente que para além dos temas que abordamos acima, apresenta outros um tanto polêmicos, como por exemplo que a base ideológica da agricultura socialista mundial é o stalinismo-hoxhaísmo (de Enver Halil Hoxha, líder do primeiro governo comunista da República Popular Socialista da Albânia).

O autor, Wolfgang Eggers, afirma que dos anos de funcionamento da Krestintern existem mais de 500 arquivos históricos da organização que tratam de como ela funcionava, suas conferências, reuniões, relatórios, e secretaria-geral, além de mais de 325 arquivos sobre o Instituto Internacional de Agricultura. Documentos estes reservados junto ao Comintern.

Além destes órgãos, é importante citar o papel relevante de outras duas organizações internacionais mais recentes (SANTOS, 2016)<sup>48</sup> com ações marcadamente na década de 50 e 60. Uma delas é União Internacional

---

48 SANTOS, Leonardo Soares. A construção da rede sindical rural entre os PCs de Itália e Brasil (1955-1965). Revista On-line Mundo Nuevo, Nuevo Mundo. Publicado em 10.10.2016. Disponível em: [https://journals.openedition.org/nuevomundo/69678?lang=en\\_](https://journals.openedition.org/nuevomundo/69678?lang=en_)

Sindical dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais (UISTAF) que realizava frequentemente encontros continentais e mundiais contribuindo para a participação da militância, na qual a ULTAB (A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) participou ativamente. A segunda é a União das Federações Sindicais do Mundo (FSM) que fundada em outubro de 1945 em Paris (França) é a segunda organização sindical mais antiga, com uma perspectiva de luta contra o capitalismo e o imperialismo, comunista. Em dezembro de 2005 seu XIV Congresso foi realizado em Havana (Cuba), chegando ter em 2016, 92 milhões de membros em 126 países.

### **Considerações finais: o movimento camponês internacional (Via Campesina)**

Na América Latina, nos marcos de desenvolvimento capitalista mundial, as diferentes lutas indígenas e dos negros escravizados nos países colonizados buscaram a articulação entre povos para luta contra o inimigo comum, como o caso das lutas *quéchuas* e *aymaras*, sob o comando de Tupac Amaru II e Micaela Bastidas (1780-1781), e, Tupac Katari e Bartolina Sisa (1780-1782), na região entre Peru e Bolívia, respectivamente, como também a luta dos chamados “jacobinos negros” na Independência do Haiti (1791). Também, as lutas independentistas das colônias buscaram articular a unidade latino-americana, denominada por Simon Bolívar (1783-1830) de Grande Pátria e por José Martí (1853-1895) de *Nuestra América*.

Com a efetivação dos processos de independência das metrópoles, a exploração capitalista continua a desenvolver-se, nas antigas colônias, agora baseada nas relações de produção onde o trabalhador livre vende sua força, tanto nos grandes complexos industriais que vão sendo lentamente implementados e fortalecidos, quanto no campo.

A desterritorialização dos povos indígenas e dos povos negros escravizados, fundamentadas nos sistemas de exploração capitalista agrária

– a *plantation* e as *haciendas*, soma-se agora a uma grande massa de imigrantes europeus pobres que buscam a sobrevivência nos países latino-americanos e em sua grande maioria passam a ser continuamente desterritorializados. Os poucos pequenos camponeses que sobrevivem nesta trajetória estão subsumidos à lógica capitalista de produção da agricultura, ou assalariam-se temporalmente para poder manter-se no campo.

Na década de 1990, fruto de uma campanha continental chamada “500 anos de resistência indígena, negra e popular”, vários movimentos sociais camponeses de vários países se articulam para a constituição de uma organização internacional de camponeses em meio a um contexto de mobilizações antiglobalização neoliberal em nível mundial. Nesse sentido, nasce paralelamente a Via Campesina Internacional (VCI, 1993) e a Coordenadora Latino-americana de Organizações Sociais do Campo (CLOC, 1994), que imediatamente torna-se membro regional da VCI. Sob a necessidade de fortalecer a luta no campo diante da incidência do capitalismo monopolista e imperialista no campo - o chamado neoliberalismo, constroem-se na medida em que realizam lutas antiglobalização neoliberal e contra a política econômica do agronegócio.

Assumem uma identidade de classe, de classe camponesa, na medida em que buscam construir uma organização autônoma e divergente de organismos internacionais que consensuam com a imposição de uma ordem social excludente. Seus objetivos giram em torno da: luta pela Terra, Água e Território; Soberania Alimentar; Agroecologia e Biodiversidade; Reforma Agrária Integral e Popular; Justiça climática e ambiental; Direitos Camponeses; a Solidariedade Internacional; e o Feminismo Camponês e Popular.

Caracterizando-se como um movimento camponês internacional, suas principais formas de luta são as marchas, ocupações, greves, manifestações em geral, além de campanhas que carregam junto um caráter pedagógico junto à sociedade e mesmo no interior da própria organização. Das campanhas que estão em andamento, mencionamos: a Campanha Basta de

Violência contra as Mulheres; a Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida; a Campanha Mundial pela Reforma Agrária; Campanha Sementes como Patrimônio dos Povos e a serviço da Humanidade; e a Campanha de Solidariedade Permanente.

E para a realização de suas lutas tem constituído históricas alianças, sob o princípio da autonomia, com organizações camponesas, movimentos sociais urbanos, ONGs progressistas, e governos populares que se desenvolveram nos últimos vinte anos.

Atualmente, a Via Campesina encontra-se consolidada em 10 regiões<sup>49</sup> com 82 países, e 182 organizações sociais do campo, envolvendo cerca de 200.000.000 de camponeses<sup>50</sup>. No que diz respeito à América Latina, a CLOC é composta por 25 países, com 88 organizações sociais do campo compostas por pequenos agricultores, assalariados do campo, camponeses, indígenas, quilombos ou *palenques*, pescadores artesanais, mulheres camponesas, e organizações mistas. Importante mencionar que como regiões da Via Campesina Internacional no continente americano, ela divide-se em América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul. Na composição da CLOC, somente o México da América do Norte a compõe.

A perspectiva estratégica da Via Campesina tem como alicerce a Soberania Alimentar que impulsiona a luta camponesa para além de sua luta corporativa, embora carregue essencialmente as pautas particulares dessa classe. De modo geral a Via Campesina tem como horizonte a transformação social, declarando-se antiglobalização e antineoliberal, e mais recentemente em sua última conferência identificando que mediante o capitalismo, as transformações sociais no campo não serão possíveis. Em contrapartida, a CLOC, como grande região partícipe da VCI, declara-

---

49 As grandes regiões que compõe a Via Campesina são: África (Central e Oeste), África (Sul e Leste), Ásia (Sudeste e Leste), América do Norte, América do Sul, América Central, Caribe, Europa, e, a partir das definições da Conferência Internacional de 2017 em Dério, Euskal Herria, País Basco), se insere a Região Emergente *Midle Este and North África* (MENA). Informações detalhadas encontram-se no site da Via Campesina, disponível em: <https://viacampesina.org/es/quienes-somos/>.

50 Informações disponíveis em: <https://viacampesina.org/es/> e <https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/america-del-sur/>.

se anticapitalista e com um horizonte abertamente socialista desde suas primeiras Conferências.

Evidentemente, como todas as internacionais, a Via Campesina carrega tensionamentos e desafios internos e externos em seu tempo histórico. Podemos aqui mencionar alguns deles como parte de uma ampla discussão a ser realizada. Entre eles: a) a discussão interna sobre horizonte histórico da emancipação humana, visto que organizações de algumas regiões, especialmente da Europa questionam a partir de suas experiências históricas, o socialismo; b) o aprofundamento de seus elementos estratégicos, como a Soberania Alimentar numa perspectiva de transformação estrutural da sociedade; c) o caráter de movimento internacional de massa de uma classe em particular (a camponesa) evidencia avanços organizativos especialmente na relação com as bases, e numa dinâmica interna que busca constantemente sua não burocratização, mas no quesito transformação societária, o movimento camponês não a fará sozinha, é necessária a fundamental articulação com a classe proletária, que neste momento histórico encontra-se um pouco mais fragilizada em sua organização internacional e sua dimensão de vanguarda; d) a crise estrutural do capitalismo vem buscando solucionar seus problemas a partir da incidência de políticas ultraliberais na economia por um lado, e o crescente conservadorismo de caráter fascista por outro. Processo esse que toma corpo em nível mundial destruindo os direitos básicos da classe trabalhadora -conquistas históricas das lutas antepassadas, ao passo que consolida processos mais intensos de exploração e espoliação, somadas a novas dinâmicas de militarização e criminalização de movimentos e partidos sociais populares, socialistas e comunistas. Esses, entre tantos outros desafios, inscrevem a CLOC e a Via Campesina (o movimento internacional da classe camponesa), como partícipe dos desafios mais profundos e intensos da classe trabalhadora como um todo, nestes tempos de crise estrutural do capitalismo e de impetuosas tempestades.

## Bibliografia

- BARTRA, Armando. *La explotación del trabajo campesino por el capital*. México: Edic. e Impresiones Pedagógicas/ Edit. Macehual, 1982.
- BOGO, Ademar. *Identidade e Luta de Classes*. SP: Expressão Popular, 2010.
- CARR, Eduard Hallet. *Socialism in on Country*. London: Macmillan & co Ltd, 1964.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CORREA, Daniel. *Economia da América Latina: o mundo colonial (3/6)*. Vídeo Mini-Curso sobre a América Latina - Produção de IELA, SEPEX. Santa Catarina: IELA, 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/cursos-livres/video/economia-da-america-latina-o-mundo-colonial>.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *O Campesinato, a Teoria da Organização e a Questão Agrária: apontamentos para uma reflexão*. Marília/ São Paulo: Oficina Universitária/ Expressão Popular, 2012.
- FREYMOND, Jacques (org). *La Première Internationale*. [S.I.]: Institut de Hautes Études Internatioinales, 1962.
- GILL, GRAME. Peasant International. In: JACKSON, George; DEVLIN, Robert. (eds.), *Dictionary of the Russian Revolution*. Nova Iorque: Greenwood Press, 1989.
- GONZALEZ, Ana Isabel Alvares. *As origens e comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. S. P.: Expressão Popular, 2010
- GORENDER, Jacob. “Jacobinos Negros: oépico e o trágico na história de Haiti”. *Estudos Avançados*. Vol. 18, n. 50. SP: [s.n.], 2004. Disp: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0103-401420040001&script=sci\\_issuetoc](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0103-401420040001&script=sci_issuetoc).
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir I. *A Terceira Internacional e o seu Lugar na História*. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/apr/15.htm>.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. S. P.: Expressão Popular, 2018.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl. *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Editorial Avante. Lisboa/ Moscovo: Edições Progresso, 1982. Disp: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>.

- MARX, Karl. *O Capital: o processo de produção do capital [Livro I]*. S. P.: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista (1848) – seguido de Gotha*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MARX, KARL; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*. Volume XXII. [S.I.]: Lawrence & Wishart, 1986
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*. Editorial Avante. Lisboa-Moscovo: Editorial Progresso, 1982. Disp: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009a.
- MÉSZÁROS, István. *Crise estrutural necessita de mudança estrutural*. Conferência de Abertura do II Encontro de São Lázaro. UFBA: 13 de junho de 2011a. Disp: <http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>.
- MUSTO, Marcelo (2014). *Trabalhadores, uni-vos! – antologia Política da Primeira Internacional*. [S.I.]: Boitempo, 2014.
- PAULO NETTO, José. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PAULO NETTO, José. “O Déficit da Esquerda é Organizacional”. *PCB*. 22, mar. 2010. Disp: [http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1496:o-deficit-da-esquerda-e-organizacional&catid=79:nacional](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1496:o-deficit-da-esquerda-e-organizacional&catid=79:nacional).
- QUINN-JUDGE, Sophie. *Ho Chi Minh: the missing years (1919-1941)*. Londres: Hurst & Company London, 2003.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. “Se Camponês, se Operário! – limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil”. In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti (org.). *Geografia e trabalho no século XXI*. Santa Cruz do Rio Pardo/ SP: Editora Viena, 2006. Disp: [http://www4.fct.unesp.br/ceget/LivrogeoseculoXXI\\_2.pdf](http://www4.fct.unesp.br/ceget/LivrogeoseculoXXI_2.pdf).
- VIEIRA, Flávia Braga. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*. São Paulo: Alameda, 2011.

# NATUREZA E ARTIFICIALIDADE NO PROJETO SOCIALISTA DE NAÇÃO DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

Jean-Ganesh Faria Leblanc<sup>51,52</sup>

## Resumo

A obra do marxista peruano José Carlos Mariátegui persegue um objetivo central: criar as condições práticas, políticas, teóricas e sociais para uma sociedade peruana socialista livre da opressão e da exploração. Esse artigo analisa como Mariátegui recorre ao binômio naturalidade-artificialidade para revelar, por um lado, a função parasitária da classe dominante e, por outro, os pontos que unem os hábitos coletivistas pré-capitalistas das comunidades indígenas e a teoria socialista moderna. Para isso, o marxista andino opera uma releitura crítica da história peruana, opondo a conquista espanhola e o período colonial ao Império Inca, como figuras respectivamente da artificialidade e da naturalidade. Esta chave heurística abre possibilidades críticas para um estudo tanto da inserção do Peru no capitalismo quanto da natureza predatória do modelo social e econômico do período republicano. Finalmente, discute-se a interpretação historicista e dialética da modernidade desenvolvida por Mariátegui, apresentando sua ideia de um “Peru integral” como nação socialista não essencialista, na qual elementos pré-modernos e modernos se juntam em prol de um projeto revolucionário. A natureza e o artifício aparecem em Mariátegui como duas figuras centrais na formação social peruana e, portanto, como uma das faces da luta de classes.

**Palavras chaves:** Mariátegui; Natureza; Pré-capitalismo; Revolução; América Latina.

---

51 Jean-Ganesh Faria Leblanc é formado em Estudos Políticos (Institut d'Études Politiques de Lyon/França), mestre em História do Pensamento Político (École Nat. Supérieure de Lyon) e doutor em Estudos Latino-Americanos (Univ. de Lyon). É pesquisador do Núcleo Práxis-USP.

52 Artigo elaborado em 2021.

## NATURALEZA Y ARTIFICIALIDAD EN EL PROYECTO SOCIALISTA DE NACIÓN DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

### Resumen

La obra del marxista peruano José Carlos Mariátegui persigue un objetivo central: crear las condiciones prácticas, políticas, teóricas y sociales para una sociedad peruana socialista libre de opresión y explotación. Este artículo analiza cómo Mariátegui recurre al binomio naturalidad-artificialidad para revelar, por un lado, la función parasitaria de la clase dominante y, por otro, los puntos que unen los hábitos colectivistas precapitalistas de las comunidades indígenas y la teoría socialista moderna. Para ello, el marxista andino realiza una relectura crítica de la historia peruana, oponiendo la conquista española y el periodo colonial al Imperio Inca, como figuras de la artificialidad y la naturalidad, respectivamente. Esta clave heurística abre posibilidades críticas para un estudio tanto de la inserción de Perú en el capitalismo como de la naturaleza depredadora del modelo social y económico del periodo republicano. Por último, se discute la interpretación historicista y dialéctica de la modernidad desarrollada por Mariátegui, presentando su idea de un «Perú integral» como nación socialista no esencialista, en la que los elementos premodernos y modernos se unen en pro de un proyecto revolucionario. La naturaleza y el artificio aparecen en Mariátegui como dos figuras centrales en la formación social peruana y, por lo tanto, como una de las caras de la lucha de clases.

**Palabras clave:** Mariátegui; Naturaleza; Precapitalismo; Revolución; América Latina.

## NATURE AND ARTIFICIALITY IN JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI'S SOCIALIST NATION PROJECT

### Abstract

The work of Peruvian Marxist José Carlos Mariátegui pursues a central goal: to create the practical, political, theoretical, and social conditions for a socialist Peruvian society free from oppression and exploitation. This paper analyses how Mariátegui

uses the naturalness-artificiality dichotomy to reveal, on the one hand, the parasitic function of the ruling class and, on the other, the points that unite the pre-capitalist collectivist habits of indigenous communities and modern socialist theory. To this end, the Andean Marxist offers a critical reinterpretation of Peruvian history, contrasting the Spanish conquest and the colonial period with the Inca Empire as figures of artificiality and naturalness, respectively. This heuristic key opens up critical possibilities for a study of both Peru's insertion into capitalism and the predatory nature of the social and economic model of the republican period. Finally, we discuss Mariátegui's historicist and dialectical interpretation of modernity, presenting his idea of an “integral Peru” as a non-essentialist socialist nation, in which pre-modern and modern elements come together in the service of a revolutionary project. Nature and artifice appear in Mariátegui as two central figures in Peruvian social formation and, therefore, as one of the faces of class struggle.

**Keywords:** Mariátegui; Nature; Pre-capitalism; Revolution; Latin America.

\*

A obra do antropólogo francês Philippe Descola *Par-delà nature et culture* (2015) começa com os seguintes versos de Fernando Pessoa:

Vi que não há Natureza,  
Que Natureza não existe,  
Que há montes, vales, planícies,  
Que há árvores, flores, ervas,  
Que há rios e pedras,  
Mas que não há um todo a que isso pertença,  
Que um conjunto real e verdadeiro  
É uma doença das nossas ideias.  
A Natureza é partes sem um todo  
Isto é talvez o tal mistério de que falam.  
(Pessoa, *Poemas de Alberto Carneiro*)

## Introdução

A ideia de natureza como totalidade oposta à cultura e, portanto, como separação radical entre o mundo humano e os demais reinos – animal, vegetal e mineral – tem história. Ela surge em determinado espaço e momento e participa da formação de uma cosmogonia (uma *Weltanschauung*) com a qual os povos vencidos nos processos colonizadores a partir do século XV tiveram que conviver. Assim, enquanto o relativismo, próprio à antropologia, traz consigo uma valiosa historicização das categorias de cultura e natureza, o colonialismo aparece como um imenso processo de ampliação do domínio ocidental sobre outras civilizações e de produção de hierarquias. Similares a Róbinson Crusóe chegando à ilha deserta repleto de engenhosidade utilitarista, o conquistador e o colonizador surgem como a linha de frente de um processo que segue até hoje a sua expansão, fazendo da justaposição de civilizações um grande organismo gradualmente subsumido ao modo de produção capitalista.

Se a ideia de natureza é uma doença de nossas ideias, nas palavras de Fernando Pessoa, ela se espalhou como se espalharam pelas Américas a varíola, a sífilis, e a cobiça pelo ouro. A modernidade capitalista cunha então um antes e um depois, onde conquistas e massacres são encobertos pela gesta da ideologia do progresso, e os universos pré-modernos fatal e teleologicamente condenados.

O marxismo surge como uma das correntes ideológicas que brotam da modernidade. Filho do liberalismo e do movimento operário, ele compartilhou por algum tempo a arrogância ocidental perante o mundo. Nesse contexto, a obra do marxista peruano José Carlos Mariátegui aparece como um divisor de águas na América Latina (Melis, 1978). Seu papel inaugural, sua crítica ao etapismo nascente e a sua leitura frutífera da realidade da formação social peruana permitem que seus textos sejam ressignificados hoje. Em particular, a postura dialética que ele adota o leva

a questionar a naturalidade, a evidência de certos aspectos tanto da história peruana quanto do próprio marxismo, e a buscar as origens da formação social peruana no embate destrutor que foi a conquista. Procurando entender a “realidade” peruana para poder transformá-la, a obra de Mariátegui se constrói a partir das rupturas e continuidades que ele enxerga no Peru dos anos 1920, oriundas da irrupção violenta dos colonizadores europeus. Destaca-se uma polaridade natureza / artificialidade que atravessa os seus textos e forma uma chave de entendimento tanto do caráter socioeconômico das determinações da formação social peruana como das modalidades da sua inserção no mundo.

### **A “realidade” peruana entre pré-capitalismo e imperialismo**

Nos *Siete ensaios de interpretação da realidade peruana*, Mariátegui participa de uma longa tradição de crítica da exclusão das massas indígenas e de denúncia das violências e espoliações sofridas a partir da conquista espanhola. Porém, ao contrário de outros autores indigenistas, o seu critério é econômico e social e ele se fundamenta na questão da produção. Em busca da “realidade” do Peru, Mariátegui renova a compreensão da natureza das relações de produção e das variadas formas de exploração vigentes no país.

Para Mariátegui, a conquista pelos espanhóis não pode se resumir a uma gesta gloriosa. Na medida em que derruba um império potente, ela provoca uma ruptura decisiva na história peruana e introduz formas organizativas estrangeiras às populações locais, inserindo uma dualidade. O argumento central de Mariátegui para fundamentar a sua tese de uma oposição secular entre dois “Perus” é duplo: por um lado, defende o caráter intrinsecamente colonial da formação social pós-conquista; por outro, avalia como meramente militar e eclesiástico o processo pelo qual o domínio inca foi substituído pelo domínio ibérico, sendo este incapaz de desenvolver um modelo econômico eficaz (Mariátegui, 2007). Reiteradamente, o

texto sublinha como a conquista rompe uma ordem “orgânica”, que “brota espontaneamente do solo”, onde a população cresce e as suas necessidades são satisfeitas. Sobretudo, Mariátegui insiste na organicidade da formação social imperial. Sem escamotear a violência e a conflitividade própria ao império – por exemplo, a extensão do seu domínio a outros povos – o autor apresenta um quadro geral de respeito das formas fundamentais da organização social. Assim, o império aparece como um organismo estatal fundado na articulação de células (os *ayllus*) e povos dentro de uma entidade pluriétnica integradora (Mariátegui, 2007, p. 65).

A conquista, pelo contrário, desencadeia um processo de despovoamento maciço, de abandono das principais vias de transporte, de desagregação social e institucional em grande escala e de perseguição da alteridade (Chasteen, 2016). Mariátegui identifica o colonialismo da dominação espanhola no seu caráter predador e vampírico fundado primeiro no saque das riquezas materiais do defunto império, e em seguida na extração de matérias-primas. Neste sentido, a conquista inaugura uma relação inorgânica entre quem tem o domínio político e militar sobre o território e as populações que nele vivem. Uma dualidade se estabelece na qual uma ordem sem raízes nos costumes e na história dos povos assujeitados se impõe: uma ordem portanto artificial. A leitura de Mariátegui instaura então uma oposição entre naturalidade, organicidade, e artificialidade para além do estudo das características ideológicas (religiosas, jurídicas, etc.) do império inca e da colônia. O tecido produtivo, a força de trabalho disponível e as modalidades do trabalho, em fim, a finalidade da organização econômica são brutalmente alterados em prol da rentabilidade de curto ou médio prazo para a metrópole.

O critério econômico que rege a análise mariateguiana do território peruano revela continuidades históricas profundas e geograficamente marcadas. Assim, o Peru moderno é caracterizado como uma formação costeira que conserva o antigo medo dos indígenas das montanhas:

La raza y la lengua indígenas, desalojadas de la costa por la gente y la lengua españolas, aparecen hurañamente refugiadas en la sierra. Y por consiguiente en la sierra se conciertan todos los factores de una regionalidad si no de una nacionalidad. El Perú costeño, heredero de España y de la conquista, domina desde Lima al Perú serrano; pero no es demográfica y espiritualmente asaz fuerte para absorberlo. (Mariátegui, 2007)

Ao Peru da serra, demograficamente dominado por indígenas, se opõe um Peru litoral criado pelos diversos grupos que se instalaram ao longo dos séculos: espanhóis e mestiços (*criollos*), negros escravizados, imigrantes chineses, árabes, japoneses e europeus.

Essa dualidade se funda não apenas na hierarquia de raças imposta após a conquista, mas também em práticas econômicas distintas: as comunidades indígenas sobreviventes conservam “elementos de socialismo prático” (Mariátegui, 2007), enquanto a incipiente industrialização, a gradual generalização do trabalho salariado e a presença de grandes companhias capitalistas estrangeiras, configuram um capitalismo atrasado no litoral. Ademais, as grandes propriedades privadas, os latifúndios que Mariátegui assemelha ao feudalismo, se mantêm na serra. Assim, numa passagem famosa dos *7 ensaios* o autor identifica elementos de “três economias” (Mariátegui, 2007, p. 20) que conformam a formação social peruana. Porém, a figura da dualidade permanece como a grande continuidade originada com a queda dos Incas, pois tanto os grandes latifundiários como os comerciantes das cidades perpetuam os traços fundamentais da ordem inaugurada com a conquista: a exclusão dos indígenas e sua exploração como força de trabalho, a dominação de uma elite branca cuja riqueza decorre da propriedade da terra e dos seus vínculos com a metrópole imperial ou com uma potência central do capitalismo (Contreras, Cueto, 2007). De fato, olhando para as determinações econômicas,

Mariátegui identifica uma unidade entre burguesia e latifundiários, que reside principalmente no seu papel rentista. Diversos termos aparecem no texto para qualificar o lugar desse grupo: “*profiteurs*”, rentistas, intermediários dos imperialistas. Faltando capitais e visão de longo prazo, o seu desempenho econômico não é direcionado ao desenvolvimento dos meios de produção e sim subordinado à mentalidade extrativista do garimpeiro. Por contraste, Mariátegui salienta o vínculo muito forte que une a população indígena com a terra que ela trabalha e como, no passado pré-hispânico, uma população duas vezes maior não tinha dificuldades em produzir alimentos em quantidades suficientes (Mariátegui, 2007).

À histórica dualidade de raças se sobrepõe uma oposição socioeconômica, que por sua vez caracteriza relações contraditórias ao território, à natureza e às populações. Para Mariátegui, nas suas práticas quotidianas, os indígenas conservam vínculos orgânicos entre si e com a terra, dos quais carecem os membros da elite latifundiária ou comercial. Perpetua-se, portanto, a oposição entre naturalidade e artificialidade através da composição de classes, mas sobretudo através do lugar ocupado no processo produtivo: a sobrevivência de práticas ancestrais de cultivos e de hábitos coletivistas de trabalho se contrapõe a uma classe rentista predadora que pratica a acumulação por espoliação ou extração em larga escala. Mariátegui evoca o desprezo da elite plutocrática republicana pelo “capital humano”:

Los que pensaron que la riqueza del Perú eran sus metales preciosos, convirtieron a la minería, con la práctica de las mitas, en un factor de aniquilamiento del capital humano y de decadencia de la agricultura. (Mariátegui, 2007)

Mariátegui mobiliza a categoria de feudalismo para qualificar o poder dos *gamonales*, os latifundiários da serra. Algumas observações são aqui indispensáveis. Primeiro, no nível terminológico cabe ressaltar que

o termo é onipresente nos textos marxistas da época, e que os debates historiográficos marxistas sobre o tema aparecem posteriormente. Isso para clarificar que o uso do termo é datado e não corresponde às evoluções da análise histórica atual. Em um segundo momento, para além da questão semântica, é imprescindível notar o papel que esse feudalismo cumpre na formação social peruana para Mariátegui. Com efeito, a classe dominante peruana é dividida em grupos diversos. Ao lado de uma burguesia comercial e financeira, surgida a partir do fim dos anos 1860, existe uma camada de empreendedores de pequeno porte, cujos investimentos são direcionados para a indústria leve e alimentícia (Monsalve, 2011). Não obstante, o poder econômico é concentrado nas mãos de grandes famílias latifundiárias, que fornecem também o grosso da classe política. Finalmente, proprietários de latifúndios menores vivem fora das cidades, nas suas terras, e formam as aristocracias provincianas – frequentemente envolvidas nas revoltas regionalistas que sacodem o Peru no século XIX.

Os setores tradicionalmente associados ao capitalismo (o setor industrial e o setor comercial) ocupam uma posição subalterna em relação aos latifundiários, com pouco acesso ao crédito e pouca competitividade frente às mercadorias e às empresas de potências já industrializadas. Portanto, a situação do Peru, a sua inserção no mercado mundial, participa em enfraquecer setores potencialmente dinamizadores da economia nacional. Ademais, a posse da terra herdada do sistema colonial participa da manutenção de uma mentalidade rentista pouco compatível com os investimentos e a modernização do aparelho produtivo (Contreras, Cueto, 2007). Sob esses traços, Mariátegui identifica um setor pré-capitalista que age em prol dos seus interesses e bloqueia o desenvolvimento de uma economia verdadeiramente capitalista e liberal. Nesse sentido, o grupo dos *gamonales* agrega várias características feudais: a concentração da terra e poder sobre quem vive nela, o bloqueio à circulação dos trabalhadores e

das mercadorias (ou seja à formação de um mercado interno de trabalho). Assim, quando fala de pré-capitalismo no Peru, Mariátegui distingue entre os vestígios da antiga formação coletivista indígena, cuja natureza orgânica profundamente enraizada permitiu que ela se mantivesse, e a permanência do poder decorrente dos latifúndios, originado na conquista e que configura a oligarquia que controla o Estado nacional.

O pré-capitalismo é então um traço dominante da economia peruana, apesar das modernizações acontecendo em certas cidades e da penetração imperialista com seus enclaves. Mariátegui revela uma realidade complexa, feita da articulação de modos distintos de produção e reprodução, sem em nenhum momento cessar de ressaltar o caráter colonial do conjunto. Tanto as terras mal exploradas quanto as fazendas mais modernas funcionam sob a hegemonia imperialista, imposta a partir dos países centrais através do acesso ao crédito e aos mercados de matérias primas, e como fonte de bens industrializados mais competitivos.

Num comentário à obra de Mariátegui, Aníbal Quijano mostrou como os setores pré-capitalistas da economia são uma fonte de mão de obra barata reproduzida fora dos enclaves capitalistas (Quijano, 1981). O setor latifundiário, “feudal”, é portanto a trava ao desenvolvimento não apenas de uma burguesia nacional capitalista, mas também das comunidades indígenas cujas terras são expropriadas em favor de *gamonales* incapazes de melhorar os rendimentos por estarem cortados do mundo da produção. A liquidação do feudalismo aparece então como tarefa central de qualquer projeto emancipador. A questão crucial é saber se essa tarefa pode ser levada a cabo via uma modernização capitalista radical encabeçada pelos setores capitalistas e as crescentes classes médias, ou por um projeto mais ambicioso que se nutra do coletivismo indígena e do socialismo moderno. Em outros termos, a questão colocada é de saber se uma burguesia pode se desenvolver e resolver o problema da fragmentação nacional, ou se este caminho está vedado.

## Natureza, cultura, civilização

A alternativa entre desenvolvimento burguês e revolução socialista é rapidamente resolvida por Mariátegui. Se a trava é o setor latifundiário e o *gamonalismo* como sistema de poder, a hipótese de uma burguesia liberal derrubando essa ordem pressupõe que ela possa liderar as massas populares num projeto modernizador e mais igualitário. Em uma nota de rodapé famosa, Mariátegui nega essa possibilidade: “no existe en el Perú, como no ha existido nunca, una burguesía progresista, con sentido nacional, que se profese liberal y democrática y que inspire su política en los postulados de su doctrina” (Mariátegui, 2007). A burguesia se revela incapaz de liderar eficazmente um modelo que supere a trava latifundiária, entre outras razões porque participa do exercício do poder com aquele setor e por inadequação própria para essa tarefa.

Em um texto lido na Primeira conferência comunista da América latina, organizada em Buenos Aires em 1929, Mariátegui e os delegados peruanos insistem na psicologia e na força dos preconceitos que a classe dominante como um todo herdou do período colonial. Em particular, o racismo contra os indígenas e os negros aproxima mais essa classe aos imperialistas do que às massas populares nacionais (*La correspondencia sudamericana*, 1929). A dualidade de alma, incorporada em dualidade de raças opostas por séculos impede, portanto, a realização de um programa político desenhado para um desenvolvimento realmente nacional, ou seja, que não suponha a exclusão da imensa maioria do exercício dos direitos políticos e sociais. Contudo, nessa leitura a solidariedade de classe se agrega a uma solidariedade de raça que participa em esvaziar qualquer projeto burguês progressista. A classe dominante aparece então como um grupo eminentemente parasitário, incapaz de formular um verdadeiro projeto inclusivo e orgânico *sui generis*. Mariátegui retoma o velho argumento de

Manuel González Prada, para quem a nacionalidade não se encontrava nessa classe dominante branca, e sim nas multidões serranas, nas vastas camadas populares excluídas e exploradas (González Prada, [s.d.], p. 46).

O caráter parasitário da classe dominante não surge por acaso. Na leitura mariáteguiana, ele corresponde à herança institucional espanhola fundada mais na extração de riquezas do que no desenvolvimento da produção, o que redundava na inserção subalterna no mercado mundial. A própria artificialidade dessa classe aparece como o fator explicativo da sua inépcia política e econômica, unicamente tensionada pela manutenção do seu domínio. Nesse ponto Mariátegui identifica a colusão da classe dominante com a penetração do imperialismo na economia nacional, e a ausência de compromisso para a modernização do tecido produtivo. Mariátegui demonstra ainda que mesmo nos ramos da economia dominados por peruanos, os capitais imperialistas se impõem gradualmente para remediar os péssimos rendimentos (os exemplos citados nos *7 ensaios* são de grandes fazendas de cana-de-açúcar, mas o mesmo processo se verifica para o setor bancário, o setor logístico, o setor petrolífero, etc.) (Deustua, 2011). Assim, os interesses objetivos dos grupos que compõem a classe dominante impossibilitam um projeto político que possa levar a cabo a “segunda independência”, que Mariátegui teoriza como uma independência que tire o Peru do seu estatuto de economia colonial (Mariátegui, 1986).

No lado oposto, o estudo do autor põe ênfase sobre os hábitos coletivistas sobreviventes nas comunidades indígenas. O pré-capitalismo, nesse caso, toma a forma de uma resistência secular aos ataques do período colonial e, depois, do período republicano. A alteridade radical de civilização, de raça e de organização socioeconômica que as separa do modelo *criollo* participa da longevidade de práticas que não foram assimiladas pelos grupos dominantes. Para além da dimensão hereditária, Mariátegui identifica na vigência de “elementos de socialismo prático” uma prova da vitalidade da

cultura indígena, que se mantém por ser profunda e organicamente parte da identidade desses povos (Mazzeo, 2013). A artificialidade parasitária do Peru espanhol e *criollo* aparece gritantemente quando confrontado com a resistência das comunidades. Em particular, Mariátegui identifica uma oposição ética e moral decorrente do lugar na produção. Ele se inspira da leitura do sindicalista revolucionário George Sorel, em especial da “moral de produtores” (Sorel, 1981) entendida como fruto do processo de produção conduzido por pessoas livres e não sujeitadas, capazes de decidir coletivamente o rumo que a sociedade deve seguir. A moral de produtores é aqui bastante próxima do que o marxismo chama de consciência de classe, que se desenvolve por via da ação política dos militantes mas sobretudo nas lutas de classes, onde trabalhadores e proprietários dos meios de produção entram em conflito, evidenciando assim o lugar de cada grupo no processo de produção. Pois bem, a oposição entre a classe dominante proprietária dos meios de produção e os proletários fabris das cidades também opõe os latifundiários às comunidades indígenas e aos indígenas empregados nas suas fazendas em condições de semi-servidão. Simetricamente, os hábitos coletivistas de trabalho dos indígenas assim como a propriedade comum da terra encontram ecos no socialismo moderno. Portanto, para Mariátegui, o pré-capitalismo coletivista dos povos originários encontra a doutrina socialista para além da organização pré-capitalista latifundiária ou mesmo do incipiente capitalismo peruano. Como produtores de valor, indígenas e proletários compartilham um lugar e práticas coletivistas, e portanto disposições morais e éticas de solidariedade e de luta. Em outras palavras, a práxis dos atores é produtora de sentido e de conteúdo metafísico. Esse ponto é crucial na obra de Mariátegui, pois permite vislumbrar uma possibilidade de sociedade comunista fundada na práxis dos diversos grupos das classes populares.

O vínculo que Mariátegui desenha entre as massas indígenas e os demais setores populares é estreitamente ligado à sua análise do parasitismo e da artificialidade do modelo de sociedade que a classe dominante peruana

impõe. Assentando o seu argumento na realidade socioeconômica e na análise das relações de produção concretas, o Peruano defende uma estratégia revolucionária que trabalhe com uma definição larga da classe trabalhadora. Assim, o pré-capitalismo coletivista das comunidades indígenas não é um fator de atraso – ao contrário dos *gamonales* – e sim a manifestação de uma potencial aliança dos trabalhadores para além dos preconceitos de raça e das dualidades que até então fragmentaram a nacionalidade, o território e a economia peruana. Frente a uma classe dominante cujos interesses materiais e condições subjetivas formam um obstáculo tanto à formação de uma nação genuína como a qualquer passo em direção a uma emancipação, Mariátegui teoriza a união dos diversos sujeitos das massas populares em um conjunto revolucionário definido pela práxis produtiva: a classe trabalhadora.

Ademais, na visão de Mariátegui, a hora da civilização liberal passou. O tema da decadência europeia pode ser rastreado desde das suas primeiras conferências marxistas em 1923 (Mariátegui, 1986a). Observador atento da cena internacional, ele contrapõe ao modelo liberal burguês imperialista as lutas pela autodeterminação dos povos coloniais, e sobretudo o socialismo marxista. Retomando outro conceito soreliano, interpreta o pós-Primeira Guerra como um momento de transição da civilização individualista para outra, coletivista, materializada pela perda de apelo dos grandes mitos políticos da burguesia ocidental: o progresso, a razão, a ciência. Ao contrário, os mitos da revolução e da liberação da humanidade atravessam o planeta e acordam velhos “povos em colapso” que exigem sua independência (Mariátegui, 2007, p.291). Do México à China, passando pela Irlanda, a Turquia e a Índia, Mariátegui analisa a onda de movimentos sociais transformadores como manifestações singulares de um mesmo momento histórico, no qual a crise do capitalismo cria as condições materiais objetivas da sua superação (Mariátegui, 1975).

Portanto, o modelo liberal burguês é um fetiche já superado, uma forma declinante à qual as potências imperialistas se agarram, ao passo que abraçar o socialismo significa se juntar ao movimento da história. Neste sentido amplo e civilizatório, Mariátegui descarta toda “etapa democrática burguesa” como incapaz de projetar o Peru no novo período mundial que se abre, pois o capitalismo está na sua fase imperialista, na qual os países chegados tarde na competição econômica mundial sempre serão confinados a um papel colonial. O socialismo, por sua vez, brota como aspiração à libertação dos povos e da classe trabalhadora, e à solidariedade internacionalista.

Desse modo, tanto nacionalmente como no campo internacional, a via do desenvolvimento capitalista é condenada à perpetuação da dualidade de raças, de classes e até de alma que fragmenta o Peru. Mariátegui inverte o argumento segundo o qual o atraso econômico do país se deve à sua população indígena avessa ao progresso: a trava está do lado da classe dominante, cuja burguesia é incapaz de assumir a sua função histórica de criação de um verdadeiro mercado nacional eficiente. A artificialidade do modelo de estado herdado do período colonial se perpetua com os dirigentes do século XX. Mariátegui desenha uma saída possível, dialética, que junte os elementos indígenas majoritários com o incipiente proletariado urbano em prol de um nacionalismo inclusivo e enraizado, ou seja, que possa reivindicar naturalidade e organicidade.

### **Do *ethnos* ao *demos*: a política como agente cristalizador da nação peruana**

Apelando à práxis, Mariátegui resolve a questão teórica de como o socialismo, surgido dentro da modernidade capitalista, pode sintetizar aspirações de operários (fabris e agrícolas) e de povos indígenas majoritariamente camponeses. Dois elementos-chave participam desse

movimento. O primeiro é o resgate do comunismo agrário das comunidades indígenas como parte da tradição nacional (Mariátegui, 2007). O marxista rechaça o hispanismo das visões mais conservadoras da história peruana e reivindica o comunismo inca como parte fundamental do passado nacional.

O segundo elemento central é a ideia de que o comunismo inca e o comunismo moderno são consanguíneos (Mariátegui, 2007, p.26), que, apesar deles corresponderem a formações sociais historicamente distintas, apresentam uma similaridade essencial no caráter coletivo da propriedade e da organização do trabalho. O socialismo moderno herda do liberalismo a reivindicação da emancipação individual, da liberdade política e da democracia, sempre insistindo no real concreto das relações de produção. Com o comunismo inca Mariátegui pretende encontrar um terreno fértil e que predispõe os camponeses indígenas a formar parte da luta socialista. Num texto de 1928, o autor escreve: “El socialismo, en fin, está en la tradición americana. La más avanzada organización comunista, primitiva, que registra la historia, es la inkaica” (Mariátegui, 1986, p.249). A semelhança dos dois socialismos aparece como a oportunidade de reconciliar os elementos diversos e fragmentados do Peru.

Mariátegui coloca de ponta cabeça a representação da época sobre as comunidades indígenas e os povos coloniais em geral. O peruano não somente nega a possibilidade de uma emancipação nacional liderada pela burguesia peruana, como atribui aos povos indígenas uma familiaridade maior com a modernidade, através do socialismo moderno. O caráter pré-capitalista do “comunismo inca” e das suas formas vigentes nos anos 1920 é lido como a prova da presença do socialismo no passado nacional, e portanto como a possibilidade de uma reunião com o socialismo do século XX. Fernanda Beigel fala de uma “triangulação do tempo” (Beigel, 2003, p. 22), em que no presente se atualiza o passado, para se projetar num futuro. É justamente porque a vasta maioria do povo peruano é composta por camponeses indígenas

ainda ligados ao seu passado pré-hispânico que o socialismo moderno tem chances de incarnar a superação do modelo colonial. Assim, a nação peruana não nasce da conquista nem da Independência, ela está por criar, e a inclusão das massas indígenas é sua condição *sine qua non*, inclusão possível somente se o modelo nacional tiver raízes no passado indígena.

Em outros termos, a nação futura tem de reatualizar os hábitos existentes das comunidades indígenas no marco de um socialismo nascido do capitalismo. O socialismo no Peru aparece então simultaneamente como a condição de possibilidade de uma nação realmente inclusiva, e a expressão/continuidade de uma tradição popular reprimida. Neste sentido, Mariátegui coloca a revolução no Peru fora do eurocentrismo dominante no marxismo, pois não subordina o socialismo peruano ao movimento operário nos países centrais do capitalismo.

Na conferência de Buenos Aires já mencionada, o debate que opõe os representantes peruanos aos delegados mais próximos da Comintern é revelador da tensão entre artificialidade e naturalidade, organicidade. Diante da posição de apoio da Internacional à formação de um Estado indígena, os peruanos defendem uma aliança larga dos setores operários com os camponeses indígenas, no quadro de um movimento da classe trabalhadora amplamente definida. Para eles, um Estado indígena não escapa, por ser indígena, das determinações de classe do mundo dominado pelo imperialismo (La correspondencia sudamericana, 1929). Além disso, a ideia de limitar a autodeterminação dos povos indígenas à construção de um Estado ad hoc reproduz o esquema histórico eurocêntrico no qual a revolução é liderada pelo proletariado urbano e fabril. Aqui, as teses mariáteguianas permitem identificar o caráter artificial de uma análise limitada à reprodução de um modelo europeu, que não imagina as massas camponesas como parte do sujeito revolucionário. Mais ainda, separando a questão nacional da questão da raça e da terra, a Comintern não considera a

vinculação dialética existente entre esses três aspectos, quando é justamente nessa intersecção que é renovada a questão indígena através dos seus laços com o socialismo moderno. O socialismo indo-americano que Mariátegui prega procura raízes no passado e no presente dos povos das Américas para poder se desdobrar de maneira original e orgânica. É nos traços já existentes, aproveitáveis, que reside a naturalidade do socialismo, por oposição à artificialidade do liberalismo burguês e do etapismo mecanicista.

No entanto, natureza não seria outro nome para essência? A interpretação mariateguiana não levaria a uma reprodução paradoxal do racismo, essencializando tanto a artificialidade como a naturalidade? A própria estrutura argumentativa dos textos de Mariátegui permite descartar essas interrogações. Como fica claro na leitura dos *7 ensaios*, a análise é fundamentada no papel econômico dos grupos que formam tanto as elites quanto as camadas populares. Quando ele advoga para uma definição ampla da classe trabalhadora e uma luta comum a índios e não índios, Mariátegui imagina a criação de uma entidade emancipadora que supere a divisão de raças vigente desde a conquista. Apostando na comunidade de luta dos diversos segmentos da classe trabalhadora, e da aliança possível com setores da classe média, o peruano desenvolve uma proposta contrária à ideia de um *ethnos* como fundamento do Estado-nação peruano. São as lutas em comum, nutridas das lutas passadas e da história secular da maioria do povo que acarretam um futuro socialista possível. Neste sentido, ao *ethnos* homogeneizador Mariátegui opõe um *demos* cuja definição é política e econômica. A artificialidade não é resolvida por mais uma divisão – por exemplo na formação de um Estado indígena – mas pelo movimento revolucionário. Na sua visão, o mito da revolução social carrega uma aspiração de liberação que se estende aos diversos setores da classe trabalhadora, possibilitando uma peruanidade que brote “de baixo”, da práxis dos produtores mesmos.

## Considerações finais

O projeto da construção de um “Peru integral” a partir de um *demos* entendido como comunidade política supõe um profundo trabalho de releitura crítica da história nacional peruana. O objetivo revolucionário é então mediado por uma exigência de conhecimento que torna inoperante toda aplicação mecânica de sistemas e estratégias. Para José Aricó, esse “critério da realidade” (Aricó, 1978) é um elemento medular do materialismo de Mariátegui. O estudo aprofundado da formação econômica do Peru e da questão indígena no seu conteúdo econômico, em particular agrário, decorre da necessidade do conhecimento para a formulação de uma estratégia que não seja uma cópia pobre. Neste sentido, Mariátegui compartilha a posição de Fernando Pessoa: não há um grande conceito único que possa reger o mundo em cada um dos seus aspectos. Porém, Mariátegui complementa o relativismo extenso do poeta com uma procura das conexões entre uma realidade situada e o mundo. A originalidade de Mariátegui surge de seu compromisso revolucionário com o mundo e com o Peru, e o esforço para pensar os dois juntos implica alterações teóricas substantivas.

Assim, tanto os conceitos de nação, economia colonial, cultura, civilização e comunidade coletivista indígena como as palavras de ordem destinadas a organizar a classe trabalhadora são retrabalhados para encontrar uma base na práxis real dos sujeitos políticos. Ao contrário dos membros da elite peruana, mas também de membros eminentes da Comintern, Mariátegui pretende participar na elaboração das condições de uma revolução no Peru e no mundo a partir das formas particulares da inserção no mercado mundial. Portanto, a naturalidade, ou organicidade, se relaciona diretamente com a faculdade da teoria e da prática revolucionária de se articular com aspirações afins ao marxismo presentes na população. A artificialidade caracteriza o olhar incapaz de ver além do “atraso” e das travas ao desenvolvimento pensado como uma sequência linear. A polaridade

natureza-artifício aclara a metodologia e a prática teórica de Mariátegui e permanece como imperativo científico e político hoje, pois corresponde à capacidade de construir alternativas de conhecimento e de organização desde abaixo.

## Bibliografía

- ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- BASCHET, Jérôme. *La civilisation féodale: de l'an mil à la colonisation de l'Amérique*. Paris: Éditions Flammarion, 2018.
- BEIGEL, Fernanda. *El itinerario y la brújula: el vanguardismo estético-político de José Carlos Mariátegui*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- CHASTEEN, John Charles. *Born in blood & fire: a concise history of Latin America*. Fourth edition. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2016.
- CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. Lima: IEP, 2007.
- DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2015.
- DEUSTUA C., “José R. Guano, salitre y petróleo en la economía peruana: 1820-1930”. In: *Compendio de historia económica del Perú: economía de la primera centuria independiente*. Lima: IEP/BCRP, 2011, v. 4.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.
- GONZÁLEZ PRADA, Manuel. *Páginas libres: horas de lucha*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, [s.d.].
- LA CORRESPONDENCIA SUDAMERICANA. *El movimiento revolucionario latinoamericano: versiones de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana*. Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, 1929.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Historia de la crisis mundial*. Lima: Biblioteca Amauta, 1986a.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideología y política*. Lima: Biblioteca Amauta, 1986.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *La escena contemporánea*. Lima: Biblioteca Amauta, 1975.
- MAZZEO, Miguel. *El socialismo enraizado: José Carlos Mariátegui, vigencia de su concepto de “socialismo práctico”*. Lima: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- MELIS, Antonio. “Mariátegui: primer marxista de América”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Cuadernos Pasado y Presente, 1978.
- MONSALVE, Martín. “Industria y mercado interno: 1821-1930”. In: *Compendio de historia económica del Perú: economía de la primera centuria independiente*. Lima: IEP-BCRP, 2011, v. 4.
- QUIJANO, Aníbal. *Introducción a Mariátegui*. Mosca Azul Editores. Lima: [s.n.], 1981.
- SOREL, Georges. *Réflexions sur la violence*. Paris: Slatkine, 1981.

# O DISCURSO POLÍTICO DA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Argus Romero Abreu de Morais<sup>53, 54</sup>

## Resumo

Este estudo investiga a organização interdiscursiva, argumentativa e metafórica do discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. Para tanto, analisa-se o voto do então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) na Câmara dos Deputados, no dia 17/04/2016, e três enunciados publicados em seu perfil de rede social. Nesse intuito, na primeira seção, define-se o que entendemos por discurso político da extrema-direita brasileira; na segunda, caracteriza-se tal discurso na interface entre interação discordante e discurso intolerante; na terceira, discorre-se sobre a categoria de metáforas emergentes distribuídas; por fim, na quarta, analisaremos o *corpus* selecionado.

**Palavras-chave:** Discurso político; Extrema-direita brasileira; Argumentação; Intolerância; Metáforas emergentes distribuídas.

## EL DISCURSO POLÍTICO DE LA EXTREMA DERECHA BRASILEÑA EN LA ACTUALIDAD

### Resumen

Este estudio investiga la organización interdiscursiva, argumentativa y metafórica del discurso político de la extrema derecha brasileña en la actualidad. Para ello, se analiza el voto del entonces diputado federal Jair Bolsonaro (PSL) en la Cámara de Diputados, el 17 de abril de 2016, y tres declaraciones publicadas en su perfil de redes sociales. Con este fin, en la primera sección se define lo que entendemos por discurso

---

53 Pesquisador membro do Núcleo Práxis da Universidade de São Paulo. Professor colaborador e pós-doutorando (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura da Universidade Federal de São João del-Rei (PROMEL/UFSJ).

54 Texto elaborado entre 2018 e 2019.

político de la extrema derecha brasileña; en la segunda, se caracteriza dicho discurso en la interfaz entre la interacción discordante y el discurso intolerante; en la tercera, se analiza la categoría de metáforas emergentes distribuidas; por último, en la cuarta, se analiza el corpus seleccionado.

**Palabras clave:** Discurso político; Extrema derecha brasileña; Argumentación; Intolerancia; Metáforas emergentes distribuidas.

## THE POLITICAL DISCOURSE OF THE BRAZILIAN FAR-RIGHT NOWADAYS

### **Abstract**

This study investigates the interdiscursive, argumentative and metaphorical organisation of the political discourse of the Brazilian far right today. To this end, it analyses the vote of then-federal deputy Jair Bolsonaro (PSL) in the Chamber of Deputies on 17 April 2016 and three statements published on his social media profile. To this end, the first section defines what we understand by Brazilian far-right political discourse; the second characterises this discourse at the interface between discordant interaction and intolerant discourse; the third discusses the category of distributed emerging metaphors; and finally, in the fourth, we analyse the selected corpus.

**Keywords:** Political discourse; Brazilian far right; Argumentation; Intolerance; Distributed emerging metaphors.

\*

Neste estudo se almeja compreender a atual movimentação simbólica dos grupos sociais considerados mais extremistas na direita política brasileira, os quais têm conseguido se afirmar com bastante representatividade no debate público no país. Para tanto, investigaremos a organização interdiscursiva, argumentativa e metafórica dos posicionamentos de um dos principais representantes da extrema-direita brasileira, o antigo deputado federal em

2018 eleito presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL). Como *corpus*, selecionamos seu voto proferido na Câmara dos Deputados na época em que era parlamentar, no dia 17 de abril de 2016, na sessão que aprovou a abertura do processo de *impeachment* da então presidente da república, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), e três enunciados publicados em seu perfil oficial na rede social *Facebook*.

Dito isso, seguiremos o seguinte percurso: na primeira seção, definiremos o que entendemos por extrema-direita política brasileira na atualidade; na segunda, caracterizaremos seu discurso como uma interface entre interação discordante, nos termos de Emediato (2011), e discurso intolerante, conforme proposta de Barros (2007); na terceira, discorreremos sobre a categoria de metáforas emergentes distribuídas, seguindo os pressupostos de Moraes (2016); por fim, na quarta, analisaremos o *corpus* selecionado.

## **Junho de 2013 e a extrema-direita brasileira**

Segundo Charaudeau (2008), o discurso político engloba tudo aquilo que diz respeito à organização da vida em sociedade e ao governo da coisa pública. Nesse sentido, o fim último desse discurso é o “bem soberano”, o qual se ancora em uma espécie de pacto de reconhecimento de um dado “ideal social”, constituído na contradição entre a busca de valores universais e o respeito à pluralidade de interesses entre os distintos grupos em uma dada sociedade. Considerando essa perspectiva, quais seriam as características de um discurso político pautado em propostas que não almejam construir o consenso?

Para Arantes (2014), as manifestações de junho de 2013 foram responsáveis pela eclosão do que chama de “Nova Direita” no Brasil, isto é, “uma direita não convencional, que não está contemplada pelos esquemas tradicionais da política”, almejando evitar qualquer mudança no *status quo*

da sociedade brasileira. Ribeiro (2015), por sua vez, assevera que, enquanto o diálogo é possível entre grupos moderados de direita e de esquerda, o extremismo político inviabiliza qualquer tentativa de construção de uma pauta comum. De acordo com sua perspectiva, “o que distingue a extrema-direita hoje no Brasil é quase que mais uma agenda de costumes do que uma agenda política. [...] A extrema-direita está se distinguindo do restante por um ódio cabal aos direitos humanos” (RIBEIRO, 2015).

Löwy (2015) ressalta que, no Brasil, diferentemente da Europa, não existem partidos políticos constituídos exclusivamente em torno de pautas raciais, de modo que “o elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares”. Apesar disso, atualmente, haveria duas semelhanças entre ambas as realidades, quais sejam: (i) a ideologia repressiva, expressa pelo culto à violência policial, a qual, no Brasil, é representada institucionalmente pela denominada “Bancada da Bala”<sup>55</sup>; (ii) a intolerância com as minorias sexuais, com forte referência católica na França e evangélica, no Brasil<sup>56</sup>.

Para Chauí (2016), a expansão dos grupos radicais de direita no país está vinculada a um movimento pouco percebido dentro do fenômeno mais complexo das manifestações de junho de 2013, demonstrado tanto pela aceitação crescente de pautas ultraconservadoras pela opinião pública quanto pelo aumento da sua representatividade institucional na política brasileira. A partir de 2015, afirma a pensadora, pôde-se perceber com

---

55 Consoante Faganello (2015, p. 150. Grifos nossos), “[a] Bancada da Bala é a representante política de um conjunto de ideias e atitudes, que se fundamentam na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante *insegurança e desordem* pública radical”. Nesse sentido, “[c]oncebe-se uma apreciação da *autoridade policial* como uma força portadora de uma autonomia radical, a exaltação das *virtudes guerreiras* e do *heroísmo* da figura policial se conjugam com um discurso [securitário-autoritário] que entende a *violência* como ferramenta *purificadora, legitimadora e resolutiva* dos problemas sociais” (FAGANELLO, 2015 / grifos meus).

56 Para Villazón (2015): “a América Latina tem uma longa tradição de presença evangélica, mas nas últimas décadas houve um salto significativo, especialmente em sua versão pentecostal. Esse crescimento fortaleceu a sua capacidade de influência na agenda pública através de partidos evangélicos ou, mais frequentemente, por meio de associações ‘pró-vida’ e ‘pró-família’. Enquanto no início do século XX a agenda evangélica lutava pela separação entre Igreja e Estado, hoje suas posturas contra o avanço da ‘agenda gay’ e da ‘ideologia de gênero’ aproximam esses grupos aos conservadores católicos na luta contra as mudanças liberalizantes na família e na sociedade”.

mais clareza o crescimento da demanda pelo retorno da ditadura militar no Brasil, uma maior presença dos grupos de extrema-direita Tradição, Família e Propriedade (TFP) e, nas instâncias representativas, o fortalecimento da bancada parlamentar dos “3Bs” (Boi, Bala, Bíblia), vinculadas, respectivamente, às demandas dos setores agropecuaristas, das instituições militares e de segurança pública e dos cristãos conservadores. A respeito da relação entre o projeto neoliberal e a religiosidade no país, Chaui (2016/grifos meus) acrescenta:

Uma das características do *neoliberalismo* é a maneira como ele concebe o *indivíduo*, que não é entendido nem como parte de uma classe social, nem como ser em formação que vai se relacionar com o restante da sociedade. O indivíduo não é pensado nem como átomo nem como classe, mas como um *investimento*. [...] As *igrejas evangélicas* [neopentecostais] se apropriam desse ideário e o desenvolvem por meio de uma teologia – a *teologia da prosperidade*, que considera cada indivíduo justamente como um investimento ou uma *empresa*. [...] Há, portanto, um fenômeno de fortalecimento da ideologia neoliberal e das concepções conservadoras da classe média por meio da maneira como as igrejas evangélicas incorporam o neoliberalismo, com uma teologia para isso. Se você juntar o *conservadorismo* com o *reacionarismo* da classe média urbana e a presença avassaladora das igrejas evangélicas, além de toda a discussão sobre a vida no campo (a reforma agrária), vai entender por que politicamente se exprime, de modo efetivo, nos grupos do “boi, bala e Bíblia”, a *pauta ultraconservadora* que está aí.

Destarte, segundo a autora, a convergência entre as pautas da “Bancada BBB”<sup>57</sup> decorre, dentre outros fatores, da reformulação evangélica da concepção neoliberal de indivíduo dentro das estruturas sociais excludentes da sociedade brasileira, perpassando os âmbitos político, social, econômico e religioso. Consoante a filósofa, tais estruturas se perpetuam através do exercício da violência estruturante, a qual, historicamente, tem funcionado como o principal meio, sobretudo do Estado, de manutenção da ordem pública. Essa relação entre violência estruturante e ordem pública funda-se nos ideais de hierarquia, de verticalidade, de conservadorismo e de autoritarismo, bem como na afirmação de privilégios como direitos das classes mais abastadas e de direitos dos grupos marginalizados como sendo *assistencialismos*. Com isso, a violência, paradoxalmente, legitima-se como expressão da ordem.

Com base na pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2012 – na qual se demonstrou que 74% dos brasileiros conectados utilizavam redes sociais, sendo o *Facebook* a preferida desses internautas –, Silveira (2015) assevera que não é mais possível analisar a construção de uma esfera de debate público no Brasil sem considerar o papel dos ambientes virtuais. No seu dizer, se “compararmos com as igrejas, escolas, sindicatos, associações e núcleos de partidos, o Facebook se destaca como um terreno comunicativo com o maior número de debates e embates políticos que incorporam mais pessoas” (SILVEIRA, 2015).

---

57 O discurso de extrema-direita é constituído pela confluência de distintos fatores e ser apenas neoliberal, cristão conservador ou a favor de medidas de segurança não colocaria, necessariamente, nenhum indivíduo ou grupo nesse espectro político. É preciso haver, fundamentalmente, a intolerância ao outro. Ademais, a complexa composição social dos grupos extremistas de direita no Brasil aponta para uma diversidade de matizes ideológicos, embora pareça convergir para uma espécie de sobredeterminação discursiva – trataremos melhor desse conceito na terceira seção deste texto. Por exemplo, na atualidade, há grupos religiosos com tendências fundamentalistas favoráveis ao avanço do neoliberalismo e intolerantes a qualquer movimento de reforma da política antidrogas, de descriminalização do aborto e de legalização das relações homoafetivas, não estando obrigatoriamente sintonizados com pautas como a intervenção militar e a liberação do porte de armas. Visto que parte significativa dos grupos evangélicos neopentecostais mora nas periferias das grandes cidades, os mesmos tornam-se vítimas potenciais de todos os tipos de violência urbana, incluindo a do arbítrio policial. Em sentido contrário, como principais vítimas da violência patrimonial e maiores usufruidores da estrutura burocrática do Estado, seja pela empregabilidade, seja pelo uso de parte significativa dos seus serviços, há setores expressivos da classe média não alinhados ao neoliberalismo e à Teologia da Prosperidade, embora afinados com o discurso securitário-autoritário – nos termos de Faganello (2015) – e com a proposta de governos militares. Para uma análise comparativa entre os eleitores das Bancadas da Bala e da Bíblia, consultar Faganello (2015).

O pesquisador pondera ainda que, desde as manifestações de junho de 2013, a Nova Direita tem conseguido se aproveitar melhor dos espaços virtuais, organizando manifestações contra o governo de Dilma Rousseff e contrárias a pautas ditas de esquerda, bem como canalizando, de forma eficiente e significativa, as perspectivas de grupos conservadores de distintos matizes e tradições para concordâncias a respeito de temas como orientação sexual, políticas de gênero e criminal, educação, concepção de família e outros debates centrados na discussão dos valores morais<sup>58</sup>.

Assim, de forma geral, podemos perceber a (re)organização simbólica do discurso da extrema-direita brasileira atual com base na convergência entre distintas culturas conservadoras, tais como: (i) a compreensão do indivíduo como investimento e como empresa, (ii) a propriedade privada como direito sagrado, (iii) o acúmulo de riqueza como principal índice de liberdade e de progresso individual, social e espiritual, (iv) a família cristã como fiadora dos valores morais, (v) a rigidez corporativa/hierárquica como princípio da organização social, (vi) a [re]aproximação entre Estado e Religião como garantia de hegemonia política dos grupos dominantes e (vii) o uso da violência como condição estruturante da ordem e do progresso.

### **Entre a discordância e a intolerância: a negação da alteridade como princípio**

A partir da análise dos gêneros discursivos “entrevista” e “debate político na televisão”, Emediato (2011) avalia as características dos discursos construídos em situações enunciativas regulares nas quais a divergência de opiniões entre os participantes se mantém sem que, com isso, haja a ruptura do contrato comunicacional. Nessas situações enunciativas, em momento

---

58 No discurso da extrema-direita brasileira, a própria concepção de trabalho é avaliada sob uma perspectiva moral, definindo os grupos entre produtivos/eficientes e improdutivos/ineficientes, sendo reforçada por uma ética neoliberal pautada na competição e no individualismo. Nessa perspectiva, é frequente o uso da metáfora “parasita” para grupos marginalizados, como pobres, beneficiários de programas sociais, mulheres, negros, nordestinos e refugiados. Sobre a produção neoliberal das subjetividades, consultar Dardot e Laval (2016).

algum há concordâncias, acordos e negociações entre os interlocutores, sendo elas, por consequência, definidas como “interações discordantes”.

Segundo Emediato (2011), as interações discordantes se associam, parcialmente, às refutações dialéticas aristotélicas, subdivididas em refutações heurísticas e erísticas. No caso das primeiras, elas manifestam o esforço dos interlocutores em produzirem conclusões mais adequadas à realidade, tendo por pressuposto realizar objetivos comuns e transcender a centralidade no ego – focada em vencer o debate – em benefício da alteridade, isto é, da legitimação da proposta do outro. Como exemplo, aponta o “debate acadêmico”. As refutações erísticas, por seu turno, são marcadas pelo antagonismo extremado entre os atores em uma dada situação comunicativa, de modo que os interesses individuais sobrepujam os objetivos comuns, como no caso do “debate político-eleitoral”. No entanto, apesar da não validação axiológica entre os discursos antagonistas, os participantes sustentam o contrato comunicacional existente, respeitando o *script* de interação e demonstrando esforço cognitivo e afetivo, direcionado, em geral, a um terceiro (*tiers*), o qual funcionaria como o verdadeiro destinatário da argumentação.

Em um nível mais avançado de negação da alteridade, Barros (2007) analisa o discurso separatista no Brasil através do que chama de “discursos intolerantes”, os quais são caracterizados do seguinte modo: primeiro, pela organização narrativa como discurso de sanção; segundo, pelo caráter passional, com foco nas paixões do medo e do ódio; terceiro, pelos percursos temáticos da diferença. Tais discursos se constituem no e pelo cruzamento de distintas formas de intolerância, como a étnico-racial, a linguística, a religiosa, a política e a socioeconômica, organizando-se, contudo, através de uma espécie de forma de intolerância de base. Para Barros (2007, p. 150):

O discurso intolerante é, sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais (por exemplo, de branqueamento

da sociedade, de pureza linguística) e que, portanto, devem ser reconhecidos como pretos ignorantes, usuários de língua incorreta, índios, bárbaros, judeus exploradores, árabes fanáticos, e punidos (com a perda de direitos, de emprego, com a morte).

Logo, a sanção se manifestaria de maneira passional, mobilizando as emoções dos seus interlocutores em prol da afirmação do seu grupo e da negação do outro, aquele que simbolizaria a ameaça, a corrupção dos valores, a degeneração, o parasitismo etc. Para tanto, as narrativas se desenvolvem através de percursos temáticos da diferença, os quais constroem de forma estanque as características de si e do outro com foco naquilo que os separam, isto é, que os opõem.

A nosso ver, o posicionamento discursivo do então deputado federal Jair Bolsonaro, como representante do Congresso Nacional brasileiro, emerge na confluência instável entre a refutação erística – interação discordante – e a intolerância, as quais se diferenciam pelo teor de negação da alteridade, embora compartilhem essa mesma negação. Como político, deve cumprir um dado *script* em relação aos seus pares congressistas e à sociedade, preservando o decoro parlamentar exigido pela sua posição institucional, seja em relação aos seus apoiadores, seja em relação aos seus opositores; todavia, ao defender pautas que negam o respeito à alteridade e à dignidade humana, transforma a discordância em intolerância, extrapolando o limite do que se é permitido dizer, social e juridicamente.

## **A metáfora como fenômeno cognitivo-discursivo constitutivo da linguagem**

Conforme Lakoff e Johnson (1985), a metáfora é o próprio fundamento que organiza a língua em uso. Para os estudiosos, as experiências corpóreas dos indivíduos possibilitam a elaboração de parâmetros linguísticos-cognitivos organizadores da linguagem humana, a saber, *metáforas estruturais*: quando um termo X adquire o sentido de um termo Y; *metáforas de orientação*: quando estabelecem um parâmetro espacial para dar valores a determinados conceitos, associando o “mais”, o “maior” e o “no alto” a valores positivos e atribuindo ao “menos”, ao “menor” e ao “embaixo” sentidos negativos; *metáforas ontológicas*: quando permitem nominalizar as entidades, as emoções e as substâncias, referenciando-as, agrupando-as e quantificando-as.

Consoante Cameron e Deignan (2009), a “metáfora conceitual” em Lakoff e Johnson (1985) ainda parece estar vinculada a certo cognitivismo a-histórico, priorizando a universalidade dos conceitos em detrimento da variação cultural e da sua construção situacional interativa. É através do que chamam de “uso e reuso dialógico” entre os sujeitos que se torna possível convencionar os diferentes aspectos envolvidos na conformação dinâmica *online* de novas metáforas, as quais associam conteúdos ideacionais (a expressão na/pela linguagem de conteúdos oriundos das experiências concretas dos falantes), valores, afetos, formas gramaticais e pragmáticas. Nesse viés, a metáfora seria um fenômeno da linguagem que emerge como produção processual intersubjetiva e que evolui por meio da contínua adaptação local dos (re)usos linguísticos, adquirindo estágios de relativa estabilidade em um dado grupo.

Paveau (2006) considera que as estruturas cognitivas metaforizadas funcionam como “pré-discursos” interiorizados, os quais seriam responsáveis pela nossa capacidade de atribuir e compreender sentidos. A metáfora

funcionaria, então, como um organizador do (pré-)discurso nas suas mais diversas instâncias, considerando, para tanto, os aspectos cognitivos e discursivos integrados, quais sejam: organizador psíquico, a partir de esquemas partilhados; organizador cognitivo, a partir de conhecimentos e crenças; organizador discursivo, a partir de culturas de um determinado período em uma dada comunidade; organizador textual, responsável por mobilizar procedimentos de encadeamento transfrástico.

Recentemente, em Moraes (2016), propusemos aproximar a “metáfora conceitual” de Lakoff e Johnson (1985) da “metáfora emergente” de Cameron e Deignan (2009) e dos “pré-discursos” de Paveau (2006) ao incorporar a releitura de Hall (2003) acerca da abordagem althusseriana da ideologia. Para Hall (2003, p. 184), a história contingencia a possibilidade de dados sentidos se sobreporem aos demais através do que ele denomina dupla articulação estrutura-prática, forma pela qual as estruturas atualizam-se, movimentam-se e concretizam-se: “Pode-se dizer que uma estrutura é o resultado de práticas anteriormente estruturadas. [...] A prática é a forma como uma estrutura é ativamente produzida”.

A formação de cadeias enunciativas, ou associações conotativas, como intitula o sociólogo jamaicano, é responsável pela atribuição de sentido a um dado enunciado, visto que a sua emergência ocorre como prática discursiva em meio às possibilidades históricas envolvidas em uma dada situação enunciativa. Assim, as estruturas coexistiriam como em um sistema complexo, de modo que a emergência semi-estável de um sentido sobredeterminante (unidade na diferença) é historicamente contingenciada pelas práticas sociais (diferente no mesmo), não sendo nem fixa e nem anulável em si pela perda da posição na qual se encontrava. Partindo dos avanços trazidos pelos autores supracitados, em Moraes (2016, p. 268), sistematizamos a categoria de “metáforas emergentes distribuídas”, caracterizadas da seguinte maneira:

## Quadro 1 – Características das metáforas emergentes distribuídas

<b>Sociais/históricas</b>	Emergem na/pela modulação entre sujeito e sociedade em uma dada experiência/prática discursiva, a qual ocorre necessariamente pelos usos de sistemas de restrição discursivos que funcionam como <i>a priori</i> históricos.
<b>Indeterminadas/ Inatingíveis/ Irredutíveis</b>	Não existem como coisas em si, essências que possam ser dominadas por completo e hermeticamente organizadas como sistemas destacados da história, mas como formas representáveis caracterizadas como sistemas dinâmicos não-lineares produtos da relação entre estruturas e práticas sociais.
<b>Representáveis/ Internalizáveis</b>	São relativamente apreensíveis, pois se pautam pela pobreza e simplicidade de formas linguístico-discursivas que estão em relação com outros signos em um dado imaginário grupal ou social. São determinadas pelo exterior histórico e funcionam como memória cognitivo-discursiva capaz de atualizar, consciente e/ou inconscientemente, “já-ditos” na forma de “agora-ditos” emergentes em uma dada prática discursiva.
<b>Semi-estáveis</b>	Submetidas às inúmeras variações do sistema cultural do qual emergem, funcionam como estados semi-estáveis autolimitados pela relação entre paráfrase e polissemia e que, ao se alterarem, desencadeiam a reorganização do conjunto da própria competência dos sujeitos.
<b>Contraditórias</b>	Irrompem como estruturas em dominância divididas em decorrência do constante movimento interno de que lhes é constitutivo, surgindo como singularidades contingentes organizadas como o “diferente no mesmo” e como a “unidade na diferença”.
<b>Discursivamente experienciáveis</b>	São sensíveis na medida em que funcionam como sistemas de restrição dos discursos e emergem em uma dada experiência discursiva imaginada como o real em si. A experiência não funciona como <i>a priori</i> ao discurso, mas surge da dupla articulação entre estrutura e prática, na qual os discursos são indeterminados, embora internalizáveis e representáveis, passando a funcionar como competências cognitivo-discursivas na forma de <i>a priori</i> históricos que possibilitam pensar/agir na/pela linguagem.
<b>Intersubjetivas</b>	Cada experiência discursiva possibilita a emergência de uma dada posição-sujeito em relação ao coenunciador, a qual é modulada de acordo com a interação entre os sistemas de restrição discursivos internalizados (memória cognitivo-discursiva) e o acontecimento histórico em uma dada condição de produção discursiva.
<b>Reais, simbólicas e imaginárias (RSI)</b>	São <i>reais</i> na medida em que são materialidades <i>simbólicas</i> produzidas na concretude das relações históricas contraditórias humanas, as quais possibilitam a emergência de formações <i>imaginárias</i> . Dessa relação, constitui-se sua natureza ideológica, na qual os sentidos emergem de acordo com as relações práticas que estabelecem com os imaginários dos grupos sociais.
<b>Distribuídas</b>	Externalizadas em distintos lugares de memória, com os quais estão em constante inter-relação e interdependência na ecologia da comunicação humana, tais como a memória dos/nos sujeitos, das/nas instituições e dos/nos diferentes artefatos humanos.
<b>Tipológicas</b>	<i>ESTRUTURAIS</i> , pela relação constitutiva do atravessamento do outro, isto é, ocorre quando um termo X adquire o sentido de um termo Y; <i>ONTOLÓGICAS</i> , pela forma como atribuem aos signos um sentido supostamente transcendente que os tornam substâncias discretas, descritas e com características humanas. Neste caso, há uma tendência a se apresentarem como metalinguagem e se vincularem aos discursos constituintes, emergindo como produto e apagando-se como processo; <i>DE ORIENTAÇÃO</i> , pelo modo como atribuem axiologias socialmente positivas ou negativas aos signos, a depender dos seus atrelamentos aos sentidos dominantes/hegemônicos em uma dada sociedade ou grupo.

Para operacionalizar a análise, no presente texto, faremos uso dessa categoria, a qual se apresenta como aporte teórico-metodológico que aproxima a epistemologia da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2009; PAVEAU, 2006) daquela dos estudos cognitivos da metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 1985; CAMERON; DEIGNAM, 2009). Ademais, ancorando-nos na abordagem que sugerimos em Moraes (2016) para análises de discursos de ódio, *organizaremos* os enunciados analisados em cadeias enunciativas/associações conotativas (HALL, 2003), marcadas por relações de implicação semântica através do símbolo “→”, permitindo perceber a construção identitária do eu e do outro; em seguida, avaliaremos a constituição das metáforas emergentes distribuídas através da fórmula argumentativa “se X é Q, logo, Y é não-Q”, onde X = não-Y.

Para finalizar, na seção seguinte, examinaremos quatro enunciados publicados nos anos de 2015 e 2016 pelo então deputado federal Jair Bolsonaro em seu perfil oficial no *Facebook*, os quais compõem um *corpus* em processo de montagem sobre o discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. Além de publicações nos perfis oficiais da família Bolsonaro no *Facebook* e *Twitter*, temos coletado entrevistas e matérias jornalísticas relatando diretamente seus posicionamentos ao longo das suas carreiras políticas.

### **“Por Deus, pela pátria e pela família”: o “cidadão de bem” como ator político no Brasil**

O fenômeno da intolerância tem assolado muitas sociedades no mundo contemporâneo. Na Europa, por exemplo, os partidos de extrema-direita conseguiram, em 2017, ganhos eleitorais significativos, como indica a BBC (2018): Alemanha, *Alternative for Germany* (12,6%); Áustria, *Freedom Party* (26%); Dinamarca, *Danish People’s Party* (21%); Finlândia, *The Finns* (18%); França, *Front National* (13%), além do fato de que Marine Le Pen, a

principal representante da extrema-direita francesa na atualidade, obteve 34,1% dos votos nas eleições presidenciais de 2017; Holanda, *Freedom Party* (13%); Hungria, *Jobbik* (19%); Itália, *The League* (17,4%); República Checa, *Freedom and Direct Democracy* (11%); Suécia, *Sweden Democrats* (17,6%); Suíça, *Swiss People's Party* (29%).

Nos Estados Unidos, Donald Trump se elegeu pelo Partido Republicano com aproximadamente 59.937.338 de votos, responsáveis pela sua vitória em 29 Estados, somando 290 votos no Colégio Eleitoral (BBC, 2016). No Brasil, o maior país da América Latina, o presidente Jair Messias Bolsonaro (PSL)<sup>59</sup>, foi eleito em 27 de outubro de 2018 com 57,8 milhões de votos ou 55,13% dos votos válidos, equivalendo a 39,3% do eleitorado total no país (ALVES, 2018). Durante a campanha eleitoral, defendeu, dentre outras coisas, a ditadura militar brasileira (1964-1985), a tortura e a perseguição às minorias, às esquerdas políticas e aos movimentos sociais, opondo-se, por conseguinte, aos direitos humanos.

Segundo pesquisa do Datafolha de 02 de outubro de 2018 (*apud* G1, 2018), o perfil do eleitorado de Jair Bolsonaro era composto por 55% de homens e 45% de mulheres; 15% na faixa etária de 16 a 24 anos, 24% entre 25 e 34 anos, 20% entre 35 e 44 anos, 22% entre 45 e 59 e 18% com 60 anos ou mais; 22% possuíam o Ensino Fundamental, 47%, o Ensino Médio e 32%, o Ensino Superior; 28% ganhavam até 2 salários mínimos, 43%, entre 2 e 5, 19%, de 5 a 10, 8%, 10 ou mais e 3% se recusaram a responder ou não sabiam; 48% moravam na região Sudeste, 20%, na Sul, 16%, na Nordeste, 8%, na Centro-Oeste e 7%, na Norte. Na pesquisa do *Datafolha* de 10 de outubro de 2018 (*apud* BRANDINO, 2018), o então presidencial

---

59 Jair Bolsonaro foi filiado a vários partidos ao longo da sua carreira política, quais sejam: de 1988 a 1993, Partido Democrata Cristão; de 1993 a 1995, Partido Progressista Reformador; de 1995 a 2003, Partido Progressista Brasileiro; de 2003 a 2005, Partido Trabalhista Brasileiro; em 2005, Partido da Frente Liberal; de 2005 a 2016, Partido Progressista; de 2016 a 2018, Partido Social Cristão; em 2018, filiou-se ao Partido Social Liberal, com o qual se elegeu presidente. Essa mobilidade partidária, de um lado, aponta para a fragilidade do projeto político encampado pelo presidente e, de outro, para o enfraquecimento do sistema partidário como estrutura representativa no momento atual do país, gerando uma tendência à personificação da política.

possuía a intenção de voto de 59% dos brancos, 47%, dos pardos e 37%, dos pretos (neste grupo, seu adversário, Fernando Haddad (PT), possuía 45% das intenções).

Ao corrigir estatisticamente os dados da pesquisa *Datafolha* de 25 de outubro de 2018 a respeito do perfil religioso desse eleitorado, Alves (2018) chega às seguintes cifras: 29.795.232 de católicos, 21.595.284 de evangélicos (grupo no qual conseguiu a maior diferença de votos em relação ao seu concorrente, de 11.552.780 votos), 312.975 de religiões de matriz afro-brasileira, 1.721.363 de espíritas, 709.410 de outras religiões, 3.286.239 de sem religião e 375.570 de ateus e agnósticos, totalizando 57.796,074 de votos. Importante destacar que o candidato Fernando Haddad vence em três grupos nessa sondagem: o das religiões de matriz afro-brasileira, recebendo 755.887 votos, o dos sem religião, recebendo 4.157.381 de votos, e o de ateus e agnósticos, recebendo 691.097 votos.

Tais dados nos permitem avaliar as características do público eleitor de Bolsonaro – auditório –, o terceiro a quem destina suas falas como locutor. Dentre as informações supracitadas, interessa-nos perceber a boa recepção do discurso político de extrema-direita no público masculino, branco, cristão católico ou evangélico, da região Sudeste, na faixa de 25 a 59 anos de idade, com Ensino Médio e Superior e com renda entre 2 e 5 salários mínimos.

Além disso, o apoiador de Jair Bolsonaro utiliza bastante as redes sociais, como pode ser demonstrado pelos 8 milhões de seguidores do seu perfil oficial no *Facebook* às vésperas da eleição, no dia 26 de outubro de 2018, sendo que começou a campanha em 31 de agosto de 2018 com aproximadamente 5,5 milhões (GORTÁZAR, 2018). Para fins de comparação, em 16 de fevereiro de 2019, esse número chega a 10.584.214 seguidores. Vejamos, então, uma de suas postagens, realizada em 18 de julho de 2015:

Quarta-feira, em sessão solene, saudei o Jornal O GLOBO pelos seus 90 anos. Recomendiei, da Tribuna, a leitura do editorial - JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO - de 07/outubro/1984, assinado por ROBERTO MARINHO: "Participamos da Revolução de 1964, IDENTIFICADOS COM OS ANSEIOS NACIONAIS de PRESERVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, ameaçadas pela RADICALIZAÇÃO IDEOLÓGICA, GREVES, DESORDEM SOCIAL e CORRUPÇÃO GENERALIZADA..." O ambiente político de hoje (com milhares de agentes cubanos, ...) está pior que o pré 02/abril/1964, data em que o Congresso Nacional CASSOU o mandato de João Goulart. O PT se prepara para NÃO DEIXAR O PODER por quaisquer que sejam os meios DEMOCRÁTICOS ... O desarmamento da população de bem, a luta de classes, o desgaste dos valores da família, ... são apenas algumas das faces da esquerda brasileira na busca da perpetuação do poder (BOLSONARO, 2015a).

No enunciado, há a construção de dois grupos antagônicos: de um lado, a população de bem, do outro, a esquerda brasileira e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em oposição lógica às pessoas/cidadãos de bem, haveria os não-cidadãos de bem; infere-se, então, que o cidadão de bem não só não é esquerdista/petista, como também possui por princípio sua negação política, de modo que ambos os grupos estão dispostos de maneira mutuamente excludentes. O posicionamento conflituoso entre tais grupos decorreria do fato de a esquerda brasileira ser antinacional, antidemocrática, ideologicamente radical, grevista, desordeira, corrupta e

comunista. Logo, a favor do desarmamento da população de bem, da luta de classes e do desgaste dos valores da família. Em decorrência disso, citando o editorial do antigo proprietário do jornal O Globo, Roberto Marinho, o então parlamentar propõe uma ressignificação da ditadura militar brasileira (1964-1985) como Revolução, visto que, como reação à suposta ameaça dos “terroristas de esquerda”, a subida dos militares ao poder teria sido uma medida necessária à garantia da ordem, das instituições democráticas e dos anseios nacionais.

Para o parlamentar, de forma semelhante ao que ocorrera em 1964, na atualidade, novamente, haveria o perigo de ruptura do *status quo* político, econômico e social, pois tanto as instituições como os cidadãos estariam sendo acuados pelo domínio das pautas ditas esquerdistas. Seguindo essa estratégia argumentativa, o outro – indesejado – passa a ser o culpado pela própria violência sofrida, pois entende-se que, paradoxalmente, as agressões e o regime militar ou estado de exceção seriam meios legítimos de manutenção da democracia e a violência seria a forma de garantir o respeito à alteridade, ao diálogo e à pluralidade.

Dito isso, podemos construir a seguinte cadeia enunciativa: (I) população de bem → cidadão de bem → nacionalista → democrática → capitalista → trabalhadora → ordeira → honesta → a favor do armamento da população → a favor da harmonia corporativa entre os grupos sociais → a favor da família → excluída do poder representativo. Por oposição, o “esquerdista” é definido como: (II) não-população de bem → não-cidadão de bem → não-nacionalista → não-democrático → comunista → grevista → desordeiro → corrupto → a favor do desarmamento da população → a favor da luta de classes → a favor do desgaste dos valores da família → domina o poder representativo.

Tal organização argumentativa se pauta em uma orientação axiológica que positiva/legitima a primeira série associativa, o eu/nós constituído

por seus pares institucionais, eleitores e apoiadores, e negativa/nega a segunda, os esquerdistas, isto é, o outro, seja ele representante político ou não. Aproximadamente quatro meses após, em 14 de novembro de 2015, o congressista publica a seguinte mensagem, também em seu perfil oficial no *Facebook*:

*P/Face – Hoje* A entrada de estrangeiros, sem qualquer controle, permite que infiltrados (escória) levem o terror para o seio dos acolhedores. Dilma Rousseff anunciou, na ONU, que o Brasil está de braços abertos para receber todos os refugiados do Norte da África. Estaríamos livres do terror? Já que o PT se nega em termos uma lei contra o terrorismo? Depois da França, alguns ainda continuarão a me acusar de “xenófobo” ou extremista de direita? (Bolsonaro 2015b).

O sintagma “*P/Face – Hoje*” revela a importância dessa rede social como ferramenta potencializadora do seu diálogo com o seu público. Constrói-se, desse modo, um contrato comunicacional ancorado no acordo tácito em torno de interesses comuns nesse grupo virtual, no qual o presidencialável divulga suas posições políticas, sem intermediários, e seus seguidores tanto acompanham suas ações quanto interagem a respeito de um dado tema político, como se houvesse um diálogo direto com o seu representante. Ademais, constrói-se um efeito de intimidade entre o político e os seus – potenciais – eleitores, constituindo uma zona de identificação dinâmica entre as partes, seja no sentido institucional, na medida em que o então deputado federal representava uma casa legislativa e seus deveres formais, seja no sentido pessoal, na medida em que o acompanhamento da sua rotina individual e familiar permite ultrapassar o aspecto meramente ritualístico para garantir uma espécie de relação amistosa. Fortalecem-se, assim, os vínculos emocionais e a capacidade

persuasiva do orador em relação ao seu auditório, garantindo uma projeção imaginária mais empírica – “real” – a ambos.

No que concerne às cadeias conotativas entre os distintos signos, a oposição semântica parece se atualizar em relação ao enunciado anterior a partir do posicionamento dos acolhedores (= cidadãos de bem), de um lado, e de Dilma Rousseff, do PT e dos infiltrados (= não-cidadãos de bem), do outro. Na esteira dessa diferenciação estanque/radical – essencializada – entre os dois grupos, o parlamentar suscita o medo da população brasileira frente à abertura das fronteiras aos refugiados, retomando o problema da segurança nacional pela presumida necessidade de aprovar uma legislação antiterrorista no país capaz de criar mecanismos jurídicos específicos contra aqueles que atentem contra o Estado brasileiro. A associação parcial entre estrangeiros, infiltrados e escória e entre Dilma Rousseff, PT e a suposta oposição destes à Lei Antiterrorismo justificaria tanto as acusações de que alguns dos refugiados podem ser terroristas quanto as de irresponsabilidade da Presidente, que seria incapaz de decidir sobre o tema e seria permissiva<sup>60</sup> com a “escória”, sendo ambos os grupos negados pelo ódio.

Como estratégia argumentativa, conforma-se um eu/nós que busca se desvencilhar das acusações de extrema-direita e de xenófobo, almejando legitimar suas propostas no espectro político nacional na atualidade. O autor reconhece, então, que seu papel institucional deve prezar pela não-incitação à intolerância, isto é, que essa negação do outro deve se pautar em determinadas regras do jogo político, o qual se ancora em um “ideal social” democrático e republicano. Busca-se, assim, evitar a acusação de fomentar o desrespeito aos valores universais e à pluralidade, o qual romperia com o contrato tácito das refutações erísticas. Nesse intuito, observa-se a seguinte associação conotativa: (III) cidadãos de bem → acolhedores → ameaçados

---

60 Importante lembrar que Dilma Rousseff combateu o regime militar brasileiro (1964-1985) através do Comando de Libertação Nacional – COLINA – e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-PALMARES, chegando a ser presa e torturada em Juiz de Fora, São Paulo e Rio de Janeiro (KIEFER, 2012). Em vista disso, é considerada como ex-terrorista pelos apoiadores da ditadura militar no país.

pelo terror/terrorismo; por oposição a: (IV) não-cidadãos de bem → entrada de estrangeiros/refugiados → entrada de infiltrados/escória → permissividade/incompetência da presidente Dilma Rousseff e do PT.

Em 17 de abril de 2016, na sessão de julgamento da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), na Câmara dos Deputados, o deputado profere o seguinte voto:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa, parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, por nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 2016a / transcrição).

Esse enunciado sintetiza um conjunto de posicionamentos ideológicos relevantes para a constituição do discurso ultraconservador do político, tais como: o discurso econômico (neo)liberal<sup>61</sup>, manifesto

61 A respeito da relação entre as direitas e o discurso neoliberal no Brasil, Kaysel (2015, p. 68) ressalta: “[s]e antes da transição democrática, o apoio à ditadura era a principal baliza que definiria o pertencimento à direita, durante o processo de democratização, em especial no bojo do movimento constituinte (1987-1988), a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais”, como seu principal traço programático. Essa nova orientação [...] se aprofunda na década seguinte, com a formação de diferentes *think tanks* neoliberais com apoio de seus congêneres estadunidenses, sendo o pioneiro o Instituto Liberal do Rio de Janeiro (1983)”. Como foge à proposta deste texto discutir as continuidades e descontinuidades entre os discursos liberal e neoliberal na extrema-direita brasileira, destacamos apenas que é possível notar uma movimentação de posicionamento do então presidenciável Jair Bolsonaro de liberal para neoliberal, decorrente, principalmente, da sua tentativa de alinhamento aos grupos empresariais e financeiros associados à sua campanha. Isso permite mostrar a historicidade do discurso analisado, que deve ser entendido como “contraditório internamente” (diferente no mesmo), embora assuma uma coerência global (unidade na diferença), e como submetido às contingências do processo histórico. Compreendendo que há contradições e sobredeterminações no discurso da extrema-direita brasileira, conforme discutimos na nota de número 4 do presente texto, colocamos o prefixo “neo” entre parênteses. Para uma discussão aprofundada sobre a descontinuidade entre o discurso liberal clássico e o neoliberal, remetemos novamente a Dardot e Laval (2016). Cumpre-nos destacar, ainda: se o neoliberalismo parece ser um componente fundamental no discurso da extrema-direita brasileira, para Rancière (2014), a constante destruição

pelo signo “liberdade” e pelos sintagmas “contra o comunismo”, “contra o Foro de São Paulo” – organização considerada comunista; o discurso conservador cristão, manifesto por sintagmas como “pela família”, “pela inocência das crianças em sala de aula” – alusão à proposta do “Kit Escola sem Homofobia” do Ministério da Educação – e “Deus acima de todos”; e pelo discurso nacionalista militar/securitário-autoritário<sup>62</sup>, manifesto por sintagmas como “pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra” – reconhecido juridicamente como o principal torturador do período militar brasileiro, inclusive da presidente Dilma Rousseff –, “pelo Exército de Caxias” – Duque de Caxias é o patrono do Exército Brasileiro –, “por nossas Forças Armadas” e “Brasil acima de tudo”.

Na passagem “Perderam em 1964, perderam agora em 2016”, mais uma vez, há uma espécie de atualização da memória histórica brasileira, pois remete-se ao golpe militar de 1964 para definir quem é o “eu/nós vencedor” e o “outro/inimigo perdedor” na situação enunciativa em questão. Tanto naquele acontecimento histórico como na atualidade, o que estaria em jogo seria a manutenção da ordem na sociedade brasileira pelos cidadãos de bem frente aos comunistas, os quais eram/são tidos como uma espécie de infiltrados/escória no Brasil que buscavam/buscam destruir os valores fundamentais do Estado brasileiro, tais como o Deus cristão, a família tradicional, a ideia de nação e a propriedade privada. Temos, com isso, a seguinte cadeia enunciativa: (V) cidadão de bem → a favor da Revolução de 1964 → a favor da família → a favor da liberdade → a favor da inocência das crianças → a favor do exército de Caxias/das nossas forças armadas → a favor de um Brasil acima de tudo → a favor de Deus acima de todos. Como oposição diametral aos valores do “cidadão de bem”, conforma-se:

---

do espaço da política na Europa pelo modelo neoliberal após a década de 1960 e a crescente falência representativa e jurídica do Estado em prol do poder financeiro e corporativo seriam duas das principais causas do crescimento de grupos de extrema-direita nacionalistas e anti-liberais nesse continente.

62 Ver nota 2.

(VI) não-cidadão de bem → a favor do PT → a favor do Foro de São Paulo  
→ a favor do comunismo.

Nesse pronunciamento, há a tentativa de estabelecer uma interação discordante em relação aos seus opositores políticos, visto que busca-se manter o *script* do rito parlamentar em execução, embora não cogitando qualquer consenso, acordo ou negociação. Seu público eleitor, principal destinatário da enunciação, materializa-se na forma de um terceiro – *tiers* – ausente da sessão de votação na Câmara. Contudo, ao aludir positivamente à ditadura militar e a um dos principais torturadores desse período histórico, o discurso do congressista rompe com o pacto democrático, passando a se caracterizar como um discurso intolerante.

Isso demonstra a instabilidade da confluência entre a refutação erística – quando a negação da alteridade mantém um dado contrato comunicacional – e o discurso intolerante – quando ocorre a apresentação de sanções morais e físicas ao grupo considerado inimigo – na organização argumentativa do discurso da extrema-direita brasileira. Ao se definir como proposta política, tal discurso procura legitimar seu dizer, almejando se justificar pelo direito à liberdade de expressão, bem como se desvencilhar da acusação de discurso de ódio. Para tanto, comumente, o extremista se considera como o verdadeiro “excluído”, “ameaçado”, “perseguido” e “acuado”, alterando, estrategicamente, a posição de “autoritário/opressor/agressor” para a de “democrático/oprimido/vítima”, situação que criaria empatia com o seu público pelas emoções do medo e do ódio e autorizaria medidas de exceção.

Tanto nos ambientes virtuais como nos institucionais, esses dizeres podem gerar reações que oscilam entre o apoio radical ao direito à liberdade de dizer o que pensa – como suposta “expressão da verdade” – e a repulsa daqueles que priorizam o respeito ao diálogo, à alteridade e à diversidade. A ruptura do *script* da refutação erística em prol do discurso intolerante nesse

pronunciamento fica patente pelo fato de que grupos estudantis de esquerda e a favor dos direitos humanos ocuparam a frente da casa do parlamentar uma semana após esse ocorrido, em 24 de abril de 2016. Acerca do episódio, Jair Bolsonaro publica:

*Globonews* pediu-me uma nota sobre o episódio de hoje: “Estava em minha residência nessa manhã quando uns 100 desocupados, com bandeiras vermelhas, fecharam a entrada do meu condomínio. Diante de tantas ameaças mandei-lhes o seguinte recado: 1 - Se invadirem, não sairão; 2 - Minha propriedade privada é sagrada; 3 - Minha esposa e filhas de 13 e 5 anos nunca serão reféns de vocês; 4 - Por isso o PT desarmou o povo brasileiro.” Jair Bolsonaro, Capitão-RJ – Artilharia, Deputado Federal - PSC - RJ (BOLSONARO, 2016b).

Algumas questões se mostram relevantes para a nossa interpretação neste texto, quais sejam: primeira, a publicação de uma declaração em seu próprio perfil na rede social garantiria uma relação mais direta com seu público; segunda, a definição dos manifestantes como “desocupados” e “com bandeiras vermelhas” enquadrá-los-ia no grupo dos que não valorizariam o trabalho como forma de inserção na sociedade, parafraseando, através de saberes do senso comum, a oposição entre o discurso econômico (neo)liberal e o discurso comunista; terceira, o uso de termos militares para descrever sua imagem e o acontecimento – “ameaçam invadir” e “fazer reféns” – e sua assinatura como “Capitão de Artilharia” construiria um cenário análogo a uma batalha ou a uma situação extraordinária de desordem, almejando legitimar o uso da força – simbólica e física – como forma de revide, visto que tratar-se-iam de “defensores” contra “inimigos”; quarta, a definição de propriedade privada como direito sagrado e fundamento da ordem

pública aponta para uma interface possível entre o discurso (neo)liberal e o discurso religioso; quinta, a apresentação da condição particular da sua “família” como grupo ameaçado, em relação metonímica<sup>63</sup> com a “família brasileira”, endossaria a necessidade de autorização pública para o porte legal de armas aos demais cidadãos, aproximando o discurso conservador cristão do discurso nacionalista militar/securitário-autoritário; sexta, a oposição entre PT – em direta associação com os “desocupados”, “bandeiras vermelhas” e “invasores” – e povo brasileiro – em menção implícita à “população de bem” – novamente estabeleceria uma relação metonímica entre a situação vivenciada pelo então deputado e aquela vivenciada pelo país – a descrição da experiência particular permitiria criar empatia pública e despertar sensações semelhantes por analogia; por fim, sétima, o autor assina como “Deputado Federal – PSC – RJ”, legitimando seu enunciado no âmbito do discurso político-institucional.

Tratar-se-ia, além de um ex-militar, de um representante do Congresso Nacional, que, como qualquer cidadão brasileiro, possuiria o direito de defender a si, sua família e sua propriedade, podendo, se necessário, “eliminar” aqueles que lhe ameaçam. Constitui-se, assim, a seguinte cadeia: (VII) cidadão de bem → ameaçado → defensor da propriedade privada → defensor da família → defensor do direito ao porte de armas → defensor do povo brasileiro; contra: (VIII) não-cidadão de bem → desocupado → com bandeiras vermelhas → invasores → PT. Se somarmos as associações conotativas trabalhadas até então, temos as seguintes relações semânticas para o discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade:

63 A respeito da categoria de metonímia, Lakoff e Johnson (1985, pp. 46-7) tratam, especialmente, da *sinédoque*, definida como o processo pelo qual os seres humanos conseguem tomar a parte pelo todo, tais como: *o produtor pelo produto; o objeto utilizado pelo usuário; o responsável pelo executante; a instituição pelas pessoas responsáveis; o lugar pela instituição; e, por fim, o lugar pelo evento* (LAKOFF; JOHNSON, 1985, pp. 46-7. Tradução livre). De forma semelhante, para Pêcheux (2009, p. 153), esse fenômeno demonstra o funcionamento discursivo “da relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc”. Para o analista do discurso, tal fenômeno decorreria do funcionamento do “discurso-transverso” (organização interdiscursiva) em relação à articulação intradiscursiva do texto, sendo o primeiro o meio pelo qual os discursos remetem ao seu exterior para se articular na forma do segundo, isto é, pela linearização. A respeito das tentativas de aproximar o Realismo Experiencial do viés pecheutiano da Análise do Discurso, consultar Paveau (2006) e Morais (2015).

1ª) População de bem → cidadão de bem → (extrema) direita política → nacionalista/patriota/usa as cores da bandeira brasileira → democrática → capitalista → (neo)liberal → trabalhadora/ordeira/moralista/honesta/competente → excluída/ameaçada do/pelo poder representativo → ameaçada pelo terror/pela invasão interna e externa → a favor do direito ao porte de armas → a favor da harmonia paternalista corporativa/hierárquica entre os grupos sociais → a favor da família cristã → a favor dos militares → a favor da liberdade de mercado/da propriedade privada/do indivíduo → defensora do povo brasileiro/da pátria brasileira;

Por oposição a:

2ª) Não-população de bem → não-cidadão de bem → esquerda política/PT → não-nacionalista/não-patriota/usa bandeiras vermelhas → anti-democrática → comunista → desocupada/grevista/desordeira/imoral/corrupta/incompetente → domina/busca se perpetuar o/no poder representativo → terrorista/infiltrada/invasora/escória → a favor do desarmamento da população → a favor da luta de classes na sociedade → a favor da destruição dos valores da família cristã → contra os militares/o regime militar brasileiro → contra a liberdade de mercado/a propriedade privada/o indivíduo → ameaça ao povo brasileiro/à pátria brasileira.

Seguindo a fórmula argumentativa “se  $X$  é  $Q$ , logo,  $Y$  é não- $Q$ ” (MORAIS, 2016), temos que, se o cidadão de bem é heterossexual, (neo) liberal, militarista, patriótico e cristão, logo, o não-cidadão de bem é não-heterossexual, não-neoliberal, não-militarista, não-patriótico, não-cristão, em que o conceito de cidadão de bem (metáfora ontológica) adquire positividade (metáfora de orientação) pela sua associação simbólica aos

grupos dominantes na sociedade brasileira, organizada pela metáfora *o outro é inimigo* (metáfora estrutural).

A certeza de estar do lado do “bem”, como noção transcendental da moral, do bom, do correto e do dever ser, implica, automaticamente, a negação da alteridade, posta passionalmente do “lado do mal”. No discurso político da extrema-direita, a intolerância política ao outro (não-ser) funciona como uma espécie de organizadora da discordância de base em relação às demais (étnico-racial, linguística, estética, religiosa, socioeconômica etc). Ademais, como vimos, tal discurso emerge na tensão entre a interação discordante – refutação erística – e o discurso intolerante por meio da interface entre o discurso político, fundamento da legitimidade institucional dos dizeres, o discurso conservador cristão, fundamento dos valores de pureza e de tradição, o discurso nacionalista militar, fundamento das acepções de ordem, hierarquia e autoridade, e o discurso econômico (neo)liberal, fundamento das noções de indivíduo, liberdade e propriedade privada.

### **Considerações finais**

O artigo visou contribuir para a compreensão da atual organização sociopolítica brasileira, em especial no que tange às características discursivas dos grupos extremistas da direita política nacional. Para tanto, alicerçamos nas contribuições de Barros (2007), no que concerne às características dos discursos e identidades intolerantes, nas de Emediato (2011), no que se refere à definição das interações discordantes, e nas de Moraes (2016), no que toca às potencialidades dos usos teórico-metodológicos das metáforas emergentes distribuídas e de fórmulas argumentativas para a análise dos discursos de ódio.

Em síntese, a partir de uma abordagem discursivo-cognitiva da linguagem humana, considerando, portanto, os aspectos sócio-históricos que incidem na organização imaginária das estruturas simbólicas humanas,

pudemos perceber como a memória discursiva da ditadura militar brasileira tem sido ressignificada positivamente no contexto político atual no intuito de definir os cidadãos de bem (metáfora ontológica) como atores políticos superiores (metáfora de orientação) aos seus inimigos (metáfora estrutural): a esquerda política, os excluídos, os movimentos sociais ou qualquer grupo que almeje transformar o *status quo* – herdado historicamente – das relações econômicas e de poder na sociedade brasileira contemporânea. Como estratégia argumentativa, tais grupos se posicionam como os verdadeiros “oprimidos” e “perseguidos”, fundamentando-se em uma cadeia semântica que aproxima – interdiscursivamente – os discursos político, cristão conservador, nacionalista militar e neoliberal.

## Bibliografia

- BARROS, D. L. P. de. 2007. A identidade intolerante no discurso separatista. *Filologia Linguística Portuguesa*, v. 9, pp. 147-67, 2007.
- CAMERON, L.; DEIGNAM, A. A emergência da metáfora no discurso. *Cadernos de Tradução*, 25, pp. 143-67, 2009.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EMEDIATO, W. Diálogos regulares e interações discordantes. *Gláuks*, nº 11, v. 1, pp. 145-74, 2011. Disponível em: <[www.revistaglauks.ufv.br/artigo/100](http://www.revistaglauks.ufv.br/artigo/100)>. Acesso em: 27 de abril de 2016.
- FAGANELLO, M. A. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, S. V; Kaysel, A; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro, pp. 145-61. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2015.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Brasil: Editora UFMG, 2003.
- KAYSEL, A. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. CRUZ, S. V; Kaysel, A; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, pp. 49-74, 2015.

- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Les métaphores dans la vie quotidienne*. França: Les Éditions de Minuit, 1985.
- LÖWY, M. “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”. *Serviço Social e Sociedade*, n. 124, p. 652-64, 2015.
- MORAIS, A. R. A. A metáfora como elo entre a Análise do Discurso, o Realismo Experiencial e os Sistemas Complexos. In: *Anais V Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, pp. 254-269, 2015.
- MORAIS, A. R. A. O preconceito contra os nordestinos nas redes sociais. In: LARA, G. M. P.; LIMBERTI, R. de C. P. (Org.). *Representações do outro: discurso (des)igualdade e exclusão*. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, pp. 260-75, 2016.
- PAVEAU, M-A. *Les pré-discours: sens, mémoire, cognition*. França: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- RANCIÈRE, J. 2014. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- SILVEIRA, S. A. da. Direita nas redes sociais. CRUZ, S. V; Kaysel, A; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, pp. 213-30, 2015.
- VILLAZÓN, J. C. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. CRUZ, S. V; Kaysel, A; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, pp. 163-75, 2015.

### **Corpus e Matérias Jornalísticas**

- ALVES, J. E. D. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. *Revista IHU online*, 01/11/2018. Disp.: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>.
- ARANTES, P. E. Nova direita surgiu após junho, diz filósofo: depoimento. *Revista Folha de São Paulo*. Entrevista concedida a Eleanora de Lucena. 2014. Disp.: [www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml).
- BBC. *Europe and nationalism: A country-by-country guide*, 10 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-36130006>.
- BBC. *Por que Hillary perdeu a eleição mesmo recebendo mais votos que Trump?* 11 de novembro de 2016. Disp.: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37948302>.

- BOLSONARO, J. O PT roubará a nossa liberdade? *Facebook*. 2015a. Disp: <[www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/513541185461539/?type=3&theater](http://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/513541185461539/?type=3&theater)>. Acesso em: 26 de abril de 2016.
- BOLSONARO, J. Carta. *Facebook*. 2015b. Disp: <[www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/556136917868632/?type=3&theater](http://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/556136917868632/?type=3&theater)>.
- BOLSONARO, J. Nota. *Facebook*. 2016a. Disp: <[www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/621891257959864/?type=3&theater](http://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/621891257959864/?type=3&theater)>.
- BOLSONARO, J. Voto do Deputado Jair Bolsonaro a favor do Impeachment. *Youtube*. 2016b. Disp: <[www.youtube.com/watch?v=iUbl4cJv-NI](http://www.youtube.com/watch?v=iUbl4cJv-NI)>.
- BRANDINO, G. Bolsonaro lidera entre eleitores brancos e pardos, e Haddad, entre pretos, diz Datafolha. *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2018. Disp: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-lidera-entre-eleitores-brancos-e-haddad-entre-pardos-e-pretos-diz-datafolha.shtml>.
- CHAUI, M. 2016. “Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados: depoimento [Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Laís Modelli]”. *Revista Cult*. 2016. Disp: <[www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-por-todos-os-lados](http://www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-por-todos-os-lados)>.
- GORTÁZAR, N. G. Bolsonaro, um candidato que cresceu no Facebook e não quer sair de lá. *El País*, 26 de outubro de 2018. Disp: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540388654\\_185690.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540388654_185690.html).
- G1. *Pesquisa Datafolha: veja perfil dos eleitores de cada candidato a presidente por sexo, idade, escolaridade, renda e região*. 03 de outubro de 2018. Disp: <https://g1.globo.com>.
- KIEFER, S. Documentos revelam detalhes da tortura sofrida por Dilma em Minas na ditadura. *Estado de Minas*. 17 de junho de 2012. Disp: <<https://www.em.com.br>>.
- RIBEIRO, R. J. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo: depoimento. Entrevista concedida a Roldão Arruda. *Estadão*. 2015. Disp: <<http://politica.estadao.com.br>>.

## EL ANARQUISMO PERUANO Y EL NACIMIENTO DEL “COMUNISMO INCA”

Alfredo Gómez-Muller<sup>64,65</sup>

### Resumo

O artigo argumenta que a concepção universalista do marxismo e do anarquismo, tendo por propósito a emancipação humana de modo geral, deve levar em consideração a diversidade cultural para não cair no erro do etnocentrismo. Para tanto, é exposta a ideia do “socialismo inca”, debatida por pensadores como Mariátegui, entre outros.

**Palavras-chave:** Anarquismo; Marxismo; Etnocentrismo; Dominação cultural.

## EL ANARQUISMO PERUANO Y EL NACIMIENTO DEL «COMUNISMO INCA»

### Resumen

El artículo sostiene que la concepción universalista del marxismo y el anarquismo, cuyo objetivo es la emancipación humana en general, debe tener en cuenta la diversidad cultural para no caer en el error del etnocentrismo. Para ello, se expone la idea del “socialismo inca”, debatida por pensadores como Mariátegui, entre otros.

**Palabras clave:** Anarquismo; Marxismo; Etnocentrismo; Dominación cultural.

## PERUVIAN ANARCHISM AND THE BIRTH OF “INCA COMMUNISM”

### Abstract

The article argues that the universalist conception of Marxism and anarchism, whose purpose is human emancipation in general, must take cultural diversity into account in order to avoid the error of ethnocentrism. To this end, it presents the idea of “Inca socialism”, debated by thinkers such as Mariátegui, among others.

**Keywords:** Anarchism; Marxism; Ethnocentrism; Cultural domination.

---

64 Investigador colombiano, es profesor de la Universidad François-Rabelais (Tours, Francia).

65 Texto presentado como conferencia el 28/08/2013 en el I Encuentro Colombia-Francia (Universidad Nacional de Colombia, Bogotá), bajo el título: “Anarquismo y diversidad cultural en América Latina”.

\*

Al nivel de los principios, el anarquismo así como el marxismo se presentan como proyectos de emancipación universal. Herederos tanto del universalismo de la Ilustración como de la igualdad real exigida por Babeuf, reivindicaban una validez más allá de las fronteras nacionales y las diferencias culturales. Su finalidad y sentido no es la emancipación del hombre/mujer francés(a) o europeo(a), sino la del humano en general. La razón, que es universal, dice que todo ser humano, cualquiera que sea su cultura, puede y debe llegar a ser sujeto y objeto de este proyecto de emancipación que comporta en particular el fin del capital, del Estado burgués (marxismo), o del Estado en general (anarquismo), así como la construcción de relaciones sociales, económicas y políticas basadas en la igualdad, la libertad y la solidaridad.

### **Emancipación y etnocentrismo**

En la realidad de la historia, sin embargo, la pretensión universalista del anarquismo y el marxismo por veces ha tropezado con el hecho de la diversidad cultural. En el discurso y la práctica inicial de estos dos proyectos de emancipación universal, la diferencia cultural ha podido generar actitudes de incompreensión, indiferencia y condescendencia frente a culturas no europeas.

A este respecto, el caso de los franceses de la Comuna de París que fueron deportados a Nueva Caledonia es tan emblemático como trágico: instalados en el país Kanak colonizado por Francia, estos hombres y mujeres que habían expuesto su vida en París para construir un sistema más justo, ven al pueblo kanak con los mismos prejuicios que cualquier burgués europeo, y llegarán al extremo de apoyar a la autoridad colonial durante la insurrección anticolonialista de 1878 dirigida por el jefe Atai. A

Louise Michel, la única deportada que se abre a la cultura kanak y condena la extrema violencia con la que los franceses sofocan la rebelión, sus compañeros de presidio le reprochan el haberse “ensalvajado” (*ensauvagé*)<sup>66</sup>. Para ellos parece existir una clara línea de demarcación entre los “salvajes” y los no salvajes o “civilizados”, y esta línea de separación comporta un juicio de valor. El “ensalvajarse” equivale a una pérdida: convertirse en “salvaje” significa perder su estatuto de ser “civilizado”. Y, como lo indica el caso vivido por Louise Michel, quien por lo demás jamás adoptó el modo de vida o las creencias de los Kanak, bastaría con escuchar al otro y con intentar entenderlo para perder su calidad de “civilizado”. Comuneros y Versalleses, proletarios y burgueses comparten en general la idea de que un “civilizado” no debe escuchar seriamente a los hombres y mujeres de culturas diferentes.

### **Anarquismo latinoamericano y etnocentrismo: los años 1910-1920**

En América Latina, el mismo prejuicio etnocentrista ha podido marcar —y en cierta medida marca todavía— los discursos y prácticas de críticos de la sociedad inspirados por las ideas de emancipación social producidas por el movimiento obrero europeo del siglo XIX. Expresado de manera más o menos explícita y sistemática, este prejuicio puede revestir diversas formas, desde la incompreensión frente a prácticas de emancipación presentes en otras culturas, hasta la abierta y declarada hostilidad hacia la diversidad cultural como tal y la implementación de políticas asimilacionistas en relación con las culturas no occidentales.

Así, la mayor parte de los anarquistas mexicanos del periodo revolucionario se mantuvo al margen de la insurrección de Emiliano Zapata, juzgando con severidad la presencia de referencias religiosas en textos, discursos y prácticas del movimiento agrarista revolucionario. Para esos anarquistas la obra autoemancipadora de los campesinos-indígenas del

---

66 Armogathe, Daniel, “L'exemple de Louise Michel”, in *Le Monde* (París), 8 de febrero de 1985, p. 2. Sobre este tema, ver: D'Eaubonne, Françoise, *Louise Michel la Canaque 1873-1880* (relato), París, Nouvelle société des éditions Encre, 1985.

sur (redistribución de tierras, comunismo agrario, desmantelamiento del sistema gamonal de dominación) pasó prácticamente desapercibida, quedando ocultada por la presencia de lo religioso en el movimiento. Así, cuando las tropas zapatistas y villistas ocupan la capital del país el 6 de diciembre de 1914 —uno de los hechos más significativos de la Revolución mexicana—, los anarquistas del periódico *Revolución social* solo quieren ver lo siguiente:

En lugar de indígenas indomables, festejando con orgullo su fiesta, nuestros ojos sorprendidos vieron a tímidos y humildes parias que pedían limosna temerosamente a los transeúntes, “por amor a Dios” [...]. El desfile de las fuerzas continuaba, y vimos a los zapatistas portar, como estandarte de combate, la Virgen de Guadalupe, y finalmente, la reapertura de las iglesias y el reinicio de las ceremonias religiosas.<sup>67</sup>

Para estos anarquistas criollos, que han importado de Europa un modelo de racionalismo dogmático, la presencia de elementos religiosos en la insurrección zapatista era algo escandaloso y repulsivo. Desde su lógica estrecha la sola presencia de lo religioso, que es de entrada entendido como algo caduco, bastaba para quitarle al movimiento agrarista cualquier significado revolucionario. Por su incapacidad para entender la dimensión utópica y crítica de ciertas formas de religiosidad popular y por su desconocimiento de las reinterpretaciones populares de la imagen de la Virgen de Guadalupe —que asocian a la Virgen cristiana con la diosa Tonantzin y se inscriben en complejos procesos de recuperación cultural—, los anarquistas tienden a marginarse de la insurrección popular. Ricardo Flores Magón, la figura sin duda más conocida del anarquismo mexicano de

---

67 *Revolución social*, 28 de febrero de 1915, citado por GUERRA, Xavier, “De l’Espagne au Mexique: le milieu anarchiste et la Révolution mexicaine 1910-1915”, in: *Mélanges de la Casa de Velázquez*, tomo IX, Boccard, París, 1973, p. 682.

aquella época, se limitó a expresar una cierta simpatía hacia el movimiento zapatista que luchaba contra el enemigo común (Carranza), pero esta simpatía no logró traducirse verdaderamente en iniciativas conjuntas y en solidaridad efectiva. Algunas fuentes señalan que Flores Magón declinó la invitación que Zapata le hizo en 1913 para que se instalase en el estado de Morelos y editase allí su periódico *Regeneración*<sup>68</sup>. Por fuera de algunos casos aislados, como el del sindicalista Antonio Díaz Soto y Gama de la *Casa del Obrero Mundial* así como el de ciertos militantes del “partido liberal” de Flores Magón, los anarquistas se mantuvieron en general a distancia del zapatismo y de las insurrecciones campesinas, para circunscribir su activismo en los medios obreros y urbanos: según Flores Magón, los obreros eran en efecto “el verdadero núcleo del gran organismo que resolverá el problema social”<sup>69</sup>. Al igual que muchos marxistas de la misma época, pretendían aplicar en México los modelos revolucionarios de Europa, sin tomar demasiado en cuenta la especificidad de la realidad social y cultural del país.

En Perú, otro país en donde la población indígena representaba en aquella época más de la mitad de la población total del “Estado-nación”, la actividad de los primeros círculos anarquistas se encuentra también fuertemente impregnada de prejuicios culturales y etnocentristas. *La Protesta*, que fue su publicación más importante entre 1911 y 1927, aborda en reiteradas ocasiones el “problema” del indio, dejando entrever un interesante debate interno entre posiciones claramente etnocentristas, por un lado, y algunas voces disidentes más abiertas a la diversidad cultural, por otro. El contenido de las primeras es explicitado de manera suficientemente clara por autores como Caracciolo Levano, fundador de *La Protesta*, y Glicerio Tassara. “¿Cómo salvar pues, al indio de esa negra situación de esclavo, y de la ignorancia en que vegeta?” pregunta Caracciolo Levano en un artículo de

---

68 Hernández Padilla, Salvador, *El magonismo: Historia de una pasión libertaria, 1900-1922*, México, Ediciones Era, 1984, p. 55.

69 *Ibid.*, p. 196.

1912 intitulado “Redención indígena”<sup>70</sup>. Su respuesta es inequívoca: por la “instrucción racional”, enseñándole sus

deberes y derechos individuales y colectivos de hombre libre y consciente, para que sepa sentir, pensar y obrar con altivez y voluntad propias; despertando en él el espíritu de resistencia y rebeldía. Indicándole los medios que ha de poner en práctica para disfrutar de la felicidad [...]; enseñándole que la única Verdad está en la Razón y en la Ciencia (*Ibid.*).

A partir de estos supuestos, Caracciolo Levano estima que la tarea de los anarquistas entre la población indígena debe consistir en formar maestros indios, que habrán de convertirse en “apóstoles de propaganda y enseñanza” (*Iden*). Como lo anota Leibner, “el primer paso para la redención indígena pasa por la escuela racionalista, donde el indígena andino podrá recibir la luz que de Europa le traen los anarquistas”<sup>71</sup>. Tassara afirma explícitamente el origen europeo de la “única Verdad”:

La corriente civilizadora, que parte de Europa, se desparrama por el mundo, no puede ser detenida en nuestras playas por el esfuerzo de uno que otro espíritu arcaico (...): no en vano el Perú se halla en contacto moral e intelectual con otros países de superior cultura<sup>72</sup>.

El etnocentrismo de tales discursos y prácticas anarquistas que dicen inspirarse de un ideal de igualdad universal y de abolición de toda forma

---

70 Caracciolo Levano : “Redención indígena” : *La Protesta*, n. 13, feb. 1912. Citado en Kapsoli, Wilfredo, *Ayllus del Sol: anarquismo y utopía andina*. Lima: Tarea, 1984. Ver: Leibner, Gerardo, “La Protesta y la andinización del anarquismo en el Perú, 1912-1915”, *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 5, n. 1 (ene-jun), 1994. Disp.: [www.tau.ac.il/eial/V\\_1/leibner.htm](http://www.tau.ac.il/eial/V_1/leibner.htm).

71 Leibner, *op. cit.*.

72 Glicerio Tassara: *La Protesta*, n° 11, diciembre de 1911. Citado en Leibner, *op. cit.*, p. 4.

de dominación, no es el simple producto de una inconsecuencia entre las ideas y la realidad, o de un mero desfase contingente entre el espíritu “universalista” y la práctica etnocentrista. Tanto el discurso sobre la “única Verdad” como la práctica de “formación” cultural o de asimilación de los indígenas revelan de manera suficientemente clara que el etnocentrismo se disimula precisamente *en* el supuesto “universalismo” o, más precisamente, en la manera particular de entender el universalismo de lo humano y de la norma práctica.

### **El etnocentrismo de las Luces**

Lo que se afirma como universal en tal universalismo es la “única Verdad” establecida por la Razón y la Ciencia: una verdad “universal” que dice no solo lo que el mundo es sino también lo que lo humano ha de ser: cómo ha de vivir, trabajar, producir, organizarse social y políticamente, realizarse y ser feliz (Caracciolo Levano pretende indicar a los indígenas el camino para gozar de la *felicidad*). La Razón y la Ciencia —en mayúsculas en el texto de *La Protesta*— señalan universalmente a los humanos una concepción universal de lo humano y del bien humano, y su autoridad radica en su universalidad: la Verdad es una y universal porque la Razón es una y universal, así como lo es la Ciencia que la Razón produce. Sin embargo, esta idea de la Razón universal como autoridad suprema capaz de legislar para el conjunto de la humanidad y determinar lo que lo humano es y ha de ser, no es precisamente una idea universal. Es un producto particular de una cultura determinada que encuentra su expresión sin duda más característica en el siglo XVIII —una época de fuerte expansión colonial europea— en la corriente que se suele designar como las “Luces” o la “Ilustración”. Pero el rasgo más distintivo del pensamiento ilustrado sobre lo humano (de la antropología de las Luces, según la expresión de Michèle Duchet) es la tesis dualista de la diferenciación de lo humano en dos categorías jerárquicamente

ordenadas: los *civilizados* y los *salvajes* (o los bárbaros). La dualidad salvaje / civilizado “dirige el funcionamiento del pensamiento antropológico”<sup>73</sup> de la Ilustración, y lo puede hacer solo porque

de antemano su estructura ha sido diseñada y los roles distribuidos; desde el descubrimiento de África y América y el inicio del proceso de colonización, el hombre salvaje es objeto, en tanto que el hombre civilizado es sujeto, es aquel que civiliza, que lleva con él la civilización, que la habla y la piensa, y como la civilización es el modo de su acción, ella se convierte en referente de su discurso. Mal que le pese, el pensamiento filosófico toma a cargo la violencia perpetrada contra el hombre salvaje, en nombre de una superioridad de la que participa; por más que afirme que todos los hombres son hermanos, no consigue deshacerse de un eurocentrismo que encuentra en la idea de progreso su mejor coartada (*Ibid.*).

Según esta perspectiva eurocéntrica, la razón, de hecho, no es universal: los “salvajes” no son plenamente racionales y solo llegarán a serlo gracias a la tutela de los “civilizados”, es decir, a la dominación colonial por parte de Europa, la región del mundo donde según Tassara se halla la “cultura superior”. Los *civilizados* (los europeos) son vistos aquí como el agente exclusivo del progreso humano; aplicada a los *salvajes*, la palabra “progresar” significa ir asimilando poco a poco las concepciones del mundo y de lo humano de los *civilizados* y, correlativamente, ir abandonando sus propias concepciones del mundo y de lo humano. Para justificar la empresa

---

73 Duchet, Michèle, *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières. Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvétius, Diderot*, París, Maspéro, 1971, p. 17 (traducido por nosotros). Sobre este tema, ver así mismo: Sala-Molins, Louis, *Les misères des Lumières. Sous la Raison l'outrage*, París, Homnisphères, 2008.

colonialista, Europa se auto-instituye en modelo absoluto de lo humano como tal, esto es, se auto-instituye como universal. El europeo sería lo humano universal y su manera de pensar, de conocer y de vivir sería Razón universal. Sería la culminación misma de la historia, la etapa final del largo proceso de la evolución humana: de las ideologías del progreso del siglo XVIII al evolucionismo y positivismo del siglo XIX, Europa se auto-instituye como Sentido o Verdad de la Historia. “Evolucionismo, etnocentrismo y universalismo se compaginan perfectamente y conducen naturalmente al imperialismo”<sup>74</sup>. A pesar de que representantes del anarquismo y el marxismo europeos del siglo XIX reinterpretan parcialmente la igualdad “universal” de las Luces y de la República burguesa, acentuando su contenido socioeconómico, al mismo tiempo tienden a conservar el contenido etnocentrista y por ende no igualitario del discurso “ilustrado” que identifica a Europa con lo humano universal y con lo universal normativo.

En América Latina, en el siglo XX, esta ambivalencia del discurso y de las prácticas emancipadoras anarquistas (y marxistas) tuvo una traducción negativa en la idea de que la única “emancipación” posible del indio consistía en convertirse en *civilizado*, es decir, en olvidar su propia memoria cultural<sup>75</sup>. Es solo en el curso de las décadas 1910 y 1920 que aparecerán en Perú los primeros elementos de crítica de tales supuestos etnocentristas, tanto en el anarquismo como en el marxismo, abriendo la vía hacia un nuevo pensamiento emancipador y dando los primeros pasos en política para una re-significación intercultural de la universalidad normativa y antropológica.

---

74 Beneton, Philippe (1975). *Histoire de mots : culture et civilisation*, París, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, p. 49.

75 Respecto al marxismo, convendría matizar distinguiendo la posición de la mayoría de los marxistas del siglo XX de la de Marx mismo, quien evoca en 1881 la idea de una posible renovación de la antigua comuna rural en Rusia, anotando que no hay que dejarse asustar por la palabra “arcaico”. Marx, Karl, “Letter to Vera Zasoulich”, in *Marx-Engels Collected Works 24* (May 1874-May 1883), Londres, Lawrence & Wishart, 1989, p. 370-371.

## El despertar crítico

El punto de partida de estas transformaciones son las movilizaciones de los propios indígenas, que inauguran en el Perú de las décadas 1910 y 1920 un nuevo ciclo de la larga historia de resistencia contra la dominación de los *gamonales* y del Estado (post)colonial. Después de participar en la *campana de la Sierra* (1881-1883) a raíz de la guerra contra Chile —durante la cual habían confiscado haciendas y conquistado ciertas formas de autonomía—, grupos de pobladores indígenas del sur andino emprenden nuevas recuperaciones de tierras y denuncian abusos cometidos por los *gamonales*. Estos movimientos se multiplican en diversas regiones del sur de los Andes y en particular en los departamentos de Puno, Cuzco y Apurímac. Los indígenas utilizan diversas formas de acción, desde la radicación de demandas colectivas ante los tribunales hasta el levantamiento armado, pasando por la ocupación de haciendas y aldeas: rebelión y masacre de indios en la provincia de Azángaro en 1911-1912, insurrección de Rumi Maqui en 1914-1915 en el departamento de Puno, donde la movilización se mantiene en 1917 (Azángaro), 1920 (provincias de Puno y Huancané), 1922 (Huancané) y 1923 (Huancané); ocupaciones e incidentes violentos en el departamento de Cuzco en 1918 (Paruro), 1921 (Canas), 1922 (Quispicanchis y Canchis) y 1923 (provincias de Quispicanchis, Canas, Anta, Chumbivilcas, Paucartambo, Canchis y Acomayo), así como en el departamento de Apurímac en 1922-1923 (Cotabambas)<sup>76</sup>. Desde las movilizaciones de los años 1910 en la Sierra y la huelga y masacre de obreros agrícolas de Chicama en 1912 en la Costa, algunos colaboradores de *La Protesta* se dan cuenta de que “el espíritu de resistencia y rebelión” de la población indígena no necesita ser “despertado” por los anarquistas, como lo pretendía Caracciolo Levano en su texto de 1912. Emprenden

---

76 Desde la ocupación por parte de las fuerzas chilenas hasta los primeros años del siglo XX, comunidades indígenas del departamento de Junín (Huancayo, Jauja) “han adoptado” —escribe el ministro del Interior en 1902— “una actitud independiente designando ellas mismas sus autoridades políticas, judiciales y municipales”. Citado por Démelas, Marie-Danielle, *L'invention politique. Bolivie, Équateur, Pérou au XIX<sup>e</sup> siècle*, París, Éditions Recherche sur les Civilisations, 1992, p. 381.

entonces una revisión (auto)crítica que, como anota Leibner<sup>77</sup>, no surge de la teoría o de las ideas anarquistas de la época sino de la práctica: son las movilizaciones indígenas mismas lo primero que cuestiona las formas establecidas del activismo social y de las ideas de los anarquistas.

Lo esencial de esta revisión que Leibner caracteriza como una “andinización del anarquismo”<sup>78</sup> se expresa en la relativización de los referentes culturales europeos o más generalmente occidentales: en materia de emancipación humana, Europa deja de ser el referente exclusivo y absoluto. Se empieza a “descubrir” que también existe una memoria cultural andina portadora de sentido y valores humanistas. La relativización de los referentes europeos se correlaciona con el redescubrimiento de la realidad étnico-cultural del Perú y con la reinterpretación positiva de la cultura inca (la única cultura andina a la que se refieren los colaboradores de *La Protesta*). “La civilización (..) de los Incas fue más humana que la de los españoles” —escribe E. de Arouet Prada en un artículo de *La Protesta* fechado en noviembre de 1914—; “en la sociedad inca”, agrega, las personas “no carecían de pan, de techo y abrigo”, en tanto que la intolerancia religiosa era algo desconocido: los Incas nunca concibieron una Inquisición y los dioses de los pueblos sometidos por ellos eran traídos “al Coricancha, al templo del Sol, junto a éste”<sup>79</sup>.

Frente a toda una tradición de desvalorización y desprecio instaurada por la colonización española y luego reproducida por las élites llamadas republicanas, esta revalorización de la cultura inca se refiere en particular a ciertos aspectos de su organización de la economía y, más precisamente, a sus instituciones y prácticas de producción y redistribución de la riqueza social. Aparece entonces un término que se utiliza recurrentemente para

---

77 Leibner, *op. cit.*, p. 5.

78 *Ibid.*, p. 15.

79 E. de Arouet Prada, “Raza indígena”, in *La Protesta*, n° 39, 21 noviembre de 1914. Reproducido parcialmente en Kapsoli, *op. cit.*, p. 179.

caracterizar el sistema económico inca: el término *comunismo*, acompañado a veces por el de *socialismo*.

### **El relato anarquista sobre el “comunismo inca”**

La idea de un “comunismo inca” o de un “socialismo inca”, que será retomada algunas décadas después por autores tan diferentes como el marxista José Carlos Mariátegui y Louis Baudin, aparece tal vez por primera vez en América Latina en 1912, en un artículo de B.S. Carrión titulado “El comunismo en el Perú”<sup>80</sup>; dos años más tarde, reaparece bajo la pluma de Arouet Prada en el texto ya mencionado<sup>81</sup>; en 1920, Angelina Arratia publica una conferencia sobre el tema “El comunismo en América”<sup>82</sup> y, en 1921, E. Águila escribe en *La Protesta* acerca de la “organización agraria comunista del Imperio”<sup>83</sup> inca. En todos estos autores la idea del comunismo o del socialismo aparece como un valor ético y socio-económico. Ambos términos remiten a la experiencia práctica y teórica del movimiento obrero europeo del siglo XIX; utilizados para caracterizar a la antigua sociedad incaica, aparecen antes (1912 y 1914) de la Revolución Rusa y de la creación de los primeros partidos comunistas del siglo XX y de la Tercera Internacional.

Los anarquistas de *La Protesta* utilizan los términos *comunismo* y *socialismo* en el sentido lato que les atribuía el siglo XIX, para designar una forma de organización de la sociedad basada en la puesta en común de los bienes, los recursos y el trabajo. En la medida en que esta forma de economía igualitaria es entendida en tanto que alternativa a la inhumanidad de la economía capitalista, aparece como valor: el “comunismo” y el “socialismo” representan la justicia social y la realización del proyecto de emancipación

---

80 B.S. Carrión, “El comunismo en el Perú”, in *La Protesta*, n° 12, enero de 1912. Citado en Kapsoli, *op. cit.*, p. 177.

81 “Bajo el Comunismo y gobierno socialista autoritario de los Incas, [los indios] vivieron felices”. E. de Arouet Prada, *op. cit.*, p. 179.

82 Arratia, Angelina, *El Comunismo en América*, Santiago, editorial Lux, 1920. Fragmentos reproducidos en Kapsoli, *op. cit.*, p.194-196.

83 E. Águila, “La Raza Indígena y el Centenario”, in *La Protesta*, n° 97, 1921. Reproducido parcialmente en Kapsoli, *op. cit.*, p. 180-182.

abierto por la modernidad; en los términos de Christian Albrecht, “el comunismo es la doctrina de la comunidad conforme al derecho natural de igualdad”<sup>84</sup>. En materia económica, el principio de base del comunismo que enuncia Albrecht en 1844 no se aleja mucho de la organización económica inca según la lectura que de ella hacen los anarquistas peruanos: tal principio “es único para la propiedad comunitaria, y toda la tierra se vuelve un dominio único y colectivo, utilizado y explotado para beneficio de todos. La cría del ganado es colectiva...”<sup>85</sup>.

Al referirse al “comunismo inca”, al “socialismo inca” o en general a la organización económica de la antigua sociedad inca, los anarquistas de *La Protesta* mencionan en particular los siguientes elementos distintivos: el “trabajo en común” (B. S. Carrión y Caracciolo Levano), la repartición de los productos del trabajo según las necesidades de las personas (Caracciolo Levano), el “trueque de productos” (B. S. Carrión), el bienestar económico y el espíritu de solidaridad opuestos a la miseria y al espíritu individualista de los regímenes colonial y republicano<sup>86</sup>. La mayoría de estos elementos son retomados por la anarquista peruana y emigrada en Chile Angelina Arratia en un folleto titulado *El Comunismo en América*, publicado en 1920; en este texto sostiene Arratia en particular que en el antiguo Perú no había ni ricos ni pobres, ni

nadie que sufriera hambre ni frío, ni quien quedara abandonado[...]. Cada matrimonio recibía un *topo*, medida agraria que variaba según aumentaban o disminuían los miembros de la familia. En consecuencia, nadie podía

---

84 Albrecht, Christian, *Qu'est-ce qu'un communiste ?* (1844), in Bravo, Gian Mario, *Les socialistes avant Marx*, tome III, Paris, François Maspéro, colección “Petite collection Maspéro”, 1970, p. 166.

85 *Ibid.*, p. 167.

86 « La organización agraria comunista del imperio, que daba como resultado el bienestar económico del pueblo, hacía imposible la miseria [...]. La organización social depende de la económica y es natural que la solidaridad y la armonía social florecían en el imperio, en tanto que el más feroz individualismo y antagonismo de clases han descollado en el coloniaje y la República ». E. Del Aguila: “La raza indígena y el Centenario”, in *La Protesta*, n. 97, 1921. Reproducido parcialmente en Kapsoli, *id.*.

enajenar ni legar su tierra. A igual distribución estaban sometidos los ganados, mientras los peces y las yerbas podía tomarlas cada cual en la cantidad que quisiera<sup>87</sup>.

Estos discursos sobre la antigua sociedad inca comportan ciertamente una parte importante de idealización así como afirmaciones que la historia y la antropología contemporáneas consideran erróneas —como por ejemplo cuando Arratia afirma que todos los miembros de la sociedad inca eran iguales y que las diferencias de clase no estaban basadas en criterios de riqueza (la posesión de bienes) sino en el tipo de actividad de las personas.

No obstante, sería un error reducir tales textos a una construcción enteramente mítica: junto a los elementos de ficción también se puede encontrar referencias a instituciones y prácticas sociales cuya existencia ha podido ser establecida en la antigua sociedad inca, y que pueden tener una resonancia en la memoria cultural del socialismo europeo. El sistema económico inca se basaba efectivamente en la combinación de la reciprocidad —que se ejercía esencialmente en la ayuda mutua comunitaria (*ayni*) — y de la redistribución (que era asegurada por el Estado)<sup>88</sup>; en el sistema del *ayllu*, la posesión de la tierra era colectiva y las tareas de producción se basaban en relaciones de ayuda mutua y cooperación<sup>89</sup>; el *tupu* que menciona Arratia, (con la ortografía de “topo”) era una unidad de medida de la superficie de tierra que equivalía a la “superficie necesaria para el mantenimiento de una persona”<sup>90</sup>, es decir, una unidad de medida basada en la categoría de la necesidad humana y no simplemente en abstracciones geométricas; es por ello que el *tupu* tenía en cuenta criterios tales como la calidad de la tierra (*Id*), y no solo su extensión abstracta. El *tupu* expresa de manera concreta el

---

87 Arratia, Angelina, *El comunismo en América*. Citado en Kapsoli, *op. cit.*.

88 Wachtel, Nathan, *La vision des vaincus. Les Indiens du Pérou devant la Conquête espagnole, 1530-1570*, París, Gallimard, colección “Folio histoire”, 1971, p. 104.

89 *Id.*, p. 109.

90 Favre, Henri, *Les Incas*, París, Presses Universitaires de France, 1990, p. 38.

principio básico de la economía inca: la necesidad humana. La apropiación privada de una parte del trabajo social –en particular por los *kurakas*– y por ende la ganancia privada existían en la sociedad inca, pero se hallaban regulados por la obligación de una redistribución que tomaba en cuenta las necesidades de la gente; así, el *kuraka* debía “velar por la seguridad material de todos los miembros de su administración. Atendía las necesidades de los pobres, los huérfanos, las viudas, de los *waqcha* en general”<sup>91</sup>. Es en esta concepción de una economía basada en la necesidad de los humanos y no en la ganancia privada, que se puede situar el punto de encuentro intercultural entre la memoria social inca y la memoria social europea heredera del movimiento obrero del siglo XIX.

En los años 1910 y 1920, este encuentro fue articulado a través de formas lingüísticas y conceptuales específicas cuyo efecto sobre el encuentro mismo puede parecer paradójico: crearon al mismo tiempo una proximidad y una distancia, hicieron a la vez posible e imposible la comunicación entre ambas memorias sociales inca y europea anarquista. Al designar las estructuras incas de reciprocidad, de redistribución y de propiedad comunal de la tierra en términos de *comunismo* o de *socialismo* inca, los anarquistas latinoamericanos<sup>92</sup> utilizan conceptos producidos en Europa en el siglo XIX para nombrar construcciones sociales, políticas y culturales muy diferentes de las que existían en las culturas andinas. Crean de este modo una forma de proximidad y de comunicación con estas últimas: decir que hay un *comunismo* o un *socialismo* inca equivale a crear algo común entre la memoria social inca y la memoria social anarquista: el *socialismo* inca y el *socialismo* de origen europeo comparten el hecho de

---

91 *Ibid.*, p. 45.

92 En un texto que provendría del periodo 1912-1914, Ricardo Flores Magón habría escrito: «...el pueblo mexicano es apto para llegar al comunismo, porque lo ha practicado, al menos en parte, desde hace siglos». Ver: Beas, Juan Carlos; Ballesteros, Manuel; y Maldonado, Benjamín. *Magonismo y movimiento indígena en México*. C. México: Talleres Offset Universal, 2003 [1997]. Los autores no indican las referencias del texto de Flores Magón.

ser *socialismos*, esto es, modos específicos de organización de la sociedad basados en concepciones éticas y axiológicas particulares y distintas, por ejemplo, de las del liberalismo económico o del capitalismo. El otro no es otro hasta el punto de aparecer no-humano o infra-humano, como en el discurso racista colonialista de un Ginés de Sepúlveda o republicano de un Sarmiento. Lejos del racismo tradicional que produce una forma de diferencia absoluta, los anarquistas afirman que hay aspectos comunes entre ambas memorias culturales. Algo común que puede ser comunicado. Pero, al mismo tiempo, afirmar que hay un *comunismo* inca o un *socialismo* inca significa someter la experiencia inca a un modelo occidental que serviría de matriz a formas derivadas relativamente diversas —entre ellas, la forma inca—, desconociendo esta vez la singularidad de las construcciones no occidentales de lo social, de lo económico y de lo político. En sí mismas, independientemente del significado que diversos autores puedan conferirles, las dos expresiones recelan un significado etnocentrista que puede estorbar la posibilidad de una comunicación verdaderamente intercultural. Al igual que expresiones tales como *sociedad feudal* (J.V. Murra) o *monarquía de tipo asiático* (A. Métraux), la de *socialismo inca* es, según los términos de Nathan Wachtel, demasiado simplificadora, cae en el anacronismo y soslaya la complejidad de lo real: “ante todo hay que evitar proyectar en una civilización tal alejada en el tiempo y el espacio categorías surgidas en nuestras sociedades industriales”<sup>93</sup>. Partiendo de la crítica expresada por diversos autores, los vocablos “socialismo inca” y “comunismo inca” han perdido validez en los medios académicos en cuanto conceptos capaces de caracterizar la antigua sociedad inca.

---

93 Wachtel, Nathan, *op. cit.*, p. 103.

## Significados axiológico y político del relato sobre el comunismo inca

En otro nivel, sin embargo, ambas expresiones conservan todo su interés, tanto científico como político. En efecto, al margen de su pertinencia en cuanto categorías científicas, y cualquiera que sea la parte de “idealización” que puedan conllevar, las nociones de *socialismo inca* y de *comunismo inca* son un constructo histórico cuyo significado cultural, social y político convendría examinar. Son objetos de investigación histórica, política y filosófica, que “dan a pensar”. ¿Por qué aparecen en el curso de la década 1910 en Perú y en México en medios anarquistas? ¿Cómo y en qué contexto fueron producidas, y cuál fue su función? En la perspectiva de investigación abierta por estas preguntas podemos indicar aquí brevemente tres puntos, que nos servirán para concluir esta reflexión:

- i) La idea anarquista del *comunismo inca* (o del *socialismo inca*, ambas expresiones son utilizadas indistintamente en los textos) señala un valor ético y político. Con matices diversos en E. de Arouet Prada y en Manuel Carreño<sup>94</sup>, la idea tiene inicialmente un significado positivo de orientación práctica. En la década siguiente este significado ético-político de la idea será retomado en 1928 por el pensador marxista José Carlos Mariátegui, y rechazado por el ideólogo francés de derecha Louis Baudin en su libro *L'empire socialiste des Incas* (1928)<sup>95</sup>. La idea del “comunismo inca” pertenece por lo tanto al registro práctico; es utilizada para valorizar o desvalorizar la antigua sociedad inca, o bien para valorizar o desvalorizar el proyecto “comunista” (en el

---

94 Arouet Prada distingue el “socialismo autoritario” o el “comunismo imperial” inca del anarquismo. Ver: Kapsoli, *op. cit.*, p. 178-179. Carreño ve en el anarquismo moderno “la continuación evolutiva del sublime comunismo inca”. Ver: Leibner, *op. cit.*, p. 15.

95 Mariátegui, José Carlos, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Lima, Amauta, 1977, p. 48. Sobre este tema, ver: Terrones, Félix, « Les Incas du Pérou de Louis Baudin, sus influencias y repercusiones en el debate nacional peruano », in Alfredo Gomez-Muller (org.), *Constructions de l'imaginaire national en Amérique latine*, Tours, Presses Universitaires François-Rabelais, 2012.

sentido decimonónico del término entre los anarquistas, en su sentido restringido en Mariátegui, en ambos sentidos en Baudin). El significado positivo o negativo de la idea es político y se vincula con los conflictos sociales relacionados con el reconocimiento público de lo necesario para la vida humana. En el nivel más inmediato de la práctica política anarquista, la idea del “comunismo inca” confiere un nuevo sentido a la actividad propagandística y organizativa anarquista en el mundo rural y andino, y legitima el apoyo de los anarquistas a los movimientos agraristas indígenas de la Sierra. Esta reorientación de la práctica anarquista se hará particularmente visible a través de su participación en la creación de la *Sociedad Pro-derecho indígena - Tahuantinsuyo* (1920-1923) y, ante todo, en la fundación de la efímera *Federación Indígena Obrera Regional Peruana* (1923-1924).

- ii) En la tradición anarquista latinoamericana, el discurso sobre el “comunismo /socialismo inca” señala un descubrimiento y una cierta ruptura. Los anarquistas peruanos descubren que el principio de una economía basada en formas de producción y redistribución que permiten satisfacer universalmente las necesidades básicas de los humanos ha podido ser concebido e implementado fuera de Europa. Cualquiera que fuese la limitación de sus conocimientos relacionados con la antigua sociedad inca, los anarquistas peruanos pudieron establecer correspondencias entre la idea anarquista tal como era pensada en Europa en aquella época y las prácticas andinas de la propiedad comunal, la ayuda mutua, la reciprocidad y la redistribución. La idea de que pueden existir formas no occidentales de anarquía o, más precisamente, lógicas institucionales y sociales que traducen de una manera específica la idea anarquista europea o algunos de

sus aspectos, encontrará años después una referencia importante en la obra de Pierre Clastres, y es desarrollada hoy día por autores como David Graeber<sup>96</sup>. A su manera, los anarquistas latinoamericanos de los años 1910 dicen que puede haber una compatibilidad entre esa producción cultural europea que es el anarquismo “clásico”, y otras producciones culturales relativas a la organización igualitaria y solidaria de la economía. Al descubrir que la anarquía puede referirse a fuentes no exclusivamente europeas, los anarquistas peruanos (algunos de ellos, así como la chilena Arratia) introducen los primeros elementos de ruptura con el etnocentrismo presente en el anarquismo “clásico”. Se trata bien de *elementos*, y no de una teoría o de una política elaborada; por lo demás, la ruptura no es general y hasta hoy se pueden hallar contenidos etnocentristas en su discurso, al igual que en el del marxismo. No obstante, a pesar de tales límites, la carga simbólica y la audacia de su relectura que reinterpreta la historia de la invasión europea, de la colonización y del periodo llamado “republicano”, son innegables. Importantes pensadores posteriores, no necesariamente anarquistas, como Mariátegui, son herederos de esta lectura anarquista. Por otra parte, al extender la crítica anarquista de la dominación a la dominación cultural y al etnocentrismo, contribuyen los anarquistas peruanos a dar una mayor coherencia a la idea anarquista.

- iii) Por último, el tema del “comunismo/socialismo inca” en la década 1910 inaugura asimismo un relato de memoria social que no deja de tener incidencia por un lado en la reconstrucción del imaginario nacional del Perú y, por otro, en la reconstrucción del imaginario social y político del anarquismo y de otros

---

96 Clastres, Pierre, *La société contre l'Etat*, París, Éditions de minuit, 1974. Graeber, David, *Pour une anthropologie anarchiste*, Montréal, Lux Éditeur, 2006.

pensamientos sociales. El aspecto más característico de esta reconstrucción reside en el hecho que la referencia andina queda integrada en los relatos de auto identificación “nacional” y de emancipación social y política, contribuyendo por lo mismo a la apertura de una forma inédita de interculturalidad. Lejos de los discursos establecidos que reducen la idea de emancipación a su elaboración moderna y europea, el sector más lúcido de los anarquistas latinoamericanos de aquella época fue sin duda el primero, entre los no indígenas, en entender el potencial de igualdad y de solidaridad de que es portadora la “utopía andina”. Pudo así contribuir a reinterpretar la anarquía que, al igual que la utopía de Gustav Landauer, es el “recuerdo de todas las utopías anteriores conocidas”<sup>97</sup>.

## Bibliografía

ALBRECHT, Christian, « Qu'est-ce qu'un communiste ? » [1844]. In : BRAVO, Gian Mario Bravo, *Les socialistes avant Marx*, tome III. París : Éditions François Maspéro, colección “Petite collection Maspéro”, 1970.

ARRATIA, Angelina (1920). *El Comunismo en América*. Santiago: Editorial Lux.

ARMOGATHE, Daniel (1985). “L'exemple de Louise Michel”. *Le Monde* (París), 08/02/1985.

BALLESTEROS, Manuel; BEAS, Juan Carlos; y MALDONADO, Benjamín (2003). *Magonismo y movimiento indígena en México*. México: Talleres Offset Universal S.A.

BENETON, Philippe (1975). *Histoire de mots : culture et civilisation*. París: Presses de la Fondation nationale des Sciences politiques.

BRAVO, Gian Mario (1970). *Les socialistes avant Marx*, tome III. París: François Maspéro, colección “Petite collection Maspéro”.

CLASTRES, Pierre (1974). *La société contre l'État*. París: Éditions de Minuit.

---

97 Flores Galindo, Alberto, *Buscando un Inca. Identidad y utopía en los Andes*, in *Obras Completas*, III (I), Lima, Sur Casa Estudios del Socialismo, 2008 (primera edición: 1986). Landauer, Gustav, *La révolution*, París, Éditions Champ Libre, 1974, p. 22.

- DEMELAS, Marie-Danielle (1992), *L'invention politique. Bolivie, Équateur, Pérou au XIX<sup>e</sup> siècle*. París: Éditions Recherche sur les Civilisations.
- DEUSTUA, José; RENIQUE, José Luis (1984). *Intelectuales, indigenismo y descentralismo en el Perú, 1897-1931*. Cusco: Centro de Estudios rurales andinos Bartolomé de Las Casas.
- DUCHET, Michèle (1971), *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières. Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvétius, Diderot*. París: éditions François Maspéro.
- FAVRE, Henri (1990). *Les incas*. París: Presses Universitaires de France.
- FLORES GALINDO, Alberto (2008), *Buscando un inca : identidad y utopía en los Andes*. In *Obras Completas*, III (I). Lima: Sur Casa de Estudios del Socialismo (1a edición: 1986).
- GOMEZ-MULLER, Alfredo (org.) (2012). *Constructions de l'imaginaire national en Amérique latine*. Tours: Presses Universitaires François-Rabelais.
- GRAEBER, David (2006). *Pour une anthropologie anarchiste*. Montréal: Lux Éditeur.
- GUERRA, Xavier (1973). “De l'Espagne au Mexique: le milieu anarchiste et la Révolution mexicaine 1910-1915”. In: *Mélanges de la Casa de Velázquez*, tomo IX, Boccard, París.
- HERNANDEZ PADILLA, Salvador (1984). *El magonismo: Historia de una pasión libertaria, 1900-1922*. México: Ediciones Era.
- KAPSOLI, Wilfredo (1984). *Ayllus del Sol. Anarquismo y utopía andina*. Lima: Tarea.
- LANDAUER, Gustav (1974). *La Révolution*. París: Éditions Champ Libre.
- LEIBNER, Gerardo (1994). “La Protesta y la andinización del anarquismo en el Perú, 1912-1915”. In : *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 5, n. 1 (enero-junio). [www.tau.ac.il/eial/V\\_1/leibner.htm](http://www.tau.ac.il/eial/V_1/leibner.htm).
- MARIATEGUI, José Carlos (1977). *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta.
- MARX, Karl, “Letter to Vera Zasoulich”. In: *Marx-Engels Collected Works 24* (may 1874-may 1883), Londres, Lawrence & Wishart, 1989.
- SALA-MOLINS, Louis (2008). *Les misères des Lumières. Sous la Raison l'outrage*. París: Homnisphères.
- TAMAYO HERRERA, José (1982), *Historia social e indigenismo en el Altiplano*. Lima: Ediciones Treinta y Tres.
- TERRONES, Félix (2012). “Les Incas du Pérou de Louis Baudin, sus influencias y repercusiones en el Debate nacional peruano”. In Alfredo Gomez-Muller (org.), *Constructions de l'imaginaire national en Amérique latine*. Tours: Presses Universitaires François-Rabelais, 2012.
- WACHTEL, Nathan (1971). *La vision des vaincus. Les Indiens du Pérou devant la Conquête espagnole, 1530-1570*. París: Gallimard, colección “Folio histoire”.

**ENSAIOS E DEBATES**  
**MUDANÇA DE CENÁRIO: DA UNIPOLARIDADE À**  
**MULTIPOLARIDADE GEOPOLÍTICA**

**Yuri Martins-Fontes L.** <sup>98,99</sup>

**Resumo**

O relatório *Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa* (2010) do IPEA mostra vários fatores que têm impulsionado uma mudança na relação de forças geopolíticas, tais como o aumento do poderio econômico e militar de grandes nações semiperiféricas, a iniciativa de afirmação da União Europeia por meio de políticas de planejamento estratégico mais independentes e a intensa difusão de tecnologia bélica, além da fragilização da própria economia dos EUA. O estudo aponta também que alguns eventos geopolíticos ocorridos em 2008 foram os desencadeadores desse processo de transformação que levou o mundo da recente *unipolaridade* à nova *multipolaridade*, tais como: a crise financeira internacional, o fracasso da Rodada de Doha da OMC e o conflito russo-georgiano pela Ossétia do Sul (em que a Rússia demonstraria ao mundo que ainda tem muito poder bélico).

**Palavras-chave:** Transformação geopolítica; Multipolaridade; Crise.

**CAMBIO DE ESCENARIO: DE LA UNIPOLARIDAD A LA**  
**MULTIPOLARIDAD GEOPOLÍTICA**

**Resumen**

El informe *Inserción Internacional Brasileña: temas de política exterior* (2010) del IPEA muestra varios factores que han impulsado un cambio en la relación de fuerzas geopolíticas, tales como el aumento del poder económico y militar de grandes naciones semiperiféricas, la iniciativa de afirmación de la Unión Europea a través

---

98 Filósofo, professor e escritor; doutor em História Econômica (USP). Coordenador do Núcleo Práxis da USP.

99 Ensaio originalmente publicado pela revista *Caros Amigos* (fev. 2017).

de políticas de planeación estratégica más independientes, y la intensa difusión de tecnología bélica, además del debilitamiento de la propia economía de los Estados Unidos. El estudio también señala que algunos acontecimientos geopolíticos ocurridos en 2008 fueron los desencadenantes de este proceso de transformación que llevó al mundo de la reciente unipolaridad a la nueva multipolaridad, tales como: la crisis financiera internacional, el fracaso de la Ronda de Doha de la OMC y el conflicto ruso-georgiano por Osetia del Sur (en el que Rusia demostraría al mundo que aún tiene mucho poderío militar).

**Palabras clave:** Transformación geopolítica; Multipolaridad; Crisis.

## **CHANGE OF SCENARIO: FROM UNIPOLARITY TO GEOPOLITICAL MULTIPOLARITY**

### **Abstract**

The IPEA report *Brazilian International Integration: foreign policy issues* (2010) highlights several factors that have driven a shift in the geopolitical balance of power, such as the increased economic and military power of large semi-peripheral nations, the European Union's initiative to assert itself through more independent strategic planning policies, and the intense spread of military technology, in addition to the weakening of the US economy itself. The study also points out that certain geopolitical events that occurred in 2008 triggered this process of transformation that led the world from recent unipolarity to a new multipolarity, such as: the international financial crisis, the failure of the WTO Doha Round, and the Russian-Georgian conflict over South Ossetia (in which Russia would demonstrate to the world that it still has a great military power).

**Keywords:** Geopolitical transformation; Multipolarity; Crisis.

\*

Como preâmbulo para analisarmos a nova configuração de multipolaridade que vem se desenhando neste novo milênio, reflitamos: o que é que Venezuela, Equador, Filipinas, Ucrânia, Síria ou Líbia têm em comum? Todos estes países têm (ou, recém-derrotados, tiveram) projetos políticos que visam uma relativa independência dos Estados Unidos e de suas imposições políticas neoliberais. Isto, apesar das acentuadas diferenças ideológicas destas nações, cujos governos vão das democracias populares latino-americanas até regimes por vezes autoritários – mas que, embora mantenham sua estrutura capitalista interna, demonstram preocupações nacionalistas (afastando-se do neoliberalismo).

Essas nações sempre foram invisíveis ao centro do sistema, em consequência de sua posição geopolítica não-alinhada. Posição que vem paulatinamente afetando a até há pouco inquestionável unipolaridade dos EUA nas relações de poder internacionais. Com isto, tais nações de repente foram lançadas no centro de uma guerra ideológica, vendo seu cotidiano nacional se tornar tema (negativo) frequente das agências corporativas de notícias – que comandam o que se fala, ouve e pensa no mundo.

Ao serem “descobertos” pela mídia conservadora global como sendo lugares realmente *existentes* e com *história* (para surpresa de Hegel e dos arcaicos modernos), alguns destes países não alinhados com o consórcio neoliberal passaram a ter seus governos sistematicamente atacados com ferocidade pela grande imprensa – que representa a oligarquia global e constrói o dia a dia dos discursos repetidos pelo mediano das classes médias e jornais e televisões, sempre a clamar por um suposto “retorno à democracia”. Veja-se que, ainda hoje, mesmo após a exposição de provas do apoio dos EUA e potências europeias ao Estado Islâmico e grupos mercenários que estão em guerra contra seu desafeto Al-Assad, presidente sírio, não é raro encontrar – inclusive dentre posições *centro-humanistas* ou “do bem” (como

alguns se autodenominam) – quem se disponha a argumentar que a Síria é uma ditadura sangrenta... e “portanto” os EUA lá estão (ao lado dos “terroristas” do Estado Islâmico) para “civilizá-los”.

\*

Novos ares presidem a relação de forças políticas global. Para compreender este fenômeno, vejamos uma contextualização histórica da atual conjuntura política internacional atual. Para tanto, examinemos o denso relatório produzido em 2010 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), intitulado *Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa*, estudo que analisa este impactante movimento geopolítico que vem conduzindo o poder político mundial a um cenário de *multipolaridade* – desbancando os Estados Unidos do posto solitário de superpotência, que ocuparam desde a derrota econômico-política soviética dos anos 1990.

### **EUA: do cume ao início da queda**

O motivo da guerra ideológica mencionada no preâmbulo deste ensaio – e que sempre vem acompanhada da guerra econômica (desestruturadora das economias nacionais) – é nitidamente o desejo desesperado dos EUA de tentar retomar seu protagonismo unilateral perdido, cuja consolidação se deu com a “exportação” de suas políticas neoliberais a partir dos anos 1980 (embora em nossa América tardia, a “década perdida” tenha sido os 1990 de FHC's e Menem's).

Desde os 1970, os EUA em crise – pressionados de um lado pela competição de uma Europa do pós-Guerra já reerguida, e de outro por movimentos sociais (estudantis, pacifistas, negros, trabalhistas, camponeses) que se levantam mundo afora – passariam a impulsionar a financeirização da economia (da qual haviam tomado as rédeas na ocasião das crises do

petróleo, ao romper unilateralmente a conversibilidade dólar-ouro)<sup>100</sup>. Daí, até o fim do século XX os EUA foram se firmando como a “única” potência, movimento que teria como clímax a derrota soviética (após o cerco efetivado pela força geopolítica – econômico-militar – dos EUA e de seus aliados menores europeus-ocidentais).

\*

Como já exposto em outro artigo, a eleição de Trump em 2016 mostra não uma “efetiva” ascensão da direita enquanto ideologia (pois grande parte dos estadunidenses, sujeita desde cedo a uma educação castradora e de baixa qualidade, não chega ao discernimento sobre o significado de se votar em um “Trump”)<sup>101</sup>. Sua ascensão mostra antes o pico da fragilidade vivida pelos EUA.

Se desde os citados eventos dos anos 1970, os EUA passariam a dominar gradual e amplamente o cenário geopolítico – sendo que nos 1990 alcançam a posição histórica singular de serem a única superpotência mundial –, o que ocorre agora é um movimento de fechamento diante do mundo, mostrando que já não é confortável se manter em acordos de *livre-rapinagem* quando não se está tão por cima na tal da “competitividade”.

Segundo o estudo “Evolução Geopolítica: cenários e perspectivas” – capítulo do amplo e crítico relatório *Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa*, produzido em 2010 pelo IPEA (antes, portanto, do *golpe de 2016* que lançaria o Brasil de volta à condição de capacho internacional) –, o início desta “virada” no cenário das relações dos poderes globais, nos remete a uma ação conjugada de diversos fatores.

---

100 Ver sobre o tema da crise capitalista: MARTINS-FONTES L., Yuri. *Marxismo e saberes originários*. (2017).

101 Examinei mais detidamente este tema no artigo: “Crise capitalista, baixo nível cultural e a ignorância como ideologia”. *Veias Abertas*, n. 1, 2019.

Dentre eles, se destacam quatro, a começar pelo aumento do poderio econômico e militar de grandes nações “semiperiféricas”, as quais jamais se integraram ao sistema de segurança internacional forjado pelos EUA desde o fim da II Guerra – casos, especialmente, da Rússia e da China.

Um segundo ponto é a relativa afirmação da União Europeia através de políticas de planejamento estratégico mais independentes – mesmo que agora ameaçadas pela desunião europeia que se testemunhou no “Brexit”, ou nas graves crises na Grécia, Espanha, etc. Isto fez com que os EUA perdessem (ao menos em certa medida) seu poderio sobre os europeus-ocidentais, estas pequenas potências modernas que foram suas vassalas incondicionais desde meados do século XX.

Há também o fenômeno da forte difusão de tecnologia bélica, a que tiveram acesso mesmo atores não-estatais, empenhados em diferentes formas de guerra de resistência contra a superpotência, o que arrastaria os arrogantes (e inconsequentes) governos dos EUA para o abismo de guerras sem fim – conflitos sem possibilidade de “vitória final”, pois que sua capacidade técnica acabou por ser “neutralizada”. São os casos das invasões militares do Iraque e do Afeganistão, e de certo modo do golpe laranja de 2014, na Ucrânia;

Ademais, é importante ter em conta a fragilização da própria economia estadunidense, uma consequência de sua baixa taxa de poupança, de seus défices crônicos – aprofundados pelos conflitos que promoveu mundo afora –, e do crescimento acelerado de sua dívida.

## **Transformação geopolítica**

As conclusões do relatório do IPEA apontam para três eventos geopolíticos que, nos últimos anos da década de 2000, foram chaves para desencadear esse processo de transformação da recente *unipolaridade* à nova *multipolaridade* (em que novos atores estatais começaram a fazer frente aos EUA, como é caso dos BRICS).

O primeiro deles é a crise financeira internacional de 2008, a primeira a atingir o coração do capitalismo desde a *quebra* de 1929, uma crise motivada pela intensa desregulamentação dos mercados, que se tornam vulneráveis aos ataques especulativos. Este problema teve por “receitas salvadoras” sempre soluções “pela direita”, ou seja: mais privatizações, mais abertura comercial externa, enfraquecimento de grupos econômicos nacionais e transferências maciças de ativos ao cada vez mais fortalecido capital financeiro. Tal conjunto de acontecimentos gerariam o “efeito dominó” de quebra bancária nos EUA, estancado pela salvação *estatal* das instituições financeiras, mediante dinheiro público e emissão de moeda, o que deixaria como saldo uma crise econômica em nível mundial. Porém, ao contrário dos 1980, quando o Japão cedeu e desvalorizou seu iene (para melhor “socializar” a recessão dos EUA), a China, potência nuclear, se negou ao mesmo gesto com seu yuan (e assim o prestígio do dólar segue em queda).

Além disso, houve o fracasso em 2008 da Rodada de Doha da OMC (sobre o comércio internacional, em especial agrícola). Isto já se desenhava desde a “intervenção espetacular dos movimentos sociais” contra a reunião de pré-negociação de Seattle, em 1999 – quando os movimentos “antiglobalização”, massificados pela pauperização rural global promovida por décadas de agronegócio e liberalismo, arrebatariam multidões e logo as páginas da mídia comercial. Tal fracasso efetivamente adquire poder de transformação política quando na reunião de Cancún (2003) acontece uma inédita articulação entre países periféricos que juntos logram fortalecer suas posições (coalizão que ganharia características de “bloco”, tornando-se semente da consolidação dos BRICS) contra o protecionismo comercial das potências capitalistas. Ressuscitava-se assim a “clivagem Norte-Sul” diluída desde a hegemonia liberal começada nos anos 1980, em uma escalada de conflitos que atingiu seu auge com a *crise do preço dos alimentos* de 2007-2008 – a qual lançou à fome o número récorde de *um bilhão* de seres humanos.

Por fim, deu-se o conflito russo-georgiano pela Ossétia do Sul (2008). Seus antecedentes podem ser vistos no apoio estadunidense e europeu-ocidental aos golpes no Leste da Europa (vendidos pela mídia com o nome de “revoluções laranjas”), além de apoiarem o separatismo de Kosovo (ante a enfraquecida Sérvia, ex-centro da potência não-alinhada que foi a Iugoslávia). Houve ainda as tensões em torno do abastecimento de gás à Europa, e a agressão branda à Rússia, promovida pela OTAN (com seu projeto de instalar bases de defesas antimísseis da Polônia e Tchêquia). Este último foi o fator que desencadeou a incomum quebra de protocolo de Putin, ao acusar publicamente os EUA de desprezarem o *direito internacional*, pelo seu próprio *interesse* nacional –, de modo que na ocasião do avanço militar georgiano sobre a província rebelde, a Rússia reage com tal força que surpreende os analistas e militares dos EUA-UE, mostrando dispor de um aparato bélico bastante menos obsoleto de que o imaginado pela OTAN. E tal poderio somente aumentaria desde então, e não apenas na Rússia, mas na China, que na mesma época testa com sucesso sua arma antissatélites, ameaçando a integridade do sistema espacial estadunidense (até então “senhor absoluto” dos chamados “espaços comuns”).

\*

Essa presente transformação do cenário de poder mundial segue a passos largos, como se pôde observar na batalha empreendida pelas forças russas para a libertação de Aleppo (e pela paz na Síria), à revelia dos interesses destrutivos das potências ocidentais – mais um marco dessa mudança. Apesar de todos estes elementos, não se pode desprezar o fato de que os Estados Unidos ainda conservam parte de sua hegemonia geopolítica e um imenso poderio de destruição.

## Bibliografia

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS. “Evolução Geopolítica: cenários e perspectivas”. In: IPEA. *Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa*, 2010.

MARTINS-FONTES L., Yuri. “Crise capitalista, baixo nível cultural e a ignorância como ideologia”. *Veias Abertas*, n. 1, 2019.

MARTINS-FONTES L., Yuri. *Marxismo e saberes originários*. Relatório [Pós-Doutorado em Filosofia Política], FFLCH-USP, São Paulo, 2017.

# O MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO E OS IMPACTOS DA COVID-19: REFLEXÃO PARA GERAR AÇÃO

Eduardo Januário<sup>102, 103</sup>

## Resumo

Ainda que o Brasil seja a sétima economia do mundo é um dos países mais desiguais, com salários abaixo do custo real de sobrevivência. O presente artigo analisa os impactos da pandemia de covid-19 para a classe trabalhadora no Brasil, em especial a que se encontra na situação da informalidade ou trabalho intermitente, e que em sua grande maioria, é negra. A quarentena desvelou um modelo neocolonial de sociedade, onde o Estado é acionado a salvar o sistema capitalista e os “gastos” com a população, inclusive com a saúde, são fatalmente regulados para manter o superávit primário. A crise mundial de 2007, que com maior profundidade atingiu o país a partir de 2015, arrastou um grande contingente de pobres para situação ainda mais precarizada de vida. E, mediante o contexto pandêmico, o auxílio emergencial de R\$ 200,00 para trabalhadores em meio ao aumento de preço de produtos essenciais para frear o contágio, desvela em essência elementos de um pensamento escravista.

**Palavras-chave:** Pandemia; Economia; Trabalhadores.

## EL MODELO ECONÓMICO BRASILEÑO Y LOS IMPACTOS DE LA COVID-19: REFLEXIÓN PARA GENERAR ACCIÓN

### Resumen

Si bien Brasil es la séptima economía más grande del mundo, es uno de los países más desiguales, con salarios inferiores al costo real de la vida. Este artículo analiza los impactos de la pandemia de covid-19 en la clase trabajadora brasileña, especialmente en quienes

---

102 Eduardo Januário é professor da Faculdade de Educação da USP, doutor em História Econômica pela FFLCH-USP e especialista em Finanças Públicas. É fundador e pesquisador-membro do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo.

103 Artigo de 2021.

trabajan en la economía informal o de forma intermitente, la gran mayoría de los cuales son negros. La cuarentena puso de manifiesto un modelo neocolonial de sociedad, donde se exige al Estado que salve el sistema capitalista y el gasto en la población, incluida la salud, se regula de forma excesiva para mantener el superávit primario. La crisis mundial de 2007, que afectó con mayor dureza al país a partir de 2015, sumió a un gran número de personas pobres en una situación de vida aún más precaria. Y, en el contexto de la pandemia, la ayuda de emergencia de 200 reales para los trabajadores, en medio del alza de precios de los productos esenciales para frenar el contagio, revela, en esencia, elementos de una mentalidad esclavista.

**Palabras clave:** Pandemia; Economía; Trabajadores.

## **THE BRAZILIAN ECONOMIC MODEL AND THE IMPACTS OF COVID-19: REFLECTION TO GENERATE ACTION**

### **Abstract**

Although Brazil is the seventh largest economy in the world, it is one of the most unequal countries, with wages below the real cost of living. This article analyzes the impacts of the covid-19 pandemic on the working class in Brazil, especially those in informal or intermittent work, the vast majority of whom are Black. The quarantine revealed a neocolonial model of society, where the State is called upon to save the capitalist system and "spending" on the population, including health, is fatally regulated to maintain the primary surplus. The 2007 global crisis, which hit the country harder from 2015 onwards, dragged a large contingent of poor people into an even more precarious living situation. And, in the context of the pandemic, the emergency aid of R\$ 200.00 for workers amidst rising prices of essential products to curb contagion, essentially reveals elements of a slave-owning mentality.

**Keywords:** Pandemic; Economy; Workers

\*

*“Hei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é”*

[Racionais Mc’s / “Negro Drama”]

Peço licença neste momento de angustia para fazer algumas reflexões que poderão ser revertidas em caminhos para buscar junto aos órgãos públicos ações efetivas que ajudem o trabalhador brasileiro. Para tanto, quero expressar um ponto de vista sobre os impactos da covid-19 na economia brasileira e suas consequências à população. Em especial os trabalhadores chamados de informais, que não possuem cobertura da previdência social, e outros que se encontram no regime de trabalho intermitente. Como se sabe a maioria desses trabalhadores são negros.

### **Estrutura econômica brasileira**

Antes de abordar o tema é importante lembrar aos colegas como se estrutura a economia brasileira. Obviamente, em poucas palavras é difícil definir, mas algumas observações trazem evidências do modelo. Vejam vocês, o Brasil é a 7ª economia mundial, o PIB está entre os maiores do mundo, o Estado é modernizado e no país existem instituições que possuem domínio de tecnologia considerada de primeiro mundo, como a Embraer, por exemplo. Todavia, quando se observa nossa realidade interna verifica-se uma economia de extrema desigualdade. O Brasil está entre os países mais desiguais do mundo.

Esse modelo de Estado é explicado por um de nossos referenciais mais importantes, que tratam da economia, o professor de História Contemporânea da USP, Wilson do Nascimento Barbosa. Ele define esse modelo econômico como neocolonial (Barbosa, 2021). As evidências estão aí, o salário ainda está abaixo do custo real de sobrevivência urbana. E, é este que regula a maioria dos ordenados dos trabalhadores assalariados. Neste modelo econômico são os pobres que desde sempre pagam a maior

parte da conta de qualquer crise. Não há um problema nacional durante as crises; grande parcela da classe média sempre se safa; os ricos quase não sentem. O problema, ao que parece, é que desta vez, com a covid-19, querem que os pobres paguem com mortes em massa.

Não que tal fenômeno já não seja uma realidade nas favelas de São Paulo e Rio de Janeiro. Morrem milhares de pobres todos os dias na fila do SUS, nas cadeias; vitimadas pela violência policial nas favelas. Tudo isso ainda parece muito distante para uma parcela da sociedade, que assiste tudo em cima do muro, e pelas telas da televisão. Quando o problema vai além dos muros da classe social, como uma epidemia; a divulgação e a propaganda aumentam de forma considerável. Mesmo ainda não tendo muito conhecimento a respeito do novo vírus, sabe-se que sua letalidade não é das maiores, o problema é que para quem está mais suscetível às suas complicações, a saída pode ser mais complicada. O pobre que pertence ao grupo risco são os mais vulneráveis. Eles terão o atendimento necessário?



## **Pandemia e neocolonialismo**

A chamada “quarentena” desnudou o modelo neocolonial da sociedade. Enquanto a Globo propaga em horário nobre a importância de se ficar em casa, as imagens e vídeos na rede social, demonstram que a casa grande já

sabe como se proteger e inclusive está divulgando qual a melhor estratégia. Enquanto isso, como é possível ver em vídeos que circularam pelas redes sociais em São Paulo, na senzala, milhares de trabalhadores se amontam nos transportes públicos para, de certa maneira, garantir o privilégio daqueles que podem ao final da tarde fazer a diária “corridinha” nas areias da praia.

Pois bem, essa me parece uma introdução importante para iniciar nossa análise de algumas decisões que estão sendo tomadas no nível da economia. Basta observar os jornais que é possível detectar a movimentação dos dirigentes da economia. Terão que utilizar o Estado para salvar o sistema capitalista! Ué, mas o mercado não dá conta de regular tudo? Não, será o Estado ao salvar os capitalistas. É importante lembrar que o maior contribuinte da renda pública brasileira (o Estado) é o trabalhador. Lembre-se que os impostos no Brasil incidem mais sobre a circulação e consumo do que sobre a renda, isto significa que as grandes riquezas não recolhem o que poderiam recolher. Nesta movimentação os pobres novamente irão pagar a conta.

Não é novidade que o sistema tributário brasileiro é um dos mais injustos do mundo, mas tal fato fica mais evidente quando chega uma crise. A crise mundial de 2007, que nos empurrou para a crise atual, com maior profundidade a partir de 2015, arrastou milhares de pobres para sarjeta. Triplicaram o número de moradores de rua, e voltamos a ter miseráveis. Aliás, em 2015, “quando a casa já tinha caído”, o governo Dilma, tentou utilizar o mesmo mecanismo que o governo agora está usando pra tentar sair da crise atual, o relativo descumprimento do percentual de superávit primário (aproximadamente 6% do valor arrecadado). Esse superávit primário é o percentual da sobra que se obtém na relação entre Receitas e Despesas. O governo é obrigado a regular os gastos com a maioria da população para manter este superávit primário. Tal obrigação, instituída pela LRF, zela pelo superávit para que os credores da dívida pública (dívida histórica) não fiquem sem receber o Juros da Dívida, valor debitado na

Despesa Corrente. É da mesma Despesa Corrente que saem também os gastos com “Pessoal e Encargos Sociais” (recursos humanos), e Outras Despesas Correntes, item que contempla todos os gastos fiscais do governo. Ou seja, o percentual equivalente ao pagamento do Juros da Dívida, média de 5%, (dependendo da série histórica) é a mesma média dos gastos com a Saúde – observado na despesa do setor público nacional.

Na prática quer dizer que o Estado paga o mesmo valor para uma pequena parcela da sociedade, que possui acesso a títulos públicos, em detrimento de milhões de pessoas que utilizam o sistema de saúde. Este é outro retrato do modelo de Estado neocolonial brasileiro, e é assim que a economia se movimenta, pensando primeiro em salvar os privilegiados e deixar à própria “sorte” a maioria da população.

As ações que o governo tem tomado, sugerindo ao Congresso um descumprimento da LRF, significa que a base monetária vai avançar, o Tesouro vai conceder moeda para a União e assim ativar a chamada política anticrise. O problema que aqui no Brasil a lógica é tão neocolonial que nem essa ferramenta da política econômica o governo usa a favor da maioria. O melhor a fazer, a exemplo da China, era investir em grandes hospitais e mais contratações de infraestrutura em UTIs, assim a movimentação econômica daria resultado macroeconômico a curto prazo, ressarcindo os cofres do governo, que por sua vez, pagariam juros aos credores.

O problema é que os juros da taxa Selic no Brasil estão baixos, o país sofre com a crise, o governo não tem muito pra onde correr a não ser negociar com os credores o “quinhão” dos privilegiados recebedores do Juros da Dívida: o superávit primário. O deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, sinalizou que vai aprovar. Em troca disso, o Ministro Guedes já está oferecendo ao mercado a privatização da Eletrobrás. Isto significa na prática que os senhores donos e a classe média podem ficar em suas casas tranquilo, cumprindo a “quarentena” que o

governo irá custear os prejuízos. Com dinheiro de quem?

Agora, por outro lado, para a classe de trabalhadores, que aliás é que mais sustenta o Estado, ficarão os trens lotados, o aumento exorbitante do preço de produtos essenciais para a crise epidêmica, como álcool gel, e para os trabalhadores informais ou intermitentes, o governo ofereceu 200 reais de auxílio mensal. Pasmem, 200 reais! Sabe o que são duzentos reais, é muito menos do que se paga num almoço quando um amigo querido vem visitar a classe média. Enfim essa é uma reflexão importante!

### **Considerações finais**

Para finalizar acredito que o importante neste momento é lutar para que esse “extra” que o governo terá para gastar com a sociedade, buscando salvar a economia capitalista, não seja reprodutora da lógica escravista que tem sido até agora: “tratar o trabalhador como nada”.

Será necessário que os representantes do povo tenham o mínimo de senso estadista e cuidem do povo. Para aqueles que legislam também para os mais pobres, exijam, lutem por esse direito. Deem para o povo o que é do povo, direito de utilizar da verba pública para o interesse público. Isso pode ser feito por meio de diversas políticas emergenciais de saúde e infraestrutura. Inclusive temos vários especialistas no assunto para aplicá-las.

Para a redistribuição de renda emergencial, deve-se pagar ao menos um salário-mínimo (1.045 reais) para cada trabalhador sem cobertura. O impacto macroeconômico seria respaldado pelo multiplicador, ativado pelas compras nos supermercados durante o período de resguardo. Cuidar da mão de obra, primordial para infraestrutura do sistema capitalista, não é uma coisa absurda, é sim um pensamento ao menos antiescravista.

O professor Wilson Barbosa tem razão.

## Bibliografia

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A economia do negro no Brasil*. São Paulo: GMarx, 2021.

JANUÁRIO, Eduardo. Aspectos de uma economia neocolonial. Tese [Doutorado].  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2019.

RACIONAIS Mc's. "Negro Drama". *1000 Trutas, 1000 Tretas*, 2002.

# ATRIBO, O ESTADO E A GUERRILHA NO AFEGANISTÃO

Pedro Curado<sup>104, 105</sup>

## RESUMO

Este artigo desenvolve argumentos acerca da relação entre a queda do governo afegão aliado aos EUA, o sistema tribal afegão, a guerrilha talibã e a fragilidade do programa nacional aplicado à periferia global. A tentativa de projetar no Estado afegão a imagem dos Estados nacionais ocidentais, com uma instituição centralizada de poder, não correspondeu com a base autônoma de governança local, as quais possuem recursos financeiros e militares próprios. A distribuição de uma população majoritariamente rural em distintos territórios geográficos se desenvolveu sob a fragmentação política, a partir de um sistema tribal, onde algumas autoridades políticas despontam no cenário político nacional – uma forma de organização política adaptada à topografia e flexível no que se refere às mudanças no ambiente cultural. A resistência Talibã se configurou como uma forma de poder alternativo ao governo afegão e se deu graças a uma organização centralizada e hierarquizada, a um poder militarizado, ao apoio internacional extraoficial, às fontes de financiamento e à implantação de formas governamentais em territórios sob domínio da guerrilha.

**Palavras-chave:** Estado; Território; Cultura.

---

104 Pedro Curado é professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ e coordenador do Núcleo Práxis da USP.

105 Artigo escrito em setembro de 2021.

## LA TRIBU, EL ESTADO Y LA GUERRILLA EN AFGANISTÁN

### RESUMEN

Este artículo desarrolla argumentos sobre la relación entre la caída del gobierno afgano aliado con Estados Unidos, el sistema tribal afgano, la guerrilla talibán y la fragilidad del programa nacional aplicado a la periferia global. El intento de proyectar en el Estado afgano la imagen de los Estados nacionales occidentales, con una institución de poder centralizada, no se correspondió con la base autónoma de la gobernanza local, que cuenta con recursos financieros y militares propios. La distribución de una población mayoritariamente rural en distintos territorios geográficos se desarrolló bajo la fragmentación política, a partir de un sistema tribal, donde algunas autoridades políticas emergen en la escena política nacional, una forma de organización política adaptada a la topografía y flexible en lo que se refiere a los cambios en el entorno cultural. La resistencia talibán se configuró como una forma de poder alternativa al gobierno afgano y se produjo gracias a una organización centralizada y jerarquizada, a un poder militarizado, al apoyo internacional extraoficial, a las fuentes de financiación y a la implantación de formas de gobierno en territorios bajo el dominio de la guerrilla.

**Palabras clave:** Estado; Territorio; Cultura.

## THE TRIBE, THE STATE, AND THE GUERRILLA IN AFGHANISTAN

### ABSTRACT

This article develops arguments about the relationship between the fall of the Afghan government allied with the US, the Afghan tribal system, the Taliban guerrilla movement, and the fragility of the national program applied to the global periphery. The attempt to project the image of Western nation states onto the Afghan state, with a centralized institution of power, did not correspond to the autonomous basis of local governance, which has its own financial and military resources. The distribution of a predominantly rural population across different geographical territories developed under political fragmentation, based on a tribal system, where some political authorities emerge on the national political scene—a form of political organization adapted to the topography and flexible in terms of changes in the cultural

environment. The Taliban resistance emerged as an alternative form of power to the Afghan government thanks to a centralized and hierarchical organization, militarized power, unofficial international support, sources of funding, and the implementation of forms of government in territories under guerrilla control.

**Keywords:** State; Territory; Culture.

\*

A queda de Cabul representou não somente o fim de um governo alinhado aos Estados Unidos na Ásia central, mas evidenciou a fragilidade conceitual dos programas de “construção nacional” (*nation-building*) aplicados à *periferia global*.

Ashraf Ghani, o agora ex-presidente afegão, é, ele próprio, um especialista no assunto. Em seus antigos cursos ministrados nas universidades estadunidenses de Beckley e Johns Hopkins, ensinava que a ajuda externa para os “Estados falidos” deveria fomentar a construção de estruturas estatais que emulassem aquelas existentes no Ocidente “desenvolvido”.

Os problemas por detrás desse projeto foram reconhecidos pelos próprios agentes estadunidenses, como ficou demonstrado no escândalo de 2019 conhecido como “Afghanistan papers”. Ali, relatórios desclassificados do SIGAR, a agência estadunidense responsável por destinar fundos para a reconstrução do Afeganistão, evidenciavam tanto a dimensão ideológica dos programas adotados (eram, basicamente, irrealizáveis), como também o incômodo daqueles operadores que, no Afeganistão, viam-se constrangidos a aplicar planos bem ajustados a teorias forâneas, mas em descompasso com aspectos particulares da realidade econômica e política afegã.

Recentemente, a mesma incompreensão do que ocorre no Afeganistão foi manifestada pelo presidente Joe Biden, ao culpar os afegãos por se recusarem a defender o próprio país contra o Talibã e, assim, permitir a

rápida queda de Cabul. Também ali, Biden parece projetar no Estado afegão a imagem dos Estados nacionais ocidentais, isto é, uma organização política forte e centralizada, na qual as decisões adotadas pela elite estatal atingem efetivamente o conjunto da sociedade submetida àquele poder. Tal Estado estaria apto a mobilizar os recursos disponíveis em suas estruturas para garantir o “monopólio da violência legítima sobre o território”, como diria Max Weber.

Mas esse modelo jamais existiu no Afeganistão, e a ocupação estadunidense não logrou contribuir para a transformação de um ambiente marcado pela ausência de uma unidade política capaz de submeter as diferentes forças a um só poder. Assim, líderes tribais, senhores da guerra, guerrilhas e agentes do Estado conformam, há décadas, um tabuleiro político dinâmico marcado por relações que se revezam entre o clientelismo e o conflito aberto. Cada um desses atores age em grande medida de forma bastante autônoma, posto que na prática “governam” fatias da população e do território afegão, e dispõem de recursos financeiros e militares próprios. Por vezes, associam-se entre si, quando o momento demonstra ser conveniente, mas os arranjos cooperativos facilmente se transmutam em rivalidades quando as circunstâncias mudam.

### **O sistema tribal afegão**

A distribuição de uma população majoritariamente rural (cerca de 74% do total) em um território geograficamente acidentado explica, em certa medida, as dificuldades para se romper com o ambiente de fragmentação política. O país apresenta, *grosso modo*, três grandes zonas ecológicas, sendo elas o deserto (na maior parte da região sul, em uma faixa ao norte e ao leste, próximo à fronteira com o Paquistão), as estepes (entre as zonas desérticas e as montanhas) e, finalmente, a região de montanhas, formada pelo Inducuche (“matadora de hindus”), uma ramificação da cordilheira do Himalaia.

A maior parte da população está dispersa em pequenos vilarejos pobres situados em enclaves montanhosos de base econômica pastoril e limitada agricultura. A geografia acidentada, somada à existência de comunidades dispersas em grupos pequenos e em zonas relativamente distantes e de difícil acesso favoreceu a consolidação de lideranças políticas locais com significativa autonomia frente aos comandos da capital. As comunidades do interior reproduziam suas formas de existência apoiadas em laços de parentesco e vínculos étnicos, respeitando hierarquias locais tradicionalmente constituídas e culturalmente legitimadas.

As principais etnias que compõem a população afegã são os pachtuns (40% do total), tadjiques (25%), hazaras (10%), uzbeques (10%), além de minorias como turcomanos, baluchis, nuristaneses, quirquizes e cazaques. Cada grupo étnico é composto por diferentes tribos e clãs que interagem entre si e compartilham referências culturais, linguísticas e religiosas. A etnia pachtun, que se estende também pelo Paquistão, está dividida em quatro grandes confederações (batani, sarbani, gourgusthi e karlani) que englobam, cada uma, diferentes unidades tribais. O elemento cultural a unificar todas elas é o *pachtunwali*, o código de conduta e de honra pachtun.

Thomas Barfield, no livro *Afghanistan: a cultural and political history* (2010), chama a atenção para que as confederações tribais pachtun tradicionalmente rivalizem entre si pela obtenção de postos de chefia no Estado afegão. Ao longo do século XX, a maior parte das autoridades políticas afegãs saiu da tribo pachtun “durrani”, situada majoritariamente na região de Candaar e vinculada à confederação tribal pachtun “sarbani”. Segundo Barfield, a razão da prevalência de membros de certas tribos no cenário político nacional tem a ver também com aspectos culturais.

Por exemplo: a tribo dos “durrani” aceita hierarquias e tem historicamente fortes conexões com as cidades e o comércio, além do acesso a terras irrigadas, graças ao apoio do poder em Cabul. Em

contrapartida, a tribo pachtun “guilzai” possui uma organização social mais igualitária, e tradicionalmente se recusa a reconhecer autoridades forâneas, reivindicando um autogoverno. Como resultado, a maior autonomia local vem acompanhada do isolamento político em relação ao centro, e se reflete no baixo desenvolvimento econômico, na frágil educação e no provimento mínimo de serviços públicos.

Tal sistema tribal afegão não deve ser compreendido como um vestígio de um passado distante, mas uma forma alternativa de organização política, adaptada à topografia e flexível a ponto de acompanhar as mudanças no ambiente cultural. As tentativas de criação de um Estado burocrático moderno ao longo da ocupação dos EUA esbarraram, portanto, em forças centrífugas que historicamente mantiveram zonas de povoamento periférico, resistentes à centralização do poder na capital.

### **Os senhores da guerra**

Nas últimas décadas, o ambiente social e cultural das zonas periféricas foi fortemente impactado pelos ciclos de guerra. Como resultado, formaram-se lideranças militares que souberam manter-se no poder de certas regiões, mesmo em períodos de paz. Na guerra contra o governo afegão apoiado pelos soviéticos, toda uma nova geração de combatentes *mujahidin* consolidou-se no controle de zonas rurais. No primeiro governo do Talibã, entre 1996 e 2001, houve tentativa de desmantelá-los, sem sucesso.

Tais senhores da guerra não eram propriamente organizações, mas sim líderes militares que mantinham sua própria base política na região de origem e entre aqueles da mesma etnia. As comunidades a eles submetidas tendiam a ver sua presença como condição necessária para a existência de segurança e um ambiente próspero. A importância política dos senhores da guerra crescia conforme a região fosse mais fragmentada e desconectada da capital.

Romain Malejacq, no livro *Warlord survival* (2019), enfatiza a flexibilidade dessas lideranças militares para adaptarem-se às mudanças na conjuntura política e em suas redes de alianças tribais. Para se manterem relevantes mesmo diante das transformações no ambiente político, buscavam reforçar sua importância nos níveis local, nacional e internacional. Isso ocorria através da provisão de bens monopolizados por eles, como segurança, lealdade, votos, oportunidades políticas e econômicas, etc. Com isso, os senhores da guerra tornaram-se atores políticos incontornáveis, tanto por seus meios militares como por conta de sua capacidade de fazer convergir em torno de sua figura diferentes fontes de poder, como o militar, político, ideológico e social. Ainda segundo Malejacq, os senhores da guerra fortemente estabelecidos em seus domínios rurais e com suas redes de contato e apoio representam um forte empecilho a qualquer tentativa de centralização do poder que parta da capital.

### **A guerrilha Talibã**

Ao longo dos anos, resistência do Talibã foi possível graças a uma série de fatores:

- 1) trata-se de uma organização centralizada e profundamente hierarquizada, com eficiente transmissão de informação e ordens, uma cadeia de comando verticalizada e linhas de apoio logísticas;
- 2) o grupo manteve-se fortemente militarizado, com soldados remunerados e obtendo armamentos por meio de contrabando internacional ou através de sequestro de armas do exército afegão;
- 3) a costura de uma rede de apoio internacional extraoficial em países como Arábia Saudita, Paquistão, Catar, Emirados Árabes Unidos e Irã;
- 4) a manutenção de eficientes fontes de financiamentos, através de um complexo sistema tributário;

5) a implantação de um governo *de facto* nos espaços sob o domínio da guerrilha.

Esta última dimensão difere o Talibã dos senhores da guerra tribais, que controlavam regiões do país: desde a origem do conflito, a guerrilha se apresentou como uma forma de poder alternativo ao governo afegão, candidata ao poder central em Cabul. Apesar das origens associadas à etnia pachtun, o Talibã representa, em certa medida, um movimento de afronta à fragmentação política do sistema tribal afegão. Em outras palavras, o grupo evoca um nacionalismo religioso como traço comum agregador acima das distinções étnicas e rivalidades tribais que permeiam a sociedade civil.

O esboço do que vem a ser um governo Talibã pode ser visto nas aldeias e vilarejos do interior já controlados pelo grupo. Há um governador do Talibã para cada distrito sob seu domínio. Ao conquistar uma nova região, a guerrilha envia uma carta com as novas leis para todos os chefes de aldeias. Depois, monta tribunais e julga conforme as leis comunicadas pelas cartas. Os tribunais oficiais, quando existem, são abolidos. Uma interpretação particularmente rigorosa da *xária* define regras comportamentais e se aplica a todos.

Além de ser um regime conhecido por forte intervenção no campo dos costumes, o Talibã também provê certos bens públicos. Em seus territórios, criou centros de estocagem para frutas e legumes e programas voltados para a modernização das atividades agrícolas, como a irrigação de canais. Os hospitais locais passaram ao controle do grupo, e havia cooperação entre a guerrilha e o antigo governo em Cabul para facilitar a circulação de medicamentos. Há também controle direto sobre as escolas, nas quais professores do Estado eram substituídos por membros da guerrilha. As escolas são percebidas pelo Talibã como instituições particularmente estratégicas, pois necessárias para a formação de novos combatentes e aliados do grupo.

Durante o período em que exerceu um governo paralelo no Afeganistão, o Talibã gozava de certo apoio das comunidades em que estava instalado. Isso ocorria porque as instituições do governo de Cabul, quando existiam, eram percebidas como corruptas, injustas ou incapazes de manter um ambiente de segurança. O relativo apoio da sociedade civil foi um elemento importante para fazer com que o grupo sobrevivesse ao longo dos anos de guerra.

Um outro fator relevante a ser considerado diz respeito às fontes de receitas. Ao longo do tempo, aplicavam-se tributos de diferentes tipos. Há o “zakat”, um tributo de inspiração religiosa cobrado junto aos agricultores (cerca de 10% do valor da colheita). Havia também impostos sobre a terra, o comércio lojista, empresas de telefonia móvel e telecomunicações, bens em circulação, fornecimento de energia, exploração de minérios, etc.

Entretanto, a maior parte das receitas advinha de atividades ligadas à produção e comércio de ópio. Tributos são cobrados em diferentes etapas da produção. A participação anual do Talibã no comércio de ópio rendia, até o ano passado, entre 100 e 400 milhões de dólares anualmente, segundo um relatório das Nações Unidas de 1 de junho de 2021.

Segundo Mansfield, no livro *A state built on the sand: how opium undermined Afghanistan* (2016), existe um papel político e social exercido pela produção de ópio nas zonas rurais. No campo, o ópio é uma das únicas culturas em que os agricultores podem garantir pagamentos adiantados, constituindo sistemas de crédito local de grande eficiência. Tais sistemas contribuem para reduzir os efeitos negativos de choques como o aumento dos preços dos alimentos ou doenças familiares, que afetam principalmente as famílias mais pobres.

Uma das incógnitas quanto ao novo governo do Talibã será saber como a busca pelo reconhecimento da comunidade internacional poderá se coadunar com sua participação direta no mercado global de ópio.

Por fim, vale ressaltar o envio de fundos feitos por instituições de caridade ligadas a entidades religiosas, de países como o Catar, Emirados Árabes e Arábia Saudita, principalmente. Versando ao Talibã cerca de 200 milhões de dólares anuais, no somatório, e mantidos com surpreendente regularidade, tais receitas demonstram como a existência de redes de apoio internacionais foram importantes para que a resistência pudesse ser mantida.

### **O Talibã e as forças centrífugas do Estado afegão**

No momento derradeiro da derrota do governo afegão, as forças armadas contavam com maior volume de soldados (os dados variam entre 150 e 300 mil) armados com equipamentos e armas modernas fornecidas pela ocupação estadunidense, além de uma força aérea. Entretanto, observadores locais apontam problemas na formação dos soldados, salários em atraso, ausência de conhecimento técnico para operar equipamentos sofisticados e deserções em massa. A isso somava-se o fato de sua imagem estar atrelada àquela do governo de Cabul, visto como profundamente corrupto, eleito por fraude e submisso a interesses forâneos.

Nas cidades principais, como Cabul, Candaar e Herat, a chegada do Talibã foi acompanhada de fugas em massa de setores da sociedade civil receosos com o novo regime. O contraste entre a cultura tradicional e religiosa do campo, com o espírito mais cosmopolita e liberal das maiores cidades, representa um desafio para as estratégias de comunicação e gestão pública da antiga guerrilha, agora transmutada em governo.

No momento da queda de Cabul, a estrutura organizacional do Talibã contava com cerca de 75 mil soldados e mesclava táticas de guerra convencional com estratégias de guerrilha (como emboscadas, bombas suicidas e ataques repentinos e fortes). O avanço tornou-se possível graças às costuras políticas feitas com os senhores da guerra. Estes aceitavam adentrar numa guerra liderada pelo Talibã em troca de retribuições

políticas e militares acordadas com a guerrilha. Aqueles que mantinham-se independentes ou ligados, por laços clientelistas, às forças do governo afegão, foram quase inteiramente derrotados.

Uma vez no poder, o Talibã irá enfrentar o mesmo problema relacionado à ausência de capacidades estatais infraestruturais em zonas ecológicas afastadas do centro político e submetidas a lideranças tribais. As forças centrífugas do Estado afegão, fortemente relacionadas à demografia, à geografia e à economia de base rural, continuarão a jogar contra um programa mais agressivo de centralização do poder administrativo e militar nas mãos da elite estatal.

Em outras palavras, o Talibã terá de lidar com senhores da guerra com fortes vínculos tribais e comando local, espalhados pelo interior do país. Tal configuração geopolítica fez com que o antigo governo de Ashraf Ghani mantivesse seu poder de fato limitado a algumas das principais cidades, e necessitasse costurar acordos políticos com os senhores da guerra para manter algum tipo de penetração em zonas rurais.

Para o Talibã, acordos que seguem o formato adaptado de uma confederação tribal são uma forte possibilidade para o futuro. Líderes tribais sabem que a fragmentação total do território é ruim para todos, pois isolados todos se enfraqueceriam. Deve haver, portanto, algum grau de cooperação para ações em nível nacional, especialmente porque os recursos da comunidade internacional somente podem ser obtidos caso exista uma representação nacional para lidar com o mundo exterior, mesmo que seja apenas para receber dinheiro e redistribuir. O arranjo entre as lideranças tribais para composição com o governo supratribal pode ser definido como um *casamento arranjado*, e não um *caso de amor*. Historicamente, grupos étnicos afegãos sempre cooperaram uns com os outros, sem que o apreço entre si fosse fator decisivo.

Restará saber se a estratégia do novo governo afegão será dar continuidade às fracassadas tentativas de construção de um poder estatal centralizado, ou construir uma solução alternativa para o país. Uma saída poderia estar voltada para o fortalecimento de estruturas de gestão estatal, que mesquem elementos típicos de uma confederação de tribos, mas que incorporem também elementos do Estado moderno, especialmente aqueles vinculados à consolidação de uma burocracia capaz de administrar as tensões de diferentes segmentos da sociedade, fornecer bens públicos comuns, garantir a segurança e prover canais oficiais de interlocução com o mundo exterior.

## PRECISAMOS FALAR SOBRE PAGU

Paulo Alves Junior<sup>106, 107</sup>

### Resumo

Reflexão sobre a questão de gêneros no Brasil e a necessidade de leis que assegurem os direitos das mulheres, diante de um cenário histórico de falta de equidade social. Neste sentido, destaca-se algumas das ideias da militante comunista Pagu – “A mulher do povo”.

**Palavras-chave:** Questão de gênero; Feminismo; Comunismo.

## NECESITAMOS HABLAR SOBRE PAGU

### Resumen

Reflexión sobre la cuestión de género en Brasil y la necesidad de leyes que garanticen los derechos de las mujeres, ante un escenario histórico de falta de equidad social. En este sentido, se destacan algunas de las ideas de la militante comunista Pagu, “La mujer del pueblo”.

**Palabras clave:** Cuestión de género; Feminismo; Comunismo.

## WE NEED TO TALK ABOUT PAGU

### Abstract

Reflection on the issue of gender in Brazil and the need for laws that guarantee women's rights, given the historical context of social inequality. In this regard, some of the ideas of communist activist Pagu – ‘The woman of the people’ – are highlighted.

**Keywords:** Gender issues; Feminism; Communism.

\*

---

106 Historiador (PUC-SP), doutor em Sociologia (UNESP) e professor da Unilab (Bahia). É coordenador do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo.

107 Escrito em abril de 2021.

No dia 26 de abril de 2021, o projeto de lei que prevê multa para empresas que pagarem salários distintos entre homens e mulheres que exerçam a mesma profissão retornou à Câmara dos Deputados. Ele já havia sido aprovado pelo Senado em março, mas o deputado e presidente da Câmara, Arthur Lira, solicitou à Presidência da República o retorno do projeto.

O recente ocorrido é apenas um dos diversos retratos contemporâneos do diálogo sobre a questão de gêneros no Brasil. Nesse caso, aponta a necessidade existente da tramitação de leis que assegurem os direitos das mulheres. O cenário ressalta a histórica falta de equidade que acompanha a sociedade. Se voltarmos no tempo, há exatos 90 anos atrás, no mesmo mês, o jornal *O Homem do Povo* lançava sua última edição. Nele, o tema foi debatido de forma notória e inédita na sociedade brasileira, devido a coragem e força de uma ativa militante comunista e intelectual: Patrícia Galvão, a Pagu (1910-1962).

No começo dos anos 1930, Pagu destoava do contexto nacional com sua veia crítica e polêmica, utilizando seu vasto repertório cultural para chamar atenção sobre o papel das mulheres no campo da luta de classes.

Pagu tinha convicção que a mulher numa sociedade desigual, tal como a brasileira, nunca fora alheia ao trabalho. A força de trabalho feminina é decisiva para a sobrevivência da família e enfrentava alto grau de exploração, sendo essa uma das marcas que o capitalismo cruento vigente impunha às trabalhadoras.

Pagu ganhou espaço nas páginas do pasquim “O homem do povo”, que contava como idealizador Oswald de Andrade. Nomeada de “A mulher do povo”, sua coluna era marcante por escancarar o quadro de desigualdade e preconceito que inundam o mundo do trabalho, principalmente no que tange o trabalho feminino.

*O Homem do Povo* teve vida curta, ao contar com apenas 18 dias de existência entre março e abril de 1931. Além do forte teor satírico e crítico inerente ao folhetim, Pagu chamou a atenção em suas páginas para as

condições de debilidade e descaso com que as trabalhadoras eram tratadas, criticando os hábitos e valores da burguesia paulista e escrachando o provincianismo presente no começo do século XX.

Com a verve afiada e já em trânsito para incursões comunistas, Pagu apontou o dedo e desfilou sua fina ironia ao retratar também os traços de aversão e prejulgamentos direcionados as trabalhadoras por mulheres da elite paulistana.

Destaco aqui o seu primeiro artigo, escrito para o número 1, lançado em 27 de março de 1931, intitulado “Maltus Alem”. Pagu tece críticas as “feministas burguesas” que defendem o voto para apenas “mulheres cultas” em detrimento das operárias sem instrução; argumenta argumento da falta de tempo “com o trabalho forçado a que se tem de entregar para a manutenção dos seus filhos...” exemplifica a falta de apreço aos princípios equitativos tão necessários para tessitura social do país. Ou mesmo em “Normalinhas” no número 8 a respeito das “abomináveis burguesas”, escreve “E não raro se zangam e descem do bonde, se sobe nele uma mulher do povo, escura de trabalho”

A percepção do posicionamento militante e pioneiro da “A mulher do povo” pode ser um dos caminhos para o melhor entendimento dos desmandos que a torpe elite brasileira impõe as trabalhadoras no país. Assim, como há 90 anos, Pagu é cada vez mais necessária.

## NO SETE DE SETEMBRO (2021), UMA VITÓRIA DE BOLSONARO

John Kennedy Ferreira e Joana A. Coutinho<sup>108, 109, 110</sup>

### Resumo

O texto comenta que, em meados de 2021, enquanto as forças de direita dão demonstrações de força política e coesão (lideradas por Bolsonaro), as forças democráticas têm se mostrado frágeis e sem liderança. Defende-se então que, contra a ameaça fascista, é preciso se organizar uma Frente Ampla em defesa da democracia.

**Palavras-chave:** Frente Ampla; Democracia; Ameaça fascista.

## EL 7 DE SEPTIEMBRE, UNA VICTORIA DE BOLSONARO

### Resumen

El texto comenta que, a mediados de 2021, mientras las fuerzas de derecha dan muestras de fuerza política y cohesión (lideradas por Bolsonaro), las fuerzas democráticas se han mostrado frágiles y sin liderazgo. Se defiende entonces que, contra la amenaza fascista, es necesario organizar un Frente Amplio en defensa de la democracia.

**Palabras clave:** Frente Amplio; Democracia; Amenaza fascista.

## 7 SEPTEMBER, A VICTORY FOR BOLSONARO

### Abstract

The text comments that, in mid-2021, while right-wing forces are demonstrating political strength and cohesion (led by Bolsonaro), democratic forces have shown themselves to be fragile and lacking in leadership. It is therefore argued that, against the fascist threat, a Broad Front must be organised in defence of democracy.

**Keywords:** Broad Front; Democracy; Fascist threat.

108 John Kennedy Ferreira é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA e pesquisador-membro do Núcleo Práxis da USP.

109 Joana A. Coutinho é professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, coordenadora do GEHLAL-UFMA e pesquisadora-membro do Núcleo Práxis da USP.

110 Artigo escrito em setembro de 2021.

\*

Enquanto as tropas da direita desfilam força, coesão, disciplina e vontade política, as forças da democracia mostram fragilidade e divisão. O claro reflexo da ausência de comando são os atos em oposição a Bolsonaro que tivemos em todo Brasil, mesmo no Anhangabaú e Candelária, foram pálidos e revelaram muito de nossa fragilidade e debilidade.

Aqueles que julgavam bravata o chamamento de Sérgio Reis, Zé Trovão e outros líderes de extrema-direita à paralisação do país, a partir do locaute de transportadoras e do agronegócio, a partir de 7 de setembro devem estar revendo suas análises e os termômetros pelos quais medem a temperatura da sociedade e do país.

Aqueles que julgam o isolamento institucional do presidente Bolsonaro como parâmetro, devem acordar para o fato de que o movimento contrarrevolucionário comandado pela extrema direita não visa conquistar apoio das instituições e, sim, a destruição e aniquilamento como estratégia e o bloqueio e desmoralização como tática diária.

Estamos diante de uma guerra de movimento e a ação de Bolsonaro mostra comando forte e centralizado: deixa para trás *soldados* caídos – mesmo com patente –, sem qualquer apego moral ou sentimentalismo, como ficou claro no caso de Daniel Silveira.

Avançam centralizando, disciplinando... O espetáculo que vemos hoje em 9 de setembro, com caminhoneiros bloqueando estradas em 16 estados; o alerta máximo contra invasão do STF; e, o desafio colocado por Bolsonaro a toda a democracia nos diz muito:

- (1) Bolsonaro saiu fortalecido das manifestações de 7 de setembro, centenas de milhares foram as ruas pedir golpe de estado e estado de sítio; outros milhões torceram de suas casas, nem nas diretas todo o povo foi a rua, nem na Revolução Francesa ou Russa todo o povo foi às ruas;

- (2) Mostrou um comando hiperdisciplinado e capaz de mobilizar e comunicar-se com a sociedade como um todo;
- (3) Mostrou-se forte junto aos setores militares e colocou em xeque o comando dos governadores que tiveram (e estão tendo) dificuldades de controlar suas unidades armadas;
- (4) Mostrou uma tropa de ação rápida que tomou a Esplanada dos Ministérios e imediatamente paralisou o país e a economia nacional colocando em evidência a fragilidade da legalidade democrática e das instituições;
- (5) Mostrou grandeza ao recuar e dizer que ainda não é o momento, tal qual aconteceu com o fascismo italiano, alemão e japonês, os líderes mais radicais são afastados ou isolados para permitir uma ação mais ampla com setores conservadores e mesmo liberais, talvez Zé Trovão caia em desgraça nesse processo;
- (6) Mesmo com todo desrespeito a instituição, mesmo com toda inconstitucionalidade, deixou claro a anemia das instituições democráticas, sua fragilidade e falta de apoio e força. Nenhuma instituição tem força para impetrar uma medida judicial contra Bolsonaro e nenhuma tem capacidade para fazê-la cumprir;
- (7) Ciente que ainda não é o momento da ação, recua, mostra grandeza dizendo que não quer o pior, pede serenidade aos caminhoneiros e coloca na mesa um diálogo tutelado ao STF, Senado, Congresso, aos governadores etc. Bolsonaro e os bolsonaristas, sabem que estão por cima.

### **Frente ampla em defesa da democracia**

Enquanto as tropas da direita desfilam força, coesão, disciplina e vontade política, as forças da democracia mostram fragilidade e divisão: Ciro briga com Lula, PSOL briga com PT, trans brigam com militantes do PCB na passeata do Rio, liberais brigam com progressistas e socialistas e etc.

O claro reflexo da ausência de comando são os atos em oposição a Bolsonaro que tivemos em todo Brasil, mesmo no Anhangabaú e Candelária, foram pálidos e revelaram muito de nossa fragilidade e debilidade. A favor tem o fato de que ficamos a semana toda polemizando se iria ou não ao Grito dos Excluídos, convocado pela Igreja há muitos anos.

Este é o momento em que devemos aprender com a história, os socialistas e progressistas, a longo tempo viram-se obrigados a fazer acordos e alianças, muitas vezes com setores hostis as suas preposições. Assim foi na luta pela abolição da escravidão e República: houve alianças com os positivistas do Exército e mesmo, setores reacionários do Partido Republicano Paulista, setor, escravagista. Em 1924, os setores do PSB e PCB buscaram aliança com setores do tenentismo e das frações liberais e oligárquicas para enfrentar o governo autoritário de Arthur Bernardes, frente à ditadura Vargas, foi necessária a construção de uma ampla frente com liberais, oligárquicas, conservadores e assim reestabelecer a democracia.

Para deter o golpe de 1954, o PTB e o PCB, buscaram a aliança com setores do Exército, frações das oligarquias agrárias, industriais etc. Para Jango tomar posse foi necessário articular ampla frente. No processo de redemocratização, vimos a composição de uma frente ampla contando com a participação de Aurélio Chaves, vice-presidente do ditador João Figueiredo e com setores que apoiaram o golpe de 1964 como Tancredo Neves ou Teotônio Vilela. O mesmo aconteceu com o impeachment de Fernando Collor, foi preciso que se somasse com os ex-aliados de Collor, com o vice Itamar Franco, com o ex-coordenador de campanha, senador Renan Calheiros, Jader Barbalho etc. A mesma coisa se apresenta hoje: frente à ameaça real de um governo fascista é preciso somar-se a todos os setores que mantêm divergências e diferenças com o fascismo e assumam a defesa do Estado de Direito.

Isso significa uma ampla frente em defesa da democracia, por nosso turno, precisamos articular a frente das esquerdas e dos setores progressistas para mudar o Brasil, nesse sentido é preciso fazer uma ampla autocrítica e enfrentarmos nossas debilidades.

Hoje, temos forças revolucionárias no *facebook* e republicanos nas ruas, temos teóricos de *twiter* e mudos nas ruas e calçadas dos bairros periféricos, enquanto a fome e o desemprego se multiplicam.

Não estamos conseguindo mobilizar o povo, os trabalhadores, os bairros, as escolas, as faculdades e os movimentos sociais, na verdade é a democracia que caminha para o isolamento. Caso não revejamos o curso em pouco tempo o discurso autoritário e a vanguarda autoritária terão capacidade suficiente para mudar o regime. A ameaça de um regime fascista ou neofascista como preferem alguns, é real. O momento exige clareza e determinação. Nas ruas pelo Fora Bolsonaro e pela democracia, mesmo esta, frágil e despudorada.

## ACERCA DE MARCELO FREIXO: DO PSOL AO PSB

Wanderson Fabio de Melo <sup>111</sup> <sup>112</sup>

### Resumo

Partindo da máxima de Marx de que “o moralismo é a impotência posta em ação”, reflete-se neste texto sobre as circunstâncias que levaram o deputado federal Marcelo Freixo a deixar o PSOL, transferindo-se ao PSB.

**Palavras-chave:** Moralismo; Alianças; Políticas de conciliação de classe.

## ACERCA DE MARCELO FREIXO

### Resumen

Partiendo de la máxima de Marx de que “el moralismo es la impotencia puesta en acción”, este texto reflexiona sobre las circunstancias que llevaron al diputado federal Marcelo Freixo a abandonar el PSOL y pasarse al PSB.

**Palabras clave:** Moralismo; Alianzas; Políticas de conciliación de clases.

## ABOUT MARCELO FREIXO

### Abstract

Based on Marx's maxim that “moralism is impotence put into action,” this text reflects on the circumstances that led federal deputy Marcelo Freixo to leave the PSOL and transfer to the PSB.

**Keywords:** Moralism; Alliances; Class conciliation policies.

\*

Eu tenho lido muito moralismos sobre a saída em 2021 do deputado federal Marcelo Freixo do PSOL. Entretanto, como dizia Karl Marx, “o moralismo é a impotência posta em ação”. Penso que devemos compreender

---

111 Historiador, mestre e doutor em História Social pela PUC-SP, é professor de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense. É pesquisador-membro do Npucleo Práxis da USP.

112 Texto escrito em junho de 2021.

as circunstâncias e as condições desse acontecimento político, com vistas a entender o que se passa, isto é, buscar o que levou à transferência de uma das principais figuras públicas do Partido Socialismo e Liberdade ao PSB e, por consequência, a sua nova ação ideo-política para o Rio de Janeiro e o Brasil.

Freixo desembarcou do PSOL em direção a um amplo arco de alianças, no intuito de formar uma frente eleitoral contra a extrema-direita nos cenários estadual e nacional. A candidatura Freixo pelo PSB ao governo do Rio de Janeiro poderá juntar as forças políticas no estado e se somará ao apoio à candidatura Lula, ao Executivo Federal, contra a extrema-direita. Alvora-se que o “radicalismo” do PSOL impediria que uma figura do partido encabeçasse a chapa com possibilidades eleitorais.

De acordo com essa avaliação, Freixo deixou o PSOL e está cercandose de políticos e personagens outrora adversário, como os setores da direita moderada, para recompor o tecido social no estado, que está dominado pelas milícias e a extrema-direita, propala-se o esforço de civilização contra a barbárie.

Indiscutivelmente Marcelo Freixo foi durante muito tempo o quadro mais importante do PSOL. Freixo traz a história fortíssima de uma família atacada pela milícia e, além disso, está jurado de morte pelo poder paralelo, a ponto de não poder se dirigir a determinados territórios do Rio de Janeiro. Apesar das dificuldades, Freixo é um parlamentar que sabe trabalhar com muita competência no legislativo, com destaque importante na chamada CPI das milícias, na Alerj, mas não só.

Sem sombra de dúvidas, a saída de Freixo resulta no desfalque a ser sentido no PSOL, que perde em votos (isso deve ser considerado em um partido parlamentar em tempos de cláusulas de barreira), expressão social e um quadro político de referência para muitos dos seus militantes e eleitores. Dois elementos a destacar na trajetória de Freixo na fase do Socialismo e Liberdade: o primeiro, a importância das questões dos Direitos Humanos na

cidade do Rio de Janeiro, no estado e no Brasil. Freixo emergiu politicamente com essa pauta. A formação social brasileira e o seu capitalismo dependente subordinado deixam evidente a incapacidade de se garantir as condições jurídicas mínimas ao povo pobre das periferias e favelas, dominadas ou pelo estado autocrático, ou pelos poderes paralelos do tráfico e milícia. Não há garantia de direitos básicos aos trabalhadores precarizados em vários territórios do Brasil. Sendo assim, os temas dos Direitos Humanos tornam-se relevantes em todo o país. A trajetória corajosa de Marcelo Freixo tem ensinado isso a quem quiser aprender.

\*

O segundo elemento que se deve reconhecer é que Freixo (assim como todo o PSOL sobretudo no Rio de Janeiro) representou a crítica às políticas de conciliação de classe do *petismo*, em especial a aliança política de Lula com Sérgio Cabral, o antigo rei do Rio. O nome de Freixo e o PSOL se consolidaram no cenário político fluminense na denúncia às negociatas com dinheiro público que jorrou na exploração/especulação do petróleo do pré-sal e nas farras das Olimpíadas, Copa das Confederações e Copa do Mundo Fifa, com profundo impacto no Rio de Janeiro. Em síntese, Freixo e o PSOL representaram, consciente ou inconsciente, a crítica ao “novo-desenvolvimentismo” com base nas *commodities* e nos Megaeventos, que favoreceram a condução do espaço urbano fluminense como negócios em todas as suas esferas. Freixo/PSOL compuseram a voz contra a especulação imobiliária, as remoções, os despejos, às violências estatais e paraestatais.

Em decorrência das ameaças de morte que sofre, a presença de Freixo impõe a necessidade do aparato de segurança com o intuito de garantir a sua vida (a primeira vez que vi, confesso que fiquei impressionado, nunca tinha observado nada similar). Freixo e o PSOL representaram o

enfrentamento ao “crescimento econômico” problemático da “era Lula”, que proporcionou o “milagrinho econômico” ao capital, enquanto que para a população pauperizada veio o encarecimento do espaço urbano e a precarização das condições de vida. Foi neste contexto que o PSOL construiu a sua viabilidade do Rio de Janeiro, como expressão parlamentar crítica às negociatas de Cabral e a modernização do lulismo, tendo Freixo um protagonista importante neste processo.

Contudo, a despeito dos esforços, não se conseguiu transformar a expressão social alcançada pelo Partido do Socialismo e Liberdade no parlamento em organização popular desde a base, nas comunidades fluminenses. Talvez resida aí os limites de Freixo e a experiência do PSOL até a atualidade. Óbvio que se tentou enraizar nos trabalhos políticos nas favelas, as ações de Marielle Franco no mandato de Freixo e no PSOL intentaram esse caminho, objetivo ainda não alcançado. A campanha à vereança de Marielle ganhou impulso após a declaração de apoio e voto de Chico Buarque, proeminência do mundo da cultura, não foi pela organização nos bairros e nas comunidades. Vale destacar que existem experiências e pessoas atuando fortemente com vistas a transformar essa realidade, mas ainda não tem sido suficiente. Deve-se lembrar que a combativa vereadora Marielle Franco, ex-assessora do deputado Freixo, foi assassinada por expolíciais vinculados às milícias. Ao invés da organização popular autônoma, nos subúrbios cariocas o que se teve foi o crescimento do poder paralelo das organizações criminosas do tráfico de drogas e dos milicianos, sob a benção de certos agentes do cristianismo fundamentalista e da teologia da prosperidade. As esquerdas não conseguiram alavancar a organização popular nas comunidades.

Das várias diferenças identificadas na formação do PT em relação ao PSOL, deve-se considerar que o Partido dos Trabalhadores foi constituído no crescimento das lutas sindicais e populares, ademais, a sua construção

como partido organizado nacionalmente levou toda a década de 80 do século passado, que abarcou as lutas dirigidas pelos sindicatos, a movimentação pelas Diretas Já, por uma Constituinte e a campanha presidencial de 89. Torna-se importante sublinhar que, preliminarmente, constituiu-se a hegemonia nos movimentos sociais para, em seguida, a confirmação em partido político. A experiência do PSOL foi distinta; a fase constitutiva inicial não contou com a ascensão das lutas sociais, tampouco emergiram as condições de disputar a hegemonia nos movimentos com o PT. Portanto, o PSOL se destacou enquanto força parlamentar que criticava a política de conciliação de classes do *petismo*, mas sem as conexões com os movimentos sociais, cujas lideranças se mantiveram referenciadas no PT. É verdade que o sindicalismo no funcionalismo público passou a contar com a militância que se identifica com o PSOL. Contudo, essa adesão não se materializou em espaços no Partido do Socialismo e Liberdade, não há quadros parlamentares dirigentes com esse perfil nos organismos decisivos do partido.

\*

Os caminhos de Freixo e do PSOL devem ser compreendidos levando em conta esse histórico. A pista é a centralidade na ação parlamentar separada do movimento social de classe. Nas eleições do ano passado, os temas identitaristas ganharam mais visibilidade e apoio no PSOL do que a situação dos trabalhadores precarizados, como a dos entregadores de aplicativos.

A inorganicidade do PSOL em relação aos movimentos favorece a compreensão dos novos rumos de Freixo. O discurso de ingresso do deputado no PSB é “civilização contra a barbárie”, que é uma consigna apropriada à situação do Rio de Janeiro; mas o problema são os agentes da promoção civilizatória, dos sujeitos de que está se cercado. Marcelo Freixo deixou um partido com militância para ser inquilino em uma legenda

de aluguel, tendo, visivelmente, Lula como fiador nessa operação. Freixo poderá armar um realçado palanque a Lula no estado em 2022, haja vistas que a construção *petista* no Rio de Janeiro sempre foi lamentável.

Acerca do novo partido do deputado, vale lembrar que o PSB esteve junto com PSDB de Geraldo Alckmin, durante anos, em São Paulo. Dos 32 deputados do PSB na Câmara Federal, 26 votaram pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Posteriormente, 22 dos seus deputados optaram pela PEC do Teto de Gastos, aprovada no governo de Michel Temer. A pergunta que emerge: essa organização apresenta as credenciais com vistas à construção de um programa capaz de enfrentar a barbárie?

Freixo buscará substituir o apoio militante pelo da *Rede Globo*, trocar os limitados recursos do PSOL pela “ajuda” financeira dos empresários, de modo a custear uma “campanha profissional”. Ao que tudo indica, será o candidato da *Globo* nas próximas eleições com recursos empresariais. Frisa-se que ele faz essa opção no momento da maior crise do *Conglomerado Globo*.

Para essa nova forma de campanha eleitoral, Freixo contará com o marqueteiro Renato Pereira, publicitário que trabalhou nas eleições vitoriosas de Sérgio Cabral, Pezão e Eduardo Paes. Além disso, atuou junto à Federação da Indústrias de São Paulo, tendo trabalhado na campanha “Eu não vou pagar o pato”, a movimentação patronal que resultou na adesão do empresariado paulista na derrubada da presidenta Dilma Rousseff – o “Pato da Fiesp” foi um dos grandes símbolos do movimento *pró-impeachment*. Torna-se importante considerar que o Renato Pereira, em acordo com a Procuradoria-Geral da República, confessou a sua participação em fraudes de licitação e caixa dois em campanhas eleitorais. Assim, a considerar os agentes apoiadores na disputa eleitoral e os funcionários, a campanha de Freixo ao governo será muito diferente às dos tempos de militância no Socialismo e Liberdade; mas não sem fragilidades numa disputa polarizada.

No tocante à programação da Segurança Pública, Freixo contará com a assessoria de Raul Jungmann. Contudo, deve-se sublinhar que Jungmann foi ministro da Segurança Pública no governo de Michel Temer. Sendo assim, defendeu e articulou a intervenção militar na segurança do estado do Rio de Janeiro, etapa que ficou marcada com o caso de Evaldo dos Santos, músico negro que foi alvejado pelas balas do Exército, teve o seu carro atingido por 80 tiros, no total de 257 disparos durante uma blitz militar, enquanto passeava com a família. O PSOL sempre se posicionou contrariamente à presença militar na segurança, tendo em Freixo a principal voz nessa crítica.

Em relação aos temas econômicos, Freixo contará com o trabalho do banqueiro André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, nos anos 1990, encaminhamento que resultou, entre outras consequências, no domínio da bancocracia sob o fundo público brasileiro, na privatização das empresas estatais e na desnacionalização da economia.

\*

A extrema-direita não poderá ser negligenciada. Embora enfraquecida no momento atual, não está descartada a sua vitória nas eleições do próximo ano, tanto a nível federal, quanto no estado do Rio de Janeiro. O extremismo de direita emergiu da falência da política de conciliação de classes e do processo de decomposição política das figuras públicas, em especial no Rio de Janeiro.

Cercado pelos novos aliados, que outrora participaram da base de Cabral, Freixo corre o risco de ser confundido, aos olhos dos eleitores fluminenses, com alguém que participou das orgias sérgio-cabralinas, o que na verdade nunca ocorreu, mas que poderá ser alimentado na campanha, sobretudo se considerarmos as produções de *fake news* das eleições passadas. O transformismo de Freixo poderá equalizá-lo aos políticos em decadência no cenário fluminense.

Será muito limitada a possibilidade da política de conciliação de classes com o Pré-Sal nas mãos do capital externo, bem como na ausência do superciclo das *commodities*. A ativação econômica não está no horizonte no curto ou médio prazo. Os receituários do banqueiro André Lara Resende e dos comentaristas da Globo apontam a necessidade do aprofundamento da contrarreforma, medidas no caminho de salvaguardar o capital e, conseqüentemente, repassar os custos da crise aos trabalhadores e à juventude.

Caso o PSOL queira, de fato, a construção de uma alternativa viável no estado e no país deverá buscar a plataforma da independência de classe, na organização pela base e estar referenciado nas lutas sociais. Do contrário, poderá perder o patrimônio político que vem edificando à duras penas ao longo dos anos.

## TAIGUARA, HOMENAGEM AOS 75 ANOS DE SEU NASCIMENTO: “EU GRITO SIM... MEU GRITO VAI SANAR MINHAS FERIDAS”

Gustavo K. Rolim<sup>113, 114</sup>

### Resumo

Em 1985, em comício das Diretas Já, Beth Carvalho chama Taiguara Chalar da Silva ao palco. Curvado sobre o microfone, braços projetados para frente, fala de uma vez só, em alto tom: “Depois de proibido pela ditadura durante dez anos, que eu digo pra vocês: – Eu resisto”. Um uruguaio brasileiro, um negro indígena que visitou e se encantou pela África Revolucionária, e que à volta acolheu o comunismo, em 2020, prestes a completar 75 anos, Taiguara não têm ainda sua obra sedimentada na mentalidade musical brasileira.

**Palavras-chave:** Ditadura; Música Popular Brasileira; Comunismo.

## TAIGUARA, HOMENAJE A LOS 75 AÑOS DE SU NACIMIENTO: “GRITO SÍ... MI GRITO CURARÁ MIS HERIDAS”

### Resumen

En 1985, en un mitin de Diretas Já, Beth Carvalho llama a Taiguara Chalar da Silva al escenario. Inclinado sobre el micrófono, con los brazos extendidos hacia adelante, habla de una sola vez, en tono alto: «Después de haber sido prohibido por la dictadura durante diez años, les digo: yo resisto». En 2020, a punto de cumplir 75 años, Taiguara aún no ha consolidado su obra en la mentalidad musical brasileña. Un uruguayo brasileño, un indígena negro que visitó y se enamoró de la África revolucionaria, y que a su regreso abrazó el comunismo.

**Palabras clave:** Dictadura; Música popular brasileña; Comunismo.

---

113 Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense, é professor e pesquisador-membro do Núcleo Práxis da USP.

114 Texto escrito em 2020.

## TAIGUARA, TRIBUTE TO THE 75TH ANNIVERSARY OF HIS BIRTH: “I SHOUT YES... MY SHOUT WILL HEAL MY WOUNDS”

### Abstract

In 1985, at a Diretas Já rally, Beth Carvalho calls Taiguara Chalar da Silva to the stage. Bent over the microphone, arms stretched forward, he speaks in one breath, in a loud voice: “After being banned by the dictatorship for ten years, I say to you: I resist.” In 2020, about to turn 75, Taiguara's work has not yet taken root in the Brazilian musical mindset. A Brazilian Uruguayan, an indigenous black man who visited and was enchanted by Revolutionary Africa, and who upon his return embraced communism.

**Keywords:** Dictatorship; Brazilian Popular Music; Communism.

\*

Em 1985, em comício das Diretas Já, Beth Carvalho chama Taiguara Chalar da Silva ao palco. Curvado sobre o microfone, braços projetados para frente, fala de uma vez só, em alto tom:

Depois de proibido pela Ditadura durante dez anos, que eu digo pra vocês:

Eu resisto

Já existe essa manhã, que eu perseguia

Um lugar que me deu trégua e me sorria

E uma gente que não vive só pra si

Já te encontro

Gente armada, mergulhando no futuro

Procurando repartir...

...o futuro, em que o povo unido, jamais será vencido.

Terminada as palavras, Taiguara ergue o punho cerrado. Sua música, “Universo no teu Corpo”, da onde realizou autoparódia na fala do ato da

Diretas Já, seria adaptada inteiramente e cantada, nos anos seguintes, como “Universo do meu povo”. Nestes concertos, após o retorno ao Brasil, outras músicas como “Voz do Leste” e “Cavaleiro da Esperança”, costurados por elogios a Cuba, à guerrilha salvadorenha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e a África revolucionária tomavam conta do espetáculo. Conhecido por músicas “existencialistas”, “idílicas” ou até mesmo “idealistas”, os fãs e a mídia se perguntavam: quem é esse Taiguara?

Como dizem os antigos: “vamos rebobinar”. Com o AI-5 decretado pela ditadura militar brasileira, após os efervescentes festivais de música dos anos 1960, os artistas do país dedicavam-se, entre trancos e barrancos com o estrangulamento da censura, estabelecer seus trabalhos autorais. Dentre estes, Taiguara, já conhecido por uma série de canções que pelo menos desde 1965 fazia-o frequentar aqueles festivais. Interpretava Chico Buarque, Vinícius de Moraes, Alberto Land... seguia-se uma carreira promissora associado àquela geração, com a qual ia crescendo artisticamente.

A partir de 1970, Taiguara começa a desenvolver sonoridades diferentes da MPB, Bossa Nova e Samba que caracterizou seu som nos anos 1960. No álbum Viagem (1970), a participação do conjunto Som Imaginário dá novos contornos a três faixas, “Universo”, “Geração” e “Viagem”. O álbum Carne e osso, de 1971, segue no mesmo sentido – entretanto, aqui já temos uma amostra de outros elementos e ideias que devagar começavam a tomar corpo. Não apenas um elogio à Cuba, na faixa “A Ilha”, como, na música que dá nome ao álbum, um recado, em pleno Brasil sufocado: “Saiba quem agride a minha lira/ quanto mais ferida, mais diz o que sente”. Referente certamente aos crescentes assédios da censura, que já procuravam cortar referências à sensualidade feminina e ao amor carnal, uma presença marcante em suas letras.

Ainda conseguiu gravar dois discos Piano e Viola (1972) e Fotografias (1973), entrementes o assédio da censura. Nos dois, Taiguara seguiria

diversificando seu som, ao mesmo tempo que dialogava, criticava, vivenciava e procurava participar do mundo ao redor. “Teu sonho não acabou” era um diálogo com John Lennon. No álbum de 1973, além de algumas aventuras sonoras lembrando jazz, falava sobre a guerra do Vietnã e, mais ambiciosamente, tentava traduzir o momento que o Brasil vivia, em plena repressão sangrenta e ideológica do “Milagre Econômico”:

O tempo passa e atravessa as avenidas  
E o fruto cresce, pesa, enverga o velho pé  
E o vento forte quebra as telhas e vidraças  
E o livro sábio deixa em branco o que não é  
Pode não ser essa mulher o que te falta  
Pode não ser esse calor o que faz mal  
Pode não ser essa gravata o que sufoca  
Ou essa falta de dinheiro que é fatal  
Vê como o fogo brando funde um ferro duro  
Vê como o asfalto é teu jardim se você crer  
Que há um sol nascente avermelhando o céu escuro  
Chamando os homens pro seu tempo de viver  
E que as crianças cantem livres sobre os muros  
E ensinem em sonho ao que não pode amar sem dor  
E que o passado abra os presentes pro futuro  
Que não dormiu e preparou  
O amanhã é seu, o amanhã é seu, o amanhã é seu

A partir de então, não teria mais paz dos censores. As contas, na ausência de um estudo histórico mais apurado, variam, de quarenta ou até quase setenta músicas censuradas. De uma forma ou de outra, a partir de 1973, Taiguara encontra-se incapacitado de gravar e produzir. Chega a viajar para Londres, onde grava álbum em 1974. Entretanto, todas as letras de

todas as faixas do álbum são censuradas, mesmo artista e obra encontrando-se no exterior. Taiguara procura Michel Legrand em Paris, fugindo com as fitas originais do álbum, com medo de perseguição e destruição do material – o encontro não ocorre, e as fitas acabam sendo perdidas. Até hoje.

Procurando de qualquer forma, afinal, trabalhar, busca autorização para gravar novo trabalho. Ganha-a, juntamente com a promessa de uma grande produção, para abafar o escândalo do ano anterior. Viaja ao Brasil em 1975. As letras são constantemente ajustadas para que as mensagens escondam-se nos versos; mais: utiliza-se do nome da então esposa, Gheisa, para procurar despistar os censores. Mesmo assim, letra após letra sofre escrutínio. No estúdio, situação diametralmente oposta: efervescência musical que leva a gravação de Imyra, Tayra, Ipy – Taiguara. Um álbum grandioso, ambicioso, com contornos épicos – pretende ver a constituição indígena, negra e latino-americana (de nosso país, mas também pessoalmente), inspirado pela leitura de Quarup, de Antônio Calado. Taiguara pensa a obra de forma completa: sua primeira apresentação seria nas ruínas de São Miguel das Missões, em um Primeiro de Maio. Desenrola-se então, um dos casos mais curiosos da censura ditatorial. O álbum é gravado, prensado, lançado e enviado para as lojas de discos. Apenas 72 horas depois, entretanto, decreta-se o recolhimento do álbum e proibição de sua reprodução nas rádios. As apresentações são canceladas. Taiguara não conseguira romper o silêncio imposto.

Um novo capítulo nasce quando, exilando-se (inclusive pelo assédio constante da polícia), decide ir à África. A ajuda vem de Paulo Freire, que, por carta, lhe dá acesso à Tanzânia de Julius Nyerere, teórico do “socialismo africano”. Lá, estuda. Acaba lendo revolucionários africanos (como Amílcar Cabral), os clássicos de Marx e Engels, e mesmo Lênin. Com a Anistia, em 1979, retorna ao Brasil, procurando agora trabalhar mais próximo daqueles ideais que teve acesso no exílio. Torna-se repórter no jornal *Hora do Povo*, do MR-8. Ali, inteirando-se das dinâmicas da esquerda brasileira e das

discussões da época, aproxima-se cada vez mais de Luiz Carlos Prestes. Na época, o velho dirigente comunista havia rompido com o Partido Comunista Brasileiro, procurando desvincular o movimento comunista da proposta de distensão controlada da ditadura.

Taiguara, a partir dos anos 1980, teria o apodo de “Pertencente do PCB-Ala Prestes” nos documentos do Serviço Nacional de Inteligência (SNI). E, de fato, Taiguara a partir de então, torna-se um comunista. Chega a declarar que o “marxismo-leninismo” era uma dessas “coisas de cabeça” que acabam virando “coisa de coração”! Estava formado o Taiguara que surpreenderia o público nas *Diretas Já* e na gravação de seus dois últimos álbuns, *Canções de Amor e Liberdade* (de 1983, em que reza a lenda teria sido Prestes a “batizá-lo” com este nome), e *Brasil-Africa* (de 1994). No primeiro, exaltação da América Latina sublevada, reprodução de um clássico do comunista paraguaio José Asunción Flores, homenagem ao periódico dos “comunistas alinhados a Prestes”, o “Voz Operária” e elogios à Tanzânia e à Revolução Africana. No segundo, em plena ascensão triunfalista do capitalismo, com o fim do “socialismo real”, Taiguara vai para Cuba, grava com o Grupo Manguaré, sonoridades cubanas tomam corpo, as letras elogiam Cuba livre, ainda a África e, finalmente, é lançada a canção “O Cavaleiro da Esperança”, homenagem a quem havia se tornado seu guia político. Em Brasil-África também temos uma homenagem a Porto Alegre, cidade que residiu em seus últimos anos, na música “Uvardente (Pétite Syrah)”.

Taiguara morre em 1996 vitimado por um câncer. Por mais que tenha voltado, de uma forma ou de outra, a cena musical, o estrago feito pela ditadura ao afastá-lo de seu público por praticamente dez anos, não é capaz de ser medido. Suas opções políticas na “Abertura” acabaram cerrando portas, censurado veladamente, por gravadoras, críticos de música que o acusam de proselitismo político... a sociedade criada pela ditadura manifestava-se.

Hoje, acessar sua discografia não é tarefa tão fácil. Nas lojas de discos,

há poucos, por preços altos; nos serviços de *streaming*, sua obra segue incompleta, fruto de gravadoras diferentes possuindo diferentes partes de sua obra. Há que se escavar a salvaguarda “arquivística” da música atual, o *youtube*. *Imyra, Tayra, Ipy*, o álbum recolhido e proibido, foi relançado apenas em 2013 no Brasil!

Mesmo em 2020, prestes a completar-se 75 anos de seu nascimento, Taiguara parece não ter sua obra sedimentada na mentalidade musical brasileira. E isso revela muito sobre nosso país. Taiguara, um uruguaio brasileiro, um negro indígena que visitou e se encantou pela África Revolucionária, e que ao voltar ao Brasil acolheu o comunismo. Entretanto, talvez diferente de muitos outros casos ou do que seria mais comum, ele não saltou do comunismo à censura, mas foi da censura ao comunismo. Transformou a violência que sofria em motivo para tentar ler o mundo a sua volta; compreender as suas raízes e, essencialmente, superá-la.

Esta não é qualquer trajetória. Poderia ser, mesmo, a trajetória de nosso país, sua tentativa desesperada de gerações e gerações em compreender-nos a nós mesmos. Taiguara postula-se, à nossa frente, como esfinge de nossas próprias agonias. Enquanto o país arde, enferma-se e ameaça mesmo desfalecer em uma grande hecatombe planejada, teremos que utilizar esta dor para compreender o momento e buscar saídas.

Condensando este emblema, de nosso país, que infelizmente ainda é o mesmo de Taiguara, cabe a cena:

O santo, a seca, o sertão  
O filho morto nas mãos  
Família, fome, facão  
A gana, o gado, o ladrão  
O pó, o podre, o país  
A madre, o medo, a matriz  
Só não sofreu quem não viu  
Não entendeu quem não quis...

## Bibliografia

- PACHECO, Maria Abília de Andrade. *Taiguara: a volta do pássaro ameríndio (1980-1996)*. Dissertação [Mestrado em História], Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- DADALTI, Luís. *Menino da Silva: uma leitura das canções de Taiguara*. Dissertação (Mestrado em Letras). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.
- ROLIM, G. K. (2022). “*Guiné-Bissau e Cabo Verde desde Brasil: as primeiras publicações sobre a libertação nacional e a independência (1977-1985)*”. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 14, n. 2.

# APUNTES SOBRE LAS GUERRAS Y EL PACIFISMO SUPERFICIAL

Yuri Martins-Fontes L.<sup>115, 116</sup>

## Resumo

Breve decálogo sobre as guerras, em uma época de escalada bélica e pacifismo superficial, se não demagógico; uma reflexão sobre a categoria marxista de *totalidade*, que é muito mais do que a soma de suas partes (pois tem movimento, relação); e algumas sugestões de palavras de ordem menos etéreas.

**Palavras-chave:** Marxismo; Fascismo; Totalidade.

## Resumen

Breve decálogo sobre las guerras, en una época de escalada bélica y de pacifismo superficial, si no demagogo; una reflexión sobre la categoría marxista de *totalidad*, que es mucho más que la suma de sus partes (pues tiene movimiento, relación); y algunas sugerencias de *palabras de orden* menos etéreas.

**Palabras clave:** Marxismo; Fascismo; Totalidad.

## Abstract

A brief decalogue on wars, in an era of escalating conflict and superficial, if not demagogic, pacifism; a reflection on the Marxist category of *totality*, which is much more than the sum of its parts (since it has movement, relationship); and some suggestions for less ethereal slogans.

**Keywords:** Marxism; Fascism; Totality.

\*

---

115 Doctor en Historia Económica (USP). Filósofo, profesor y escritor. Coordinador del *Núcleo Práxis* de la USP.

116 Ensayo publicado originalmente en el portal *Rebelión* (España) en 2022.

*"No retengas a un ejército que se retira a la casa;  
el enemigo luchará hasta la muerte.  
El oponente rodeado debe quedar con una salida...  
No presiones en exceso a un enemigo desesperado"*  
[Sun Tzu, "El arte de la guerra"]

Es imposible entender un conflicto armado tomado por la emoción, por el sentimiento de tristeza que provocan las desgracias siempre presentes en cada una de sus batallas; sin observar con detalle los intereses y las fuerzas principales que se esconden detrás de tantas marionetas.

### **Preámbulo sobre el bélico presente**

Son tiempos muy extraños en los que, en lugar de oír a socialistas, humanistas, decir al unísono “por el fin de la ofensiva de la OTAN, para que cesen los bombardeos de los [acosados] rusos”, o incluso “por el derrocamiento del golpe de estado 'naranja' ucraniano (y con esvástica a la vista)”, se oyen purismos desvariados, como este descuido que viene resonando en ambientes asépticos: “por el fin de los bombardeos rusos y (lo antes que le sea posible) de la OTAN”.

En esta *exigente consigna* —o tal vez sea más bien una *petición divina*— sólo faltaría incluir algo así como *"por el fin inmediato del capitalismo, de los dedos a los ojos globales, y por la extinción de todas las maldades e iniquidades del universo —¡y tiene que ser hoy!"*.

Como demostró Karl Marx, tras la observación aislada de los diversos aspectos de los problemas sociales, que son demasiado complejos, siempre es necesario referirse a la realidad mayor, a la *totalidad concreta* que relaciona dichos problemas. Y este cuidado debe ser tanto más considerado cuanto que el debate implica temas de urgencia humanitaria, ya sea el hambre, las epidemias, la destrucción del metabolismo planetario, ya sea el poder bélico y el control despótico del mundo.

## Apuntes sobre las guerras

- 1) A nadie en su sano juicio le gusta o aprecia la guerra –el deseo de *competitividad* es uno de los aspectos patológicos del sistema capitalista;
- 2) No siempre el que da la primera bofetada es el que atacó primero –o el villano–; detrás de una guerra estallada (en acto), hay conflictos latentes (en potencia), más amplios;
- 3) Aunque es extremadamente compleja en sus causas, motivaciones inmediatas, posibilidades de desenlace o consecuencias futuras, ante una guerra abierta, que ya ha estallado entre dos frentes, sólo caben dos caminos: uno u otro bando;
- 4) Clamar por un empate, por la paz de los dioses, exigir la humanización inmediata del ser humano milenariamente deshumanizado es –en el mejor de los casos– susurrar a los pájaros que vuelan;
- 5) Optar por la neutralidad, por la supuesta paz (completamente fuera de la posibilidad de la paz), abstenerse de elegir en un conflicto expuesto, aún siendo históricamente consciente de los intereses que lo componen –incluso de terceros involucrados indirectamente en algún de los frentes–, significa siempre y únicamente (como bien nos recuerda Sartre): apoyar al más fuerte;
- 6) Alentar la resistencia de un ejército frágil desde el exterior, sin ofrecerle condiciones reales de victoria, sin tomar una posición efectiva en el enfrentamiento estallado, sólo sirve para prolongar las escaramuzas, para ahondar al final las pérdidas de ambos contrincantes, vencedores y vencidos (causando aún más daños a la población civil entre los fuegos) –situación que sólo interesa a terceros, a otros enemigos no implicados directamente en el presente conflicto, pero ávidos del siguiente;

- 7) Cuanto mayor sea el equilibrio previo de las fuerzas opuestas en tiempos de *paz* –la paz inestable y armada que se ha dado en llamar *guerra fría*– menores serán las audacias, los arrebatos bélicos;
- 8) Las armas mortales, que amenazan a la especie en su conjunto, son la mayor prueba de la derrota humana que es *la razón instrumental* moderno-burguesa –mejor no existieran nunca; pero si existen, y sobre todo si están en posesión de enemigos, ojalá que algunos enemigos de esos enemigos también las tengan; o por decirlo de otra manera: bombas, mejor no tenerlas, pero si las tienen, mejor en pares;
- 9) Más peligroso que el monopolio de las ideas, de la prensa, de la economía, de las almas, del discurso sobre lo que es o no es cultura y civilización, es el monopolio del poder geopolítico (porque garantiza buena parte de los demás);
- 10) Para las periferias del mundo, es mejor que dos *patrones* –o *potencias*– estén peleados, que brindando alegremente.

Dicho esto, ¡se haga eco al corazón de los pacifistas! Pero sin permanecer así tan superficial...

Por el fin de la guerra –de las guerras–, de las epidemias y catástrofes inducidas por la codicia. ¡Por el fin del hambre, de la vil utilización de la miseria como arma de guerra!

Por el cese de las atrocidades diarias –por la Palestina independiente e integral, sin la ignominia de un apartheid neofascista adornado con lentejuelas democráticas. Por un Afganistán e Irak libres, por una Libia reconstruida... ¡y la Serbia-Yugoslavia!

Por el fin también de las sanciones económicas, esos fusiles indirectos –pero tan directos– que violan las economías no alineadas en busca de autonomía: ¡por el derecho de Cuba, Venezuela, Irán a seguir su camino!

Y también —ya que todo se puede soñar, gritar y, por qué no, poner en papel: por un Brasil libre de este maldito golpe (comenzado en 1964), cuyo retraso nos martiriza desde hace casi seis décadas, y casi sin interrupción.

Pero claro, para que las divagaciones etéreo-socialistas mantengan sus alas de cera lejos del sol, volvamos al tema del fuego abierto, porque también en la Tierra los platos están calientes... Así que: ¡por el fin de los bombardeos generales, especialmente, no lo olvidemos, las masacres perpetradas —en este mismo momento en que se escriben estas líneas— por la OTAN e Israel ayer en Siria, en Gaza, hoy en Yemen, en Somalia! De hecho, estas atrocidades son más sangrientas que la que ahora estalla en esa Europa en caída libre, subordinada y fascistizada. Pero cierta *izquierda* menos sensible a las civilizaciones "bárbaras" (que se *dice-que-existen*, incluso más allá del Mediterráneo) no tuvo tiempo en su agenda para observar, mientras discursaba con entusiasmo sobre la necesaria paz entre supuestos *arios*, en el intervalo de una u otra copa de vino de Burdeos.

\*

Los socialistas de todos los campos, desde los anarquistas hasta los social-reformistas —incluidos los que se dicen izquierdistas, anticapitalistas, humanistas o aún los adeptos a otros adjetivos más puros—, ganarían en calidad interpretativa de la realidad si captaran al menos una idea básica del comunismo marxista, el *pensamiento de la praxis*: la noción de totalidad, de imbricación entre el *todo* y sus *partes*. *Partes*, cuyo análisis detallado, aunque de suma importancia, no puede bastar en sí mismo, sino que debe remitirse al *todo*, incluirse en la comprensión del *todo*, para ayudar a recomponer, a partir de nuevas percepciones de los diversos aspectos de lo real, la concepción de la *totalidad concreta* —y en *movimiento conflictivo*— en la que estamos insertos.

\*

En suma y finalmente: ¡por todo lo ético y bello y bueno y armonioso que puedan soñar las imaginaciones *crítico-críticas*, dueñas de los más perfectos juicios y valores!

Pero también: por todo lo más urgente, lo más trivial, lo más objetivamente terrenal que las mentes práctico-idealistas menos indolentes puedan lograr, aunque no sea tan bien hecho, aunque sea menos noble.

Y que un día, ojalá, seamos capaces de hacer mejor lo *necesario*, lo básico, lo que ya no se puede aplazar —y de una manera mejor. Las teorías, efectivamente, sólo se demuestran en la *práctica* —como dijo Marx, en su famosa y breve frase que sintetiza la filosofía de la praxis y funda el pensamiento *contemporáneo*.

¡Por el fin de la *modernidad*, del científicismo mecánico, del *progreso técnico*, competitivo, que sin tener en cuenta el ser humano se calcula en función de la ganancia!

## **RESENHA**

# O DIA EM QUE CAIO PRADO APORTOU EM BUENOS AIRES: RESENHA DO LIVRO *HISTORIA Y FILOSOFÍA*

Joana A. Coutinho <sup>117, 118</sup>

## Resumo

Antologia com textos inéditos de Caio Prado Júnior publicada na Argentina, organizada e traduzida ao espanhol por pesquisadores-militantes do Núcleo Práxis da Universidade de São Paulo, amplia o acesso do público às várias faces da trajetória do historiador e filósofo marxista, que desenvolveu conceitos centrais para se compreender a formação social, econômica e política do Brasil e da América Latina.

**Palavras-chave:** História; Filosofia; Caio Prado Júnior; Marxismo; América Latina.

## EL DÍA EN QUE CAIO PRADO LLEGÓ A BUENOS AIRES: RESEÑA DEL LIBRO *HISTORIA Y FILOSOFÍA*

### Resumen

Antología con textos inéditos de Caio Prado Júnior publicada en Argentina, organizada y traducida al español por investigadores-militantes del Núcleo Práxis de la Universidad de São Paulo, amplía el acceso del público a las diversas facetas de la trayectoria del historiador y filósofo marxista, quien desarrolló conceptos fundamentales para comprender la formación social, económica y política de Brasil y América Latina.

**Palabras clave:** Historia; Filosofía; Caio Prado Júnior; Marxismo; América Latina.

## THE DAY CAIO PRADO ARRIVED IN BUENOS AIRES: BOOK REVIEW OF *HISTORIA Y FILOSOFÍA*

### Abstract

An anthology of unpublished texts by Caio Prado Júnior published in Argentina, organised

---

117 Joana Aparecida Coutinho é professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, coordenadora do GEHLAL-UFMA e pesquisadora-membro do Núcleo Práxis da USP.

118 Resenha publicada em 2021.

and translated into Spanish by researchers and activists from the Núcleo Práxis at the University of São Paulo, broadens public access to the various facets of the career of the Marxist historian and philosopher, who developed key concepts for understanding the social, economic and political formation of Brazil and Latin America.

**Keywords:** History; Philosophy; Caio Prado Júnior; Marxism; Latin America.

\*

O livro *Historia y Filosofía*<sup>119</sup> de Caio Prado Jr. (2020), recém-publicado pela Editorial Último Recurso, com sede na Argentina<sup>120</sup> em parceria com o Núcleo Práxis-USP é um achado. Reúne textos inéditos de Caio Prado, reconhecido historiador marxista, cujo tema de análise é a história e a filosofia. Um historiador-filósofo, cuja preocupação fundamental é propiciar recursos teóricos que nos permitam analisar a nossa realidade sem subterfúgios.

Não se trata aqui de fazer uma resenha da biografia de Caio Prado, mas vale a pena fornecer alguns dados que ampliam nosso conhecimento do autor. Caio Prado nasceu na cidade de São Paulo em 11 de fevereiro de 1907, dois anos depois da primeira experiência de Revolução na Rússia (1905). Morreu na mesma cidade em 23 de novembro de 1990. Caio Prado Júnior pertenceu a uma das mais ricas e influentes famílias de São Paulo. Teve uma educação esmerada, como era comum aos de sua classe social: os estudos foram orientados, primeiro, por professores particulares, depois no colégio São Luís, dirigidos pelos Jesuítas. Forma-se bacharel em ciências jurídicas e sociais aos 21 anos, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mais tarde incorporada pela Universidade de São Paulo. Filia-se

---

119 Antologia com textos sobre História e Filosofia do marxista brasileiro.

120 A Editorial Último Recurso é uma organização autogestionária, cuja base de atividade está nos princípios do conhecimento e na democratização do conhecimento.

ao Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1931. Tem uma vasta produção intelectual, sobre temas centrais para se pensar o Brasil e toda a América Latina, cujas proposições nos fazem refletir a partir das classes populares. Foi um traidor de classe, de sua classe de origem.

Caio Prado considera que o processo histórico na América Latina foi bem distinto do de outras nações do planeta, igualmente periféricas, em relação ao capitalismo desenvolvido; a particularidade é que não tivemos no continente uma *burguesia nacional*; e o caráter da nossa colonização que se estende para toda a América Latina é que aqui as colônias foram marcadas por serem de *exploração*, diferente das colônias de *povoamento* nas zonas temperadas. O seu pensamento, assim como o de José Carlos Mariátegui (1894-1930), é bastante inovador e inaugura um marxismo original<sup>121</sup>; sem perder a perspectiva da totalidade, reforça a necessidade de se pensar o nacional, o local. Pensar o país significa buscar compreendê-lo em sua totalidade e fugir das explicações simplificadoras que dão respostas superficiais a questões profundas: analisar a formação do país, como se constituiu sua gente e suas contradições.

## A obra

Vamos ao livro *Historia y Filosofía* (2020, 336p). Numa tradução inédita para o espanhol, o volume reúne textos, rigorosamente selecionados, de Caio Prado Júnior. Fruto de um trabalho coletivo cuidadoso e sem recursos de apoio, a tradução – que tomou quatro anos de trabalho – foi empreendida por cerca de vinte pesquisadores de diversas áreas: historiadores, cientistas sociais, linguistas, economistas e até psicólogos, membros e colaboradores do Núcleo Práxis da USP, entidade político-acadêmica que ao longo da última década tem demonstrado compromisso com a difusão do conhecimento

---

121 Ver Martins-Fontes (2015).

crítico e a formação política popular, encontro feliz com uma editora autogestionária que coloca como ideia central ser uma editora militante.

O livro tem dez capítulos e ainda um prefácio do historiador Lincoln Secco, além de uma bela introdução de seu organizador e cotradutor Yuri Martins-Fontes, que é filósofo, escritor, ensaísta, autor de vários textos que discutem Brasil e América Latina<sup>122</sup>, além de coordenador do Núcleo Práxis da USP. Na “Introdução”, Yuri cumpre um papel fundamental de não só apresentar o livro, mas também o autor – para que jovens que não conhecem Caio Prado e sua obra tenham um panorama das questões principais que moveram sua produção.

O “Prefácio” é uma leitura leve e obrigatória, onde podemos observar a efervescência do pensamento *caiopradiano* em toda sua vivacidade. Lincoln Secco oferece aos falantes do espanhol (e a todos nós) uma belíssima apresentação dos traços marcantes do autor e de sua obra e a originalidade do seu pensamento, que coloca ainda hoje desafios não só aos brasileiros mas a todos os latino-americanos. Vinculado ao Partido Comunista do Brasil, Caio Prado manteve sempre sua autonomia como pensador e militante.

A primeira parte, “Escritos político-históricos”, recupera textos sobre a colonização do Brasil<sup>123</sup>. Caio Prado observa os tipos de colonização ocorridas aqui e em terras de zonas “temperadas”. As últimas constituíram colônias de povoamento, como um desaguadouro “dos excessos demográficos da Europa que reconstitui no novo mundo uma organização e uma sociedade à imagem e semelhança de seu modelo europeu”. Nos trópicos ocorre exatamente o contrário, o que dará origem a uma sociedade original; são sociedades *abigarradas*<sup>124</sup>, como definiu o sociólogo boliviano

---

122 Veja, por exemplo, o livro *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui* de Yuri Martins-Fontes L. (Alameda/Fapesp, 2018).

123 A primeira parte do livro, compõe-se de cinco capítulos, escritos em momentos distintos. Capítulo 1 - Evolução política do Brasil (1933); Capítulo 2 - URSS um novo mundo (1934); Capítulo 3 - Formação do Brasil contemporâneo (1942); Capítulo 4 - História econômica do Brasil (1945/1976), e Capítulo 5 - A Revolução Brasileira (1966).

124 Abigarradas, porque são sociedades heterogêneas, com diversas culturas e modo de produção: ocorreram em um mesmo cenário o feudalismo e o capitalismo superpostos, o que proporcionou por exemplo, que Potosí, o maior caso de

René Zavaleta (1935-1984). O Brasil de hoje, observa Caio Prado, é um organismo em franca e ativa transformação, mas que não se sedimentou e não tomou forma. O mesmo se observa no terreno social: com exceção de alguns setores, as relações sociais, e em particular as de classe, conservam um cunho colonial. A essência da nossa formação está no abastecimento do açúcar, tabaco, ouro e diamante, algodão e depois café para o comércio europeu. Caio Prado vê na colonização dos trópicos, uma vasta empresa comercial destinada a explorar recursos naturais.

Importante recuperar o debate que se fazia à época: havia ou não feudalismo no Brasil. Alguns marxistas, como Astrojildo Pereira (1890-1965), Octávio Brandão (1896-1980) e Leôncio Basbaum (1907-1969), defendiam a tese do “feudalismo em declínio” como a causa do atraso. Por esse caminho tornava-se necessária uma revolução democrático-burguesa (DEL ROIO, 2016). Já Caio Prado sustentava que no Brasil não houve feudalismo – apoiando-se por exemplo no fato de que o povoamento do país era rarefeito, não contribuindo à consolidação da servidão; para o pensador marxista, o que houve por aqui foi um escravismo: desde os primórdios articulado comercialmente com o capitalismo europeu que se consolidava.

Ao abordar a “Economia e a agricultura de subsistência na colônia” (1942), Caio Prado afirma que a economia se assenta em algumas bases muito precárias, não constitui uma infraestrutura própria e tampouco conta com forças próprias e existência autônoma. Se uma conjuntura internacional favorece a um produto qualquer, isto impulsiona seu funcionamento; no entanto, a economia volta a cessar se essa conjuntura por alguma razão se rompe ou caso os recursos naturais se esgotem (PRADO JR., 2020, p. 143). O que nos leva a pensar nas implicações de uma economia completamente subordinada — em vias de se tornar um capitalismo periférico e dependente.

O resultado é que vivemos uma realidade que ainda parece sofrer

---

descampesinização colonial (Zavaleta, 2009).

dos mesmos males: voltada para fora e incapaz de prover as necessidades da sua população. A produção de subsistência, que alimenta os habitantes do campo, difere muito da realidade dos centros urbanos: estes têm que recorrer à importação, já que a produção interna não é suficiente para lhes suprir as necessidades. Curioso que hoje as grandes plantações, voltadas a suprir o mercado externo, tenham transformado alimento em *commodities*; ou seja, nossas questões do passado persistem. Em toda a América Latina, desgraçadamente, o avanço do imperialismo significa (significou) uma relação de subalternidade, perda de soberania: o capitalismo dependente periférico não foi capaz de criar uma burguesia que defenda os interesses nacionais. Como nos lembra Eduardo Galeano (1940-2015) são “*dominantes hacia dentro, dominadas desde fuera*” (2004, p. 17) e reagem com dureza a qualquer tentativa de mudança, por mais milimétrica que seja.

Um outro aspecto que parece nos fazer voltar no tempo é: como se tornou atual, nesse processo de colonização e necessidade de povoamento, o papel exercido pelos bandeirantes na captura de indígenas e escravos. Caio Prado descreve no texto “A sociedade colonial”<sup>125</sup> (1942), de uma maneira clara e objetiva, o significado do bandeirismo paulista: processos brutais que os portugueses utilizavam para forçar os indígenas ao trabalho. Faziam isso percorrendo o Brasil de leste a oeste, de norte a sul, até chegarem ao sertão. Hoje, um movimento da periferia de São Paulo revive o debate quando atíça fogo na estátua do conhecido bandeirante Borba Gato<sup>126</sup>, e reaviva a reflexão sobre os símbolos, espalhados pela cidade, que cultuam o passado. Neste caso, o passado de exploração e opressão.

Não podemos deixar de mencionar o interessante texto “D. João VI no

---

125 “La sociedad colonial”. In: “Capítulo 3 - Formación del Brasil contemporáneo” (1942).

126 A Estátua, localizada na Praça Augusto Tortorelo de Araújo, no bairro de Santo Amaro, São Paulo, é uma homenagem a Borba Gato (1628-1718), bandeirante paulista, cuja proeza além de caçar indígenas e escravos fugidos, era desbravar o sertão em busca de ouro e diamantes. Um movimento autointitulado Revolução Periférica ateou fogo na estátua em julho de 2021, como protesto ao símbolo que representa essa forma de opressão.

Brasil”<sup>127</sup>, que trata da nossa independência. A vinda da família real para o Brasil, em 1808, significou a emancipação política, mas de uma forma peculiar: diferentemente do que acontece nos países vizinhos, em que foram rompidos os laços que os subordinavam às nações europeias. A diferença crucial é que, enquanto outras nações conquistavam sua independência nos campos de batalha, aqui foi o próprio governo metropolitano que, pressionado, se viu obrigado a transformar a colônia em sede da monarquia, lançando as bases de sua autonomia. Caio Prado não cai na explicação fácil da ausência de lutas, de que não tivemos lutas internas; ao contrário, descreve com rigor as revoltas, a Balaiada, por exemplo. Mas mostra que nenhuma delas teve força e organização necessária para uma sublevação das massas. O principal aspecto da Balaiada foi a caudilhagem – e isso não permitiu que a revolta se convertesse em um movimento que pudesse ter resultados mais profundos.

Ainda nessa primeira parte, destaco o capítulo, “URSS: Um Novo Mundo”<sup>128</sup>, sobre a Revolução Russa. O relato da viagem que fez à terra de Dostoiévski impressiona pela sua observação aguda do que acontecia naquele momento e, mais ainda, pela descrição da participação dos trabalhadores no processo. No trem que o levava a Leningrado, Caio Prado pôde presenciar uma verdadeira assembleia política entre os passageiros, incluindo mulheres e empregados do trem, que participavam de um “debate acalorado” no qual palavras como socialismo, soviete, capitalismo eram ditas constantemente e com clareza do conteúdo.

Neste mesmo escrito, Caio Prado enaltece as transformações pelas quais está passando a sociedade soviética, “uma democracia das massas e não da minoria”. O socialismo é a expressão mais completa e perfeita que se pode imaginar para uma classe social nas condições do proletariado. Mas o mais importante não é debater o socialismo em si, mas o caminho que nos

---

127 “D. João VI en Brasil”. In: “Capítulo 1 - Evolución política del Brasil” (1933).

128 “Capítulo 2. URSS - Un nuevo mundo” (1934)

leva ele: as organizações políticas que levaram a sério a tarefa da condução para a realização de um programa. É mister, para uma sociedade comunista, uma transformação completa das ideias e concepções da humanidade atual. Enquanto domine o individualismo acentuado, fruto deste sistema, temos de compreender que uma sociedade comunista plena é impossível; antes é necessária a tarefa de reeducação dos homens e das mulheres sobre a base de uma solidariedade social compatível com essa nova sociedade. Nesse sentido, ele comunga com Antonio Gramsci (1891-1937) que fala da necessidade de uma reforma cultural e moral, pilar para a reeducação em uma sociedade comunista.

O livro-ensaio *A Revolução Brasileira*<sup>129</sup>, escrito em 1966, começa por discutir sobre o termo: *revolução* expressa o processo histórico marcado por “reformas e mudanças econômicas, sociais e políticas sucessivas” que dão origem a transformações estruturais da sociedade. Não é um momento de êxtase, mas todo o processo de construção. O ritmo da “história, não é uniforme”. Ao contrário; o texto, parece descrever as desventuras que vivemos nos dias de hoje. Afirma que o Brasil se encontra em um momento decisivo que leva a manifestações de descontentamentos e insatisfação generalizada. Situação que é causa e efeito da incoerência política, da ineficiência, dos desequilíbrios sociais, das crises econômicas e financeiras.

Em um tempo no qual se discute com tanto afinco o câncer da sociedade brasileira, o racismo estrutural, não poderíamos deixar de mencionar a passagem do texto “Vida Social e Política”<sup>130</sup>, em que Caio Prado (2020, p. 168), ao discutir a formação e organização do Brasil, menciona a presença do negro e do escravo. Há que fazer uma distinção, diz ele, difícil, mas necessária, de como o escravo protagonizou a cena, mas o negro aparece em raras oportunidades. O papel do africano, diz ele, teria sido muito

---

129 “Capítulo 5 - La Revolución Brasileña” (1966)

130 “Vida social y Política”. In: “Capítulo 3. Formación del Brasil Contemporáneo” (1942).

diferente na formação cultural da colônia se lhe tivesse sido concedida a mínima oportunidade para que se desenvolvesse. Elementos que ajudam a formular o “racismo estrutural” na sociedade brasileira.

A segunda parte do livro concentra os “Escritos filosóficos e manuscritos inéditos”. São quatro capítulos com passagens selecionadas de alguns de seus principais livros *filosóficos*: *Dialética do conhecimento*<sup>131</sup> (1952); *Notas introdutórias à Lógica Dialética*<sup>132</sup> (1959); *O mundo do socialismo*<sup>133</sup> (1962); e *Que é Filosofia*<sup>134</sup> (1981). Traz ainda um derradeiro capítulo, “Cadernos e correspondências”<sup>135</sup>, com coletânea de manuscritos do autor jamais publicados (sequer em português), pertencentes ao *Arquivo Caio Prado Júnior* do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Dentre estes inéditos, destaca-se “Carta ao Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil” (novembro de 1932). Na correspondência, Caio Prado responde a uma comunicação interna em que é acusado de tentar fundar um periódico pequeno-burguês. A linha editorial é marxista-leninista, responde ele, e do contrário não lhe interessaria. Mas a obrigação de todo mundo é tentar, em lugar de cruzar os braços e declarar de antemão que atuar é inútil e impossível.

E também o texto “1937” (Paris, dezembro de 1937), uma nota sobre a Revolução de 1930, no Brasil, e suas causas: a evolução centralizadora da política brasileira, provocada por vários fatores. Uma das causas é que não se extirpam velhos costumes de uma tradição do dia para a noite. As condições objetivas se haviam modificado profundamente, no entanto, não houve uma maturidade política no país.

Já em sua “Carta ao companheiro Evaldo da Silva Garcia”<sup>136</sup> (maio de

---

131 *Dialética del conocimiento*.

132 *Notas introductorias a la Lógica Dialéctica*.

133 *El mundo del socialismo*.

134 *Qué es Filosofía*.

135 “Cuadernos y Correspondencia”.

136 “Carta al ‘compañero’ Evaldo da Silva Garcia”.

1946), o marxista responde a uma pergunta dirigida a ele sobre sua posição política. Caio Prado responde: “continuo onde sempre estive, desde que me reconheço como gente, sou comunista, membro do PCB, tenho buscado aí harmonizar minhas convicções com uma linha política. Escrever, para um comunista, não é fazer o que lhe agrada, não é buscar louvores, é contribuir na formação e divulgação da teoria revolucionária do marxismo” (PRADO JR., 2020, p. 326).

O capítulo “Dialética do conhecimento”<sup>137</sup> (com trechos do longo livro de 1952), sem alongar muito, destacamos como texto didático. Nele, Caio Prado faz uma apreciação do que seja o conhecimento metafísico e de sua diferença crucial para o conhecimento dialético. Qualquer leigo é capaz de compreender que o conhecimento metafísico não nos leva à compreensão completa e tampouco à necessária transformação. Parte de um exemplo simples, mas não simplista: o *universo*. O conhecimento metafísico é a consideração geral do universo; e o que constitui seu ponto de partida são sempre os indivíduos que compõem este universo, bem como a individualidade deles. Diferente do conhecimento dialético; a dialética não considera primeiro os indivíduos, seres, coisas, para depois considerar suas relações. Ou seja, a dialética, em oposição ao método metafísico, considera antes as relações, o “conjunto” e a unidade universal onde transcorrem tais relações. A dialética, afirma Caio Prado Jr., é essencialmente um método de pensamento e conhecimento.

No mencionado ensaio sobre o “mundo do socialismo”, o autor fala sobre países que visitou; diz que não foi conhecê-los para julgá-los, mas, ao contrário, para analisar as soluções oferecidas nestes países aos problemas da revolução socialista. Interessam as lições que esses países deram, positiva e negativamente, no sentido de que cada qual “mostra o que se deve fazer e o que se deve evitar”. Mas o que é então o socialismo? Um mundo fundado

---

137 *Dialectica del conocimiento.*

em um princípio oposto, onde a cooperação entre os homens é o princípio do esforço comum, conjugado para os mesmos fins, que são de todos. Já sobre a questão da *liberdade*, ele faz um traço claro e definido do significado da liberdade individual nas democracias burguesas. Estas estão fundadas essencialmente nos interesses individuais, que se chocam com a liberdade dos outros indivíduos; que se restringem “desde o momento em que um começa a atuar e deve deter sua marcha pelos interesses contrários”. No socialismo, ao contrário, o ponto de partida é o interesse coletivo; a liberdade individual não é uma premissa. Por liberdade se entende a faculdade, a possibilidade e a oportunidade do indivíduo se realizar. Portanto, a liberdade nas democracias burguesas não passa de ilusão – algo impossível de se realizar plenamente.

\*

O livro *Historia y Filosofia*, que trata de tantos temas pertinentes aos dias de hoje, deveria ser amplamente divulgado aos falantes hispânicos, porque embora voltado a pensar o Brasil, as questões e temas trabalhados pelo autor dizem respeito a toda a América Latina: às nossas colonizações, nossas organizações políticas e às nossas particularidades como continente. E, óbvio, divulgado também aos lusófonos, para que aqueles que não tiveram acesso à obra completa do Caio Prado possam usufruir desses textos diversos e abrangentes, que ao fim e ao cabo dão um panorama do todo da obra do autor.

## Bibliografia

- DEL ROIO, Marcos. “Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema”. *Revista Crítica de Sociologia e Política*. vol.7, n.2, jul.-dez. 2016. Disp.: <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br>.
- GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 2004.
- MARTINS FONTES L., Yuri. *O marxismo de Caio Prado e Mariátegui: formação do pensamento latino-americano contemporâneo*. Orientador: Lincoln Ferreira Secco. 2015. 275f [Tese de doutoramento]. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disp.: <https://www.teses.usp.br>.
- MARTINS FONTES L., Yuri. *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2018.
- PRADO JR., Caio. *Caio Prado: História y Filosofía*. São Paulo: Editorial Último Recurso/Edições Núcleo Práxis-USP, 2020 (1.ª Ed.).
- ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Clacso, 2009. Disp.: <http://biblioteca.clacso.edu.ar>.

